

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

**A CONSTRUÇÃO DO *ATENDIMENTO*
EM UM NÚCLEO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM
MEIO ABERTO**

SARA REGINA MUNHOZ

2013

**A CONSTRUÇÃO DO *ATENDIMENTO*
EM UM NÚCLEO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM
MEIO ABERTO**

SARA REGINA MUNHOZ

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos, sob orientação do Professor Doutor Jorge Luiz Mattar Villela, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jorge Luiz Mattar Villela (orientador – UFSCar)

Prof^a. Dr^a. Anna Catarina Morawska Vianna (UFSCar)

Prof^a. Dr^a. Maria Filomena Gregori (UNICAMP)

Suplentes:

Prof^a. Dr^a. Ana Cláudia Marques (USP)

Prof. Dr. Piero de Camargo Leirner (UFSCar)

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

M966ca

Munhoz, Sara Regina.

A construção do atendimento em um núcleo de medidas socioeducativas em meio aberto / Sara Regina Munhoz. -- São Carlos : UFSCar, 2013.
188 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2013.

1. Antropologia social. 2. Medidas socioeducativas. 3. Atendimento. 4. Delinquência juvenil. I. Título.

CDD: 306 (20^a)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
Via Washington Luís, Km 235 - Caixa Postal 676
CEP 13565-905 - São Carlos - SP - Brasil
Fone: (16) 3351-8371 - ppgas.coordenacao@ufscar.br



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

Sara Regina Munhoz

03/07/2013

Prof. Dr. Jorge Luiz Mattar Villela
Orientador e Presidente
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar

Profa. Dra. Anna Catarina Morawska Vianna
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar

Profa. Dra. Maria Filomena Gregori
Universidade Federal de São Paulo / UNICAMP

Submetida à defesa em sessão pública
Realizada às 15:00h no dia 03/07/2013.

Banca Examinadora:
Prof. Dr. Jorge Luiz Mattar Villela
Profa. Dra. Anna Catarina Morawska Vianna
Profa. Dra. Maria Filomena Gregori

Homologado na CPG-PPGAS na
_____ª Reunião no dia ____ / ____ / ____.

Prof. Dr. Igor José de Renó Machado
Coordenador do PPGAS

*Aos meus pais e irmãos,
à minha avó
e ao Felipe, meu amigo, meu companheiro, meu marido.*

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Jorge Mattar Villela, que há mais ou menos quatro anos disse que eu estava “fora de rota”. A dedicatória naquele livro me empurrou para onde eu temia estar. Por isso eu agradeço. Você me proporcionou um dos maiores desafios que enfrentei e que ainda preciso continuar enfrentando. Conviver com você nesses anos fez com que eu conhecesse meus limites e minhas qualidades. Para mim, esse foi um encontro feliz, muito feliz. Obrigada por ser tão generoso, tão paciente e por continuar me empurrando incansavelmente.

É um privilégio imenso ter convivido tantos anos com as grandes amigas que encontrei na Universidade Federal de São Carlos. Jacqueline S. F. Lima, Ariane Vasques, Vanessa Pereira Perin e Marina Defalque Evangelista. Nós somos tão diferentes! E essas diferenças fazem com que eu queira sempre estar ao lado de vocês, aprendendo, me surpreendendo, descobrindo tantos novos mundos. Obrigada por compartilharem esses anos comigo. Obrigada pela torcida e pela companhia de sempre. Obrigada pelas conversas informais e leves, pelas trocas de experiências, pelos inúmeros aprendizados.

Agradeço também aos amigos que encontrei no Hybris, principalmente os da filial canavieira. Nesse espaço conheci pessoas generosas e imensamente apaixonadas pelo que fazem. Um agradecimento especial a Karina Biondi, Adalton Marques, Mariana Medina Martinez, Thais Mantovanelli, Lecy Sartori e que me acompanham há tanto tempo.

Clarissa Martins Lima, obrigada pelas horas de estudo para a seleção! Foi incrível passar por aquela loucura toda com você e a Jacque ao meu lado. A toda minha turma de mestrado, em especial à Tatiana Amaral, que se tornou uma grande amiga, uma companheira para a resolução de problemas burocráticos e alguém que sempre torceu por mim.

Aos professores e funcionários do PPGAS, por proporcionarem um ambiente frutífero de aprendizados, tornando a vida acadêmica menos pesada.

Agradeço a Gabriel de Santis Feltran, pela participação em minha qualificação, pela leitura atenta de um texto incipiente e pelas várias sugestões que ajudaram no desenvolvimento final da dissertação. À Maria Filomena Gregori por aceitar prontamente o convite de participação em minha banca. À Catarina Morawska Vianna, pela oportunidade de participar de sua disciplina como ouvinte, pela leitura cuidadosa de meus trabalhos, pelo entusiasmo que contagia aqueles que estão ao seu redor.

À Jania Perla Aquino e a todos os colegas que participaram no GT “Redes Criminais, dispositivos de classificação e punição” do III Seminário Internacional Violência e Conflitos Sociais: Illegalismos e Lugares Morais, pela oportunidade de apresentar pela primeira vez o meu projeto e conhecer as pesquisas de tantos colegas. A Piero de Camargo Leirner, além de Karina e Adalton, pelas leituras e sugestões apresentadas no I Seminário de Antropologia da UFSCar, em maio de 2012. Agradeço também à Ana Lucia Pastore Schiritzmeyer, Ronaldo Almeida e todos os que apresentaram suas críticas e sugestões ao meu texto nas Jornadas de Antropologia da Unicamp em novembro de 2012.

À Fapesp, que possibilitou os meios financeiros sem os quais essa pesquisa não poderia ser realizada.

Aos funcionários da Obra Dom Bosco Itaquera. Obrigada pelo carinho com que me receberam, pela paciência que tiveram para me explicar repetidas vezes o trabalho de vocês. Obrigada por compartilharem comigo suas alegrias e tristezas. Agradeço à Adriana, ao Padre Rosalvino, à Cida e a toda a equipe das medidas socioeducativas da Dom Bosco Itaquera. Obrigada por me mostrarem um mundo novo. Adorei conhecer cada um de vocês!

Agradeço também à Letícia e sua família, e à Kelly e sua família por todo o suporte que me deram para que eu encontrasse meu lugar em Itaquera. À Karla, que ofereceu generosamente seu lar para que uma desconhecida pudesse morar: admiro

sua abertura, sua disponibilidade, sua garra. Obrigada pela casa, pela cama, pelas refeições, pela companhia! Nunca vou me esquecer daqueles meses!

Agradeço à comunidade 8, pelas orações, por me mostrar que nunca estou sozinha e que meus problemas são menores do que eu posso imaginar. À Paula e ao Douglas, amigos queridos que além de estarem sempre ao meu lado foram fundamentais no tão esperado momento da impressão. Agradeço aos meus tios, primos, sogros, cunhados e amigos pela torcida sincera de sempre.

Minha avó tão querida. Você foi minha maior companheira nesses últimos meses. Foi meu anjo da guarda. Estar com você, no silêncio ou nas longas conversas que tivemos, foi um dos maiores presentes que tive. Tenho muito orgulho de ser sua neta e fico imensamente feliz por poder contar com seu amor.

Não tenho como agradecer aos meus pais e irmãos. A emoção, a ansiedade e o nervosismo que tomaram conta de mim nesses últimos meses, foram assistidos e consolados. As alegrias, as conquistas ganharam um valor maior ao lado de vocês. Foram os dois anos mais intensos de minha vida. E tenho muita sorte de ter vocês ao meu lado para me lembrarem ou me mostrarem tudo de bom que acontece ao meu redor. Obrigada pela paciência, pelo carinho, pelas orações. Nada disso seria possível sem vocês.

Ao Felipe. Você foi meu namorado e se tornou o meu marido. De todos os caminhos, esse foi o melhor. Obrigada por dividir sua vida comigo. Obrigada por estar ao meu lado todas as vezes que desanimei e em todos os segundos de euforia. Foram meses difíceis, mas os melhores que eu poderia ter. Você me conhece mais do que ninguém, sabe que eu te amo.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo discutir os dados de minha etnografia em um núcleo de atendimento (MSE-MA) a adolescentes autores de práticas infracionais na Zona Leste de São Paulo. A etnografia foi realizada com a equipe de profissionais que atende os meninos, e privilegia as percepções que esses profissionais têm da construção do atendimento, e as relações que estabelecem com os adolescentes, com o Poder Judiciário e com outras instâncias governamentais. Descrevo as formas como a equipe lida, por um lado, com a rigidez das metas estabelecidas pelos juízes e descritas nas legislações e, por outro, com a exigência também legal de que os atendimentos sejam individualizados. Para lidar com essas duas lógicas distintas e apresentar aos juízes os saberes que só podem ser construídos do núcleo, os técnicos utilizam a escrita e a interpretação dos documentos como suas principais armas. Trata-se de um exercício cotidiano de construção de argumentos que justifiquem os caminhos tomados a cada atendimento. Descrevo também os momentos corriqueiros em que os técnicos não conseguem estender ao Judiciário suas percepções, provocando visões divergentes sobre o andamento dos casos. Argumento, deste modo, que a relação entre a equipe e os juízes é sempre marcada pela incerteza e que a definição de atendimento precisa ser negociada caso a caso. Esta incerteza se manifesta pela convivência, no núcleo, de diferentes saberes e diferentes formas de governo dos meninos.

ABSTRACT

This research aims to discuss the data from my ethnography of an assistance nucleus (MSE / MA) to adolescents who practices infractions in the East Zone of São Paulo. The ethnography was conducted with a team of professionals that assists these boys, and emphasizes the perceptions that these professionals have of the construction of assistance, and the relationships they establish with the boys, with the judiciary and other government agencies. I describe the ways the team handles, on the one hand, with the rigidity of established goals by judges and described in the legislation and, on the other hand, with requirement also legal that assistances are individualized. To deal with these two logics, and present to the judges the knowledge that can only be built from the nucleus, technicians use the writing and interpretation of documents as their main weapons. It is a routine exercise of building arguments that justify the paths taken in each assistance. I also describe the frequent moments that the technicians can not extend their perceptions to the judiciary, causing divergent views on the progress of cases. I argument, therefore, that the relationship between the team and the judges is always based on the uncertainty and the definition of assistance needs to be negotiated in each case. This uncertainty manifests itself by the coexistence, in the nucleus, of different knowledge and different forms of governance of the boys.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Casa vizinha daquela em que morei durante o trabalho de campo (Parada XV de Novembro, região de Itaquera, São Paulo – SP)	13
Figura 2:	Vista do Estádio de futebol do Sport Club Corinthians Paulista, em construção, e da linha Vermelha de metrô	43
Figura 3:	Vista do Centro de Formação e Cultura	44
Figura 4:	Imagem aérea da localização do CFC	44
Figura 5:	O corredor das medidas	47
Figura 6:	Sala das Oficinas. Ligação com a sala dos educadores	50
Figura 7:	Tabela de Fechamento mensal oferecida pela CAS-Leste	57
Figura 8:	O corredor das medidas. Detalhe para o portão amarelo que separa a MSE das demais atividades da Dom Bosco	93
Figura 9:	Modelo de um Termo de Entrega sob Responsabilidade	94
Figura 10:	Modelo antigo do Contrato de Compromisso	111
Figura 11:	Novo modelo do Contrato de Compromisso	117
Figura 12:	Tabela com os bairros de abrangência da Dom Bosco	166

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAPS-AD	Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas
CAS-Leste	Coordenadoria de Assistência Social da Zona Leste de São Paulo – SP
CAT	Centro de Apoio ao Trabalhador
CEAT	Centro de Atendimento ao Trabalhador
CFC	Centro de Formação e Cultura
CP	Centro Profissionalizante
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPTM	Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DEIJ	Departamento de Execuções da Infância e da Juventude
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
Fundação CASA	Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente
GT	Grupo de Trabalho
LA	Liberdade Assistida
LAC	Liberdade Assistida Comunitária
MSE-MA	Medidas Socioeducativas em Meio Aberto
NPPE	Núcleo de Proteção Psicossocial Especial
OSDBI	Obra Social Dom Bosco Itaquera
PIA	Plano Individual de Atendimento
PSC	Prestação de Serviço à Comunidade
RESAS	Rede Salesiana de Ação Social

RG	Registro Geral
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SMSE-MA	Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto
SUS	Sistema Único de Saúde
UAI	Unidade de Atendimento Inicial
VEIJ	Vara Especial da Infância e da Juventude

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	13
A Obra Social Dom Bosco Itaquera	17
Experiências multifacetadas em campo	22
Limites e problemas	25
Os capítulos	28
CAPÍTULO 1. O espaço das medidas na Dom Bosco Itaquera	32
1.1 O espaço das medidas no projeto do padre	33
1.2 O espaço das medidas no prédio do CFC	41
CAPÍTULO 2. A equipe e o atendimento	52
2.1 A equipe da Dom Bosco	54
2.2 A organização das atividades da MSE-MA	63
2.2.1 Atendimentos	68
2.2.2 Os encaminhamentos	70
2.2.3 Visitas	77
2.2.4 Grupos de Família e Terapias Comunitárias	79
2.2.5 Passeios e oficinas	85
2.3 É preciso mais do que assinar as medidas	88
CAPÍTULO 3. A elaboração dos documentos na medida	90
3.1 A multiplicação dos registros e documentos a partir do Termo de Entrega	93
3.2 A interpretação do Termo e construção do atendimento	97
3.2.1 Os limites e as possibilidades desenhados no primeiro atendimento	98
3.2.2 O Plano Individual de Atendimento	104
3.2.3 Redesenhando o PIA	115
3.2.4 Metas e ações: rigidez e maleabilidade na construção do atendimento	119
3.3 O que é revelado ao Judiciário	124
CAPÍTULO 4. Os objetivos da medida	133
4.1 Ressocialização	136
4.1.1 Os índices da ressocialização	136
4.1.2 O tempo da medida	141
4.1.3 A imposição dos direitos	145
4.2 Quando a equipe encontra o Judiciário	151
4.3 As incertezas da equipe	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	183

INTRODUÇÃO



Figura 1: Casa vizinha daquela em que morei durante o trabalho de campo (Parada XV de Novembro, região de Itaquera, São Paulo – SP)

Desde o final da década de 1980, intensos debates políticos, sociais, jurídicos e acadêmicos contribuíram para a redefinição da legislação e das práticas de atendimento voltadas às crianças e aos adolescentes. Essa redefinição também alcançou aqueles envolvidos em atos infracionais¹. O Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, declara as crianças e os adolescentes como “sujeitos de direito e não mais objeto de intervenção” (Vargas e Marinho, 2008) e determina que as políticas de privação de liberdade em casos de atos infracionais deverão estar sujeitas “aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento” (ECA, art. 121º). Neste contexto, as medidas socioeducativas em meio aberto, como a Liberdade Assistida (LA) e a Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), se apresentam como alternativas à internação e são delegadas pelo Estado a “entidades de atendimento” (ECA, capítulo II)².

Essa dissertação se construirá como uma etnografia de uma dessas entidades, a Obra Social Dom Bosco, em Itaquera, São Paulo. Ao descrever a forma como as medidas são operacionalizadas por uma equipe de profissionais em um núcleo específico, espero apresentar uma contribuição antropológica para a explicitação da maneira como se entende e se pratica atualmente a gestão de segurança para o caso daqueles que escapam ao Código e à maioria penais. Esse tipo de pesquisa é relevante em um contexto em que, mais uma vez, vários debates sobre os adolescentes e a criminalidade têm se produzido no Brasil, em especial os relacionados à redução da maioria penal³.

¹ Sobre essa ampla bibliografia, conferir, por exemplo, o Dossiê “Adolescentes em Conflito com a Lei” apresentado pela revista R@U, vol3n1. E também Feltran (2008), Vargas e Marinho (2008), Alvarez (2009), Neri (2009), Volpi (2011), *Em defesa do adolescente* (2008), Zanchin (2010), Miraglia (2005 e 2007), Altoé (1993), Malvasi (2012), Shilittler (2011), Paula (2004 e 2011), Teles (2010), Teixeira (1992; 2002; 2004; 2007; 2008), Rizzini (2002).

² Apesar da recomendação do ECA sobre o privilégio que medidas socioeducativas em meio aberto deveriam ter, alguns trabalhos demonstram como as internações continuaram por muitos anos a ser predominantes. O SINASE, que será abordado ao longo deste trabalho, reafirma a preferência legal pelas MSE-MA em seu artigo 35. Para o perfil dos adolescentes privados de liberdade no Brasil, cf. Silva e Guerresi (2003).

³ Em 10 de abril de 2013, um estudante paulistano foi assassinado em frente ao seu prédio em um assalto. Embora tenha entregado o celular, o adolescente que praticava o ato infracional atirou e matou o outro jovem. A imprensa nacional passou a discutir amplamente a questão da

Descrevo em minha etnografia a forma como os atendimentos socioeducativos em meio aberto se constroem em um núcleo específico e argumento que, sob a perspectiva dos trabalhos ali realizados, o ato infracional, embora seja o gancho que atrai os adolescentes e as famílias aos núcleos, não é o problema central tratado pelas medidas. Sob a afirmação de que os adolescentes são “pessoas em desenvolvimento”⁴, as medidas devem funcionar como um ambiente que propicia que uma gama de intervenções atravesse os atendidos e, juntamente com eles, suas famílias. Intervenções que deverão perdurar para muito além do prazo inicialmente estipulado para o cumprimento da medida.

Uma percepção como esta⁵ vai de encontro a alguns argumentos que têm sido levantados em diversas discussões sobre a maioridade. Argumenta-se, por exemplo, que a legislação brasileira precisaria de um maior detalhamento para que atos infracionais diferentes fossem “punidos” de maneiras diferentes. O que percebi em campo, no entanto, é que apesar da recente multiplicação das leis e diretrizes procedimentais, a articulação entre ato infracional e medida socioeducativa não se resolve. Não acredito que isto seja um sinal de falha na legislação, de incompletude. Acredito que o motivo esteja na própria forma como as medidas socioeducativas são definidas e entendidas por aqueles que as praticam: não se trata de aplicar punições proporcionais aos atos cometidos. Antes disso, trata-se de oferecimento de

maioridade penal e a necessidade de mudanças nas leis e nos tempos de internação dos adolescentes autores de atos infracionais. O crime reacendeu com força os debates sobre a suposta permissividade do ECA. Sobre as críticas ao ECA, conferir, por exemplo, Gregori (2000), que descreve a insatisfação de muitos setores da sociedade com o Estatuto já em 1992, quando ocorreu a grande rebelião no Quadrilátero da Febem do Tatuapé. A fala dos vigilantes dos portões da unidade de internação, em meio à rebelião, era sintomática: “Isso que dá o Estatuto” (: 180). Mais de 20 anos depois, os debates ainda se dão em termos muito semelhantes.

⁴ Sobre as notações utilizadas neste trabalho para apresentar os termos acionados por meus interlocutores como centrais às suas atividades cotidianas, adianto: será utilizado o itálico na primeira vez em que cada um desses termos for apresentado. Para não sobrecarregar o texto, nas aparições subsequentes, utilizarei a grafia normal, a não ser nos casos em que julgue necessário lembrar ao leitor de que a minha escrita reflete expressões ouvidas ou lidas em campo. Citações de autores ou de interlocutores de pesquisa serão apresentadas entre aspas com a devida referência, sempre que este for o caso. No caso dos registros de falas dos interlocutores, procurei corrigir as expressões informais e os possíveis erros de português, no intuito de não marcar hierarquicamente a distância entre a escrita acadêmica e a linguagem cotidiana.

⁵ Compartilhada com Malvasi (2012), por exemplo.

oportunidades – múltiplas, variáveis, incertas, desiguais. Isso não significa que os adolescentes não sejam punidos e que nossa legislação seja excessivamente permissiva. Mais uma vez, o que o trabalho de campo revelou é que esse oferecimento de oportunidades se dá de forma impositiva, arrastando não somente os meninos, mas também toda sua família para um conjunto de intervenções que, a todo o momento, os torna visíveis, vigiáveis. Paula (2011: 107-108) argumenta que, embora a internação e a semiliberdade também se caracterizem por um “conjunto de práticas de intervenção sobre a socialização dos adolescentes”, nas medidas em meio aberto, em especial na LA, estas intervenções se dão *in loco*, através de uma aliança entre repressão e assistência, que capilariza e ramifica os investimentos aos adolescentes e às suas famílias. Se a instituição total do cárcere não é legitimada para o caso dos adolescentes, ela se pulveriza em uma série de outras instituições que se apresenta como a *rede* de atendimentos.

Essa etnografia tem como objetivo conferir inteligibilidade às formas como essa política socioeducativa se constrói a partir de vários encontros: 1) da equipe das medidas socioeducativas em meio aberto (MSE-MA) com o restante da Obra Social Dom Bosco; 2) da coordenadora das medidas com sua equipe; 3) das secretárias com o restante da equipe; 4) dos *técnicos*⁶ com os *meninos* e suas famílias⁷; 5) da Obra Social com as outras instituições e serviços que fazem parte da *rede*⁸; 6) dos educadores, coordenadora e secretárias com a legislação e diretrizes estatais vigentes para os atendimentos aos adolescentes autores de práticas infracionais; 7) dos juízes responsáveis pelos casos e a equipe através de pareceres, relatórios, ofícios e

⁶ A maior parte dos profissionais da equipe da Dom Bosco é chamada de técnicos. Eles também podem ser chamados de educadores ou orientadores. O trabalho dos técnicos (as múltiplas atividades que desenvolvem, a maneira como encaram as medidas socioeducativas, a forma como conduzem o *atendimento* aos seus *meninos*) é central nesta pesquisa.

⁷ Os adolescentes atendidos pelo núcleo da Dom Bosco geralmente são chamados pelos funcionários de *meninos*. Embora o termo seja majoritariamente acionado no masculino, há *meninas* atendidas na Dom Bosco. Enquanto estive em campo, a proporção era aproximadamente a de 110 meninos para menos de 10 meninas. Sobre as versões femininas sobre o cumprimento da MSE-MA, conferir Malvasi (2012: 168-180).

⁸ Em geral, serviços públicos ou não governamentais de educação, saúde e trabalho. Ver seção 2.2.2.

audiências. Esta dissertação se organizará de modo a elucidar esses encontros e seus efeitos na construção dos atendimentos e na vida dos meninos que frequentam o núcleo.

Descrever, enfim, as relações da equipe ora com os meninos e seus familiares, ora com o poder estatal (judiciário e/ou burocrático) – ambos múltiplos e em constante movimento – permite acessar as formas como, naquele contexto específico, as ideias de *ressocialização* (capítulo 4), de *oportunidade* (capítulos 2 e 4), de *atendimento*, de *vínculo* (capítulo 2), de *individualização* (capítulo 4), de *amadurecimento* (capítulos 2 e 4), e tantas outras se constroem e se operacionalizam no atendimento aos meninos e às suas famílias.

A OBRA SOCIAL DOM BOSCO ITAQUERA

O esboço inicial do projeto de pesquisa que desembocou nesta dissertação previa um enfoque maior no aspecto propriamente salesiano do atendimento socioeducativo oferecido pela Dom Bosco. No entanto, o trabalho de campo revelou que no corredor das medidas socioeducativas a *salesianidade* é quase completamente obliterada. Ainda assim, considero ser importante apresentar brevemente a Obra Social e sua relação com a Congregação Católica Salesiana, no intuito de demonstrar que, apesar de meu trabalho de campo ter se limitado a um lugar específico dentro da Obra Social, que me permitiu enxergar algumas relações e não ter acesso a outras, existe uma série de conexões que atravessam o núcleo e seus funcionários que não pode ser negligenciada. Embora o enfoque deste trabalho não seja a salesianidade, ela é importante para alguns funcionários da Obra Social e para a organização de suas propostas.

A Obra Social Dom Bosco Itaquera (OSBDI)⁹ foi fundada e ainda é dirigida pelo Padre Rosalvino Morán Viñayo, um espanhol que chegou ao Brasil na década de

⁹ Chamada pelos funcionários e *atendidos* de “Obra”, “Obra Social”, “Dom Bosco” ou “Padre Rosalvino”, em diferentes contextos. Sobre isso, cf. capítulo 1.

1950. Foi ordenado presbítero em 1973 e em 1981 iniciou suas atividades na região. Atualmente, são várias as frentes de trabalho da Obra em Itaquera: oito casas de acolhimento, quatro centros socioeducativos para crianças e adolescentes, um núcleo de convivência de idosos, um centro profissionalizante e um núcleo de proteção psicossocial especial, conhecido também como Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Esses serviços dirigidos pelo padre dividem-se em quatorze núcleos em Itaquera e Guaianazes, região leste de São Paulo¹⁰. Em média, os serviços oferecidos por todos esses núcleos alcançam cerca de 4000 pessoas diariamente. O Centro Profissionalizante Dom Bosco (CP) é considerado o maior centro totalmente gratuito do estado de São Paulo¹¹.

Os serviços da Obra Social Dom Bosco Itaquera recebem verbas dos governos municipal, estadual e federal, através de parcerias e convênios com várias secretarias¹². Além desses convênios e parcerias governamentais, a Obra Social ainda conta com doações e apoio de setores privados nacionais e internacionais.

A Obra faz parte da Rede Salesiana de Ação Social (RESAS). É, portanto, ligada à congregação católica Salesiana, que se estende pelas cinco regiões do Brasil e por mais de cem países do mundo. Os Salesianos de Dom Bosco se autodenominam “uma organização internacional de pessoas dedicadas em tempo integral ao serviço dos jovens, especialmente dos mais pobres e abandonados¹³”. De acordo com o site da instituição no Brasil, os vários grupos salesianos espalhados pelo mundo “vivem em comunhão recíproca, compartilham o mesmo espírito e continuam a missão iniciada por ele [Dom Bosco], com vocações especificamente distintas¹⁴”.

¹⁰ Em <http://www.domboscoitaquera.org.br/dbosco/qsomos.htm> (acessado em 16 de maio de 2012).

¹¹ Em <http://www.domboscoitaquera.org.br/servicos/cpdb.htm> (acessado em 16 de maio de 2012).

¹² Como as Secretarias Municipal e Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social, com os programas governamentais de transferência de renda e alimentos, com as Secretarias Municipal e Estadual de Saúde, com a Secretaria Estadual de Cultura, a Secretaria Municipal de Participações e Parceria, a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Estadual de Habitação.

¹³ Em <http://salesianos.org.br/portal/quem-somos.html> (acessado em 05 de outubro de 2010).

¹⁴

A congregação considera que Dom Bosco legou um “estilo peculiar de viver e trabalhar” aos seus seguidores, entendido como o *espírito salesiano*. Uma das características deste espírito é o Sistema Preventivo de Educação¹⁵ que aposta em um apelo para “as fontes da inteligência, do coração e do desejo de Deus, que cada homem traz nas profundezas de seu ser” e na associação “em uma única experiência de vida” dos educadores e jovens, “em clima de família, de confiança e de diálogo¹⁶”. A proposta educativa dos Salesianos é espiritual e familiar sem, no entanto, decretar a participação dogmática e sacramental de seus funcionários e beneficiários.

A RESAS define como alguns de seus “princípios e valores” a utilização deste Sistema Preventivo de Dom Bosco – que se baseia no “trinômio” da razão, da religião e da bondade – para a “promoção e educação das crianças, adolescentes, jovens e famílias em situação de exclusão social¹⁷”. No entanto, no cotidiano da MSE-MA oferecido por essa Obra Social, aquilo que é conhecido como *salesianidade* – entendida como “herança de amor”, ou “valores espirituais e pedagógicos¹⁸” deixados por Dom Bosco – quase sempre se coloca como um ponto cego (Strathern, 2000).

Por outro lado, o cotidiano dos trabalhos da MSE-MA não deixa de envolver relações com diferentes setores da Obra Social. São várias reuniões, formações, participações em GTs, celebrações em datas festivas, além da convivência frequente com os funcionários do Centro de Formação e Cultura (CFC), com quem dividem o prédio. Além disso, todos os serviços do Padre Rosalvino têm um representante pastoral. No caso das medidas socioeducativas, uma das técnicas participa das reuniões pastorais, organiza as orações entre os funcionários, relata algumas de suas experiências nesses encontros esporádicos, se responsabiliza por colocar os cartazes

http://salesianosdobrasil.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=170&Itemid=183 (acessado em 09 de agosto de 2011).

¹⁵ Em <http://www.sdb.org/index.php?ids=9&sott=6&ty=1> (acessado em 09 de agosto de 2011).

¹⁶ Em <http://www.sdb.org/index.php?ids=9&sott=11&ty=1> (acessado em 04 de outubro de 2010).

¹⁷ Em

http://www.salesianosdobrasil.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=349&Itemid=315 (acessado em 01 de junho de 2012).

¹⁸ Em <http://www.sagradafamiliaonline.org.br/noticias.php?id=435> (acessado em 01 de junho de 2012).

das celebrações e comemorações dos Salesianos ou da Igreja¹⁹ no corredor das medidas²⁰.

Os primeiros parágrafos de justificativa para a existência das MSE na Obra também são explicitamente baseados nos ensinamentos salesianos:

“Numa caixa de fósforos, existem quarenta chamas em potencial. Para que elas se atualizem, para que cada uma delas saia do campo das possibilidades para ingressar no campo da realidade, da concretude da vida, é preciso que o ato de riscar cada palito seja executado de forma correta. O mesmo ocorre com o potencial do ser humano. Só o ato de educar, executado com zelo, cuidado e competência, é capaz de fazer desabrochar o potencial que cada educando traz em si” (Pe Juan E. Vecchi – 8º sucessor de Dom Bosco). Aliado aos princípios básicos e filosóficos da Obra Social Dom Bosco, adotando uma linha que favoreça a participação, reflexão, trabalhos individuais e/ou grupais, trocas de experiências e construção de uma proposta de atendimento que leve em conta a autonomia, as potencialidades e o envolvimento das famílias e comunidade, como um todo orgânico, é que iremos intervir, sistematicamente na realidade dos adolescentes²¹.

Apesar disso, a forma salesiana que esporadicamente se manifesta, logo se dilui no núcleo de medidas socioeducativas. O Sistema Preventivo de Educação é lembrado quando os técnicos participam de encontros de formação, ou quando se reúnem em orações matinais e pedem pela sabedoria e força religiosa para saberem lidar com os casos de cada menino atendido. A foto de Dom Bosco está presente no corredor onde funcionam as medidas, assim como alguns cartazes de festas religiosas promovidas pelas paróquias da região. Os olhos do fundador da congregação estão ilustrados nos documentos oficiais da Obra e bordados em todos os jalecos vestidos pelos funcionários. Há boletins e revistas salesianas dispostos em cestas para que os adolescentes ou seus responsáveis possam folheá-los enquanto esperam que os técnicos lhes chamem. Há ainda uma grande imagem de Jesus Cristo pintada por algum aluno das oficinas oferecidas pela Obra que fica logo acima dos bancos onde os adolescentes aguardam por seus primeiros atendimentos.

¹⁹ Como as programações da Festa do Bom Pastor, de Nossa Senhora Auxiliadora, da Semana Santa, ou ainda da Campanha da Fraternidade (da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB).

²⁰ Sobre o espaço físico em que as medidas funcionam e a formação da equipe, cf. capítulo 1.

²¹ Em http://www.domboscoitaquera.org.br/servicos/mse_jst.htm (acessado em 12 de março de 2013).

No entanto, o que parece é que a pedagogia salesiana funciona em paralelo, com poucos pontos de inflexão, aos atendimentos aos meninos das medidas. Um dos educadores me disse certa vez, referindo-se a uma formação obrigatória justamente sobre a pedagogia salesiana: “Se quer formar uma equipe, tem que ter mais pedagogia. Para religião, a gente vai à missa, não é?”. No trato com os adolescentes atendidos a salesianidade raramente aparece. A salesianidade também não alcança a elaboração dos documentos pelos técnicos (vide infra, capítulos 3 e 4), as discussões dos casos e as conversas informais da equipe, ou ainda as oficinas, visitas, Terapias Comunitárias que fazem parte do atendimento oferecido pela medida (vide infra, capítulo 2).

Na metade de meu trabalho de campo, já ciente de que as mudanças em relação ao meu projeto inicial seriam muitas por conta dos caminhos que fui levada a percorrer nas medidas, duas técnicas conversavam comigo sobre minha pesquisa. Uma delas perguntou o título original de meu projeto, e ao ouvir que se relacionava com o conceito de *família salesiana* declarou que não havia nada daquilo ali nas medidas. Não encarei isso como um problema, ou como uma falta. Por certo, no entanto, precisei reconsiderar o título e os rumos da pesquisa. Não acredito que a presença de quadros de Dom Bosco espalhados pelo prédio seja irrelevante, assim como a presença de uma funcionária no meio da equipe que tenha contato mais direto e frequente com setores da Obra que tratem a salesianidade com maior ênfase. Os lugares em que meu campo me colocou, no entanto, eclipsaram grande parte da dimensão salesiana que atravessa a OSDBI.

EXPERIÊNCIAS MULTIFACETADAS EM CAMPO

Minha entrada em campo foi demorada. O primeiro contato foi realizado com a Obra Social Salesiana de São Carlos (SP), responsável pelas medidas socioeducativas em meio aberto na cidade. Depois conversei via e-mail com o inspetor dos Salesianos no estado de São Paulo, padre Marco Biaggi²². Ele se mostrou muito animado com a ideia de uma pesquisa nas Obras Salesianas e prontamente indicou-me a de Itaquera como uma das maiores do país.

Depois de uma visita à Inspetoria, e uma conversa com o padre Antonio Gerotto, que gentilmente me apresentou a história dos salesianos no Brasil e as atividades e serviços oferecidos atualmente em São Paulo, passei a tentar contatar a Obra de Itaquera via e-mail, munida da autorização concedida pelo inspetor. Logo comecei a entender que a autorização e apoio do inspetor salesiano me abririam menos portas do que eu supunha a princípio. As longas negociações para minha entrada em campo começaram a sinalizar que as relações institucionais entre os diversos níveis da hierarquia ou organização salesiana se articulavam de um modo muito mais frouxo do que eu poderia esperar. A família salesiana emerge em momentos específicos, mas age com relativa autonomia em seus diversos núcleos dentro da Inspetoria de São Paulo. Para realizar meu trabalho de campo, eu precisaria da autorização do padre Rosalvino. Mas para chegar até ele, seria necessário conseguir a atenção de diversos funcionários da Obra Social.

Passaram-se meses até que as primeiras possibilidades de contato se tornassem mais efetivas. Visitei a Obra e conversei com os funcionários das medidas e com o padre Rosalvino em julho de 2011. Minha entrada estava autorizada. Iniciei o

²² Cada uma das Inspetorias Salesianas se caracteriza por ser uma sociedade civil e religiosa, sem fins lucrativos, de assistência social e de caráter educativo e cultural, cujos objetivos principais são a educação e o amparo à juventude em situação de risco social e pessoal. Em http://www.salesianosdobrasil.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=176&Itemid=193 (acessado em 31 de maio de 2012). Em dezembro de 2011, Padre Marco Biaggi foi substituído por Padre Edson Donizetti Castilho como inspetor do estado. “Segundo as Constituições Salesianas, o inspetor é nomeado pelo Reitor-Mor e seu Conselho após consulta à Inspetoria. O mandato do inspetor salesiano é de seis anos”. Em <http://www.salesianos.org.br/noticias/40-noticias-em-destaque-pag-inicial/425-nomeado-o-novo-inspetor-da-inspetoria-salesiana-de-sao-paulo.html> (acessado em 31 de maio de 2012).

trabalho de campo em março de 2012. Foram quinze semanas (três meses e meio) de trabalho como voluntária no núcleo, exigência da instituição.

Minha rotina na MSE-MA foi extremamente multifacetada. No primeiro e no último mês, tive meu lugar na sala dos educadores garantido, na mesa de técnicos que estavam em férias. Mas também experimentei durante um mês e meio a perda de um lugar fixo, e pude circular com mais frequência entre a secretaria, a sala dos educadores e as atividades externas.

Particpei de acolhimentos, alguns atendimentos individuais, dois Grupos de Família, três Terapias Comunitárias, uma audiência, idas ao Departamento de Execuções da Infância e da Juventude (DEIJ) e à Coordenadoria de Assistência Social da Zona Leste (CAS-Leste), Festa das Mães, dois cursos de formação, visitas técnicas a escolas e famílias, dois passeios, algumas reuniões da equipe e oficinas para os adolescentes (vide infra, capítulo 2). Também pude me dedicar à análise e registro das pastas²³ de alguns meninos e vários relatórios avulsos. Estive presente nas Festas Julinas de 2011 e 2012, na celebração de Páscoa do CFC e nas Festas das Mães do núcleo e da Obra.

Ao longo dos meses, o contato cotidiano com as pastas dos meninos revelou que este poderia ser um dos fios condutores de minha pesquisa. O próprio trabalho de campo me empurrava para a observação da construção e circulação dos documentos no corredor das medidas. Relatórios de adolescentes atendidos eram oferecidos a mim pela própria equipe, incentivada pela coordenadora. Além disso, nos vários momentos em que estive com as secretárias, a organização, o arquivamento e a revisão dos documentos estavam entre os principais assuntos e trabalhos. Finalmente, nos meses em que estive prioritariamente com os técnicos, ficou evidente que as tarefas de escrita e interpretação dos documentos que circulavam entre eles e os

²³ São arquivos com documentos e relatórios de toda a “vivência institucional” dos meninos. Sobre isso, ver, principalmente, o capítulo 3.

juízes eram centrais em seu trabalho e produziam efeitos muito concretos nas vidas dos meninos e de suas famílias.

Dessa maneira, os principais interlocutores de minha pesquisa são os técnicos e secretárias do núcleo da Dom Bosco, e um dos principais materiais registrados em meus diários de campo são os documentos por eles produzidos. Através da descrição das atividades destes profissionais e da circulação dos documentos entre o núcleo e o Poder Judiciário é que pretendo descrever como se constroem os atendimentos socioeducativos, que, antes de tudo, lançam mão de mecanismos de governamentalidade: disciplina, segurança e controle atravessando, simultaneamente, as vidas dos atendidos²⁴.

Não acompanhei casos completos de meninos que tenham iniciado e encerrado suas medidas enquanto eu estivesse por lá. Não estive o tempo todo com um técnico só, ou em um só lugar. Portanto, meu campo é constituído por visões múltiplas dentro da própria equipe sobre alguns temas e atividades muito cotidianos. É a partir dessas perspectivas que minha dissertação se constrói.

Um trabalho de campo dentro de um núcleo específico, mas em movimento constante por suas várias atividades, permite acessar a forma como práticas aparentemente fragmentadas e nem sempre congruentes se arranjam na construção da política de atendimento aos meninos autores de práticas infracionais. Política que almeja a ressocialização dos meninos demonstrada principalmente através dos *encaminhamentos* aos serviços de identificação, de escolarização, de profissionalização e de saúde, oferecidos pela rede.

²⁴ Sobre a governamentalidade, cf. Foucault (2009). Nas medidas socioeducativas da Dom Bosco é possível observar relações assemelhadas com as que Foucault (2008) chamou de pastorado na relação do padre com os frequentadores da Obra Social, dos técnicos com as famílias dos meninos etc. Por outro lado, são evidentes os usos de dispositivos biopolíticos de controle da população (Foucault, 2009), no oferecimento de oportunidades e utilização constante da estatística. Sobre as *oportunidades* como mecanismo de governamentalidade, cf. também Lazzarato (2009 e 2011).

PROBLEMAS E LIMITES

Um trabalho de campo localizado espacialmente ainda implica uma série de limites. O principal deles é a tendência em tratar a instituição como essência, assim como todas as outras instituições com quem ela se relaciona. Procurei não cair neste risco em meu texto. Justamente porque aquilo que encontrei em campo foi um espaço intensamente atravessado por inúmeras relações que se transformavam a todo o momento. Nem todas estas relações são descritas nesse trabalho e, mais do que isso, as descrições presentes sempre se dão a partir daquilo que observei na equipe da Dom Bosco. Como afirma Strathern (2000), e reforça Vianna (2010), nossa visão é sempre parcial, qualquer descrição será repleta de pontos cegos, sempre falamos a partir de lugares muito determinados. Quando isso se transfere para um texto, é preciso que estes lugares a partir dos quais falamos estejam explicitados em nossa escrita.

Sendo assim, é importante dizer que lugares que corriqueiramente apareciam nas conversas da equipe, como a CAS-Leste, o DEIJ, as escolas, os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS-AD), os serviços de saúde, os outros setores da Obra Social, entre outros, não foram etnografados, entre outros motivos, porque que a circunscrição de meu objeto procurou respeitar os limites temporais oferecidos em uma pesquisa de mestrado. Ainda assim, procurei não apresentar o núcleo de uma forma isolada, como um ambiente de aplicação de legislações que lhes são exteriores e de encaminhamentos para instituições que também lhes são exteriores. Pelo contrário, desde o título da dissertação, esforço-me por sustentar o argumento de que as medidas se constroem no núcleo, e se constroem através das relações que lhe atravessam. A centralidade que observei (e que procurei apresentar no texto) nas incertezas enfrentadas pelos técnicos e funcionários das medidas demonstra como a construção dos atendimentos envolve um grande número de atores que a todo o momento negociam sua posição e se esforçam por ampliar o alcance de suas definições.

Além dos limites impostos pela minha localização em campo, que me dava acesso a certas perspectivas, mas me deixava à sombra de outras, devo apresentar os limites que enfrentei de acesso a dados dentro do núcleo e a forma como lidei com cada um deles.

Em primeiro lugar, os documentos produzidos na Dom Bosco foram oferecidos pela própria coordenadora no início de meu trabalho de campo. Ao longo dos meses, os técnicos e as secretárias gentilmente forneciam materiais que julgavam ser interessantes para minha pesquisa: pastas de adolescentes, relatórios avulsos, instrumentais, materiais de cursos de formação, legislações, quadros estatísticos, modelos de documentos criados no núcleo ou oferecidos pela CAS ou pelo DEIJ. Embora eu pudesse ler e transcrever os documentos apresentados, não pude fotocopiá-los. Por esse motivo, uma parte considerável de meu trabalho de campo se baseou na transcrição desses relatórios, ofícios, memorandos e registros. Apesar dos limites que o tempo de transcrição impõe, foi relevante conversar com os funcionários das medidas sobre cada caso e me dedicar a esse trabalho ora na sala dos técnicos ora na secretaria, onde tantas outras atividades aconteciam frequentemente e discussões sobre o funcionamento das medidas e sobre atendimentos específicos sempre surgiam.

Tive acesso ilimitado a seis pastas de adolescentes atendidos pelo núcleo. Três foram oferecidas pelos técnicos, que escolheram casos que julgavam ser interessantes para minha pesquisa. Outras três, eu mesma solicitei. Ainda que o material disponível nestas pastas seja riquíssimo, não atribuí prioridade às suas descrições. Primeiramente porque em um universo de quase 120 atendidos, os registros de seis pastas seriam insuficientes enquanto amostra quantitativa sobre os perfis dos adolescentes. Em segundo lugar porque, como meu acesso aos arquivos foi mediado pelos próprios técnicos, eu não poderia desprezar os motivos que lhes levaram a julgar que tais ou quais casos pudessem ser interessantes para minha pesquisa. Finalmente porque não me dediquei nesta dissertação a etnografar os

percursos institucionais dos adolescentes atendidos no núcleo. As pastas davam acesso a informações sobre todas as instituições pelas quais os adolescentes haviam passado desde a apreensão pela prática de ato infracional. Nela estavam contidos relatórios construídos pelas equipes de diferentes núcleos da Fundação CASA ou de outras MSE-MA. Além disso, em algumas delas havia boletins de ocorrência, transcrições de audiências, documentos escolares, cópias de diplomas e certificados etc. Mais uma vez, no entanto, respeitando os limites impostos por uma dissertação e ciente de que a descrição das atividades e documentos produzidos na própria Dom Bosco já seria extremamente complexa, tomei notas de campo, mas não incluí estes dados no texto final.

Quanto aos relatórios produzidos pelos técnicos da equipe ou enviados pelo Poder Judiciário, pude transcrever vários destes documentos avulsos, principalmente enquanto auxiliava as secretárias em suas tarefas semanais de revisar, fotocopiar e separar cada um dos documentos. Desde modo, acredito que tenho dados suficientes para descrever os Relatórios Iniciais, de Acompanhamento e de Encerramento, assim como os Planos Individuais de Atendimento produzidos no núcleo.

Houve limitações impostas para minha participação em algumas atividades da equipe. Embora eu reconheça e afirme no texto a importância dos cursos de formação para a equipe técnica, não pude participar de vários deles. Estive presente em dois ao longo do trabalho de campo e tive acesso a materiais de vários outros, oferecidos pelos próprios técnicos. O que pude ver em campo era o modo como os técnicos encaravam esses cursos, os debates que traziam deles, as críticas que levantavam e, mais do que tudo, as incertezas que permaneciam mesmo com a grande disponibilidade que apresentavam em conhecer as diretrizes e as legislações.

As principais legislações que regem os atendimentos socioeducativos são o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Nesta dissertação, não haverá um espaço delimitado para o tratamento exclusivo dessas leis. Isso porque, para os próprios técnicos, a legislação

só funciona e só importa quando atrelada aos problemas muito cotidianos que precisam enfrentar. O risco de separar a legislação das atividades dos técnicos era descrever essas atividades pela falta, como se houvesse uma lacuna entre aquilo que é estabelecido judicialmente e a forma como as coisas acontecem na prática. Não era esse o meu propósito, justamente porque não foi isso que o meu campo revelou. A relação entre a lei e as práticas é central ao trabalho da equipe. Não se trata de dizer que as diretrizes que chegam ao núcleo são transformadas, interpretadas, modificadas, perdendo sua eficácia ou seu objetivo. O que o trabalho de campo mostrou, e que pretendo descrever, foi uma impossibilidade de entender essas diretrizes, portarias e legislações sem sua atualização no núcleo, por aqueles que a colocam em prática, e vice-versa. É através das experiências práticas, das comunicações via relatórios entre essas diferentes instituições, da forma como se constroem os atendimentos nos núcleos, que as diretrizes, portarias, legislações também se constroem. Por essa razão, as discussões sobre o ECA e o SINASE serão apresentadas ao longo do trabalho, na medida em que temas relacionados a trechos dessas legislações vierem à tona.

OS CAPÍTULOS

Levando em conta os lugares em que meu campo me colocou e aquilo que eu pude ver a partir desses lugares, apresento a seguinte divisão textual:

Proponho, no primeiro capítulo, uma breve descrição do lugar que as medidas socioeducativas ocupam no projeto preventivo do padre Rosalvino e, simultaneamente, o lugar que ocupam no prédio do CFC. Acredito que o arranjo espacial das medidas diga muito sobre o seu funcionamento. Descrever o espaço permite que o leitor entenda os caminhos por onde os documentos circulam, essencial nos capítulos subsequentes. Além disso, descrevo a importância da localização do edifício do CFC nos discursos da equipe das medidas.

O segundo capítulo será dedicado à descrição das atividades cotidianas internas ao núcleo de atendimento ou, em outras palavras, à descrição e análise etnográfica do conceito de atendimento da equipe aos meninos e suas famílias. Nesse segundo capítulo serão descritas as formas como as famílias são chamadas a participar da medida e as atividades que, para os técnicos, são indispensáveis para que o encerramento seja garantido ao término do *tempo da medida*. Finalmente, descreverei também as funções que os próprios técnicos julgam ter nas relações que estabelecem com os adolescentes que atendem. Cabe a eles *sensibilizar, orientar e encaminhar* os meninos, apresentando-os a medida socioeducativa como uma segunda chance, uma *oportunidade*.

No terceiro capítulo tratarei da elaboração e circulação dos documentos na medida. Serão descritas as formas como os técnicos *interpretam* o Termo de Entrega e, a partir dele, constroem atendimento. Também tratarei do Plano Individual de Atendimento (PIA), documento central na condução das atividades com os adolescentes. O PIA, durante o período de meu trabalho de campo, passava por algumas modificações decorrentes, sobretudo, da instauração do SINASE em 2012. As reflexões da equipe sobre as formas de elaborarem um atendimento necessariamente individual e, ao mesmo tempo, lidarem com documentos padronizados, linguagem técnica e metas rígidas serão aqui apresentadas. O malabarismo perpétuo que os técnicos têm que realizar é o do equilíbrio entre os atendimentos específicos e o constante movimento de uniformização dos serviços. Um esforço descritivo desse tipo precisa levar a sério o fato de que a política é feita através dos documentos, relatórios, informes, ofícios, e-mails, apesar de sua aparência extremamente burocratizada e massificada (Vianna, 2010).

O quarto e último capítulo discorrerá sobre as incertezas que envolvem o conceito de ressocialização e sobre suas possibilidades de manejo. Cabe aos técnicos traçar os objetivos de cada um dos atendimentos levando em conta os limites e as possibilidades que encontram nos adolescentes e, ao término do tempo da medida,

ser capaz de demonstrar ao juiz que aqueles objetivos específicos foram alcançados ou que precisam ser mais bem trabalhados. A possibilidade de encerramento está sempre em aberto, e envolve o embate entre versões possivelmente divergentes do que é entendido como ressocialização.

No entanto, para que essa organização em capítulos faça sentido, é preciso que se tenha em mente uma ideia central de meus interlocutores de pesquisa: a equipe das medidas da Dom Bosco é considerada, por si mesma, uma *ponte*. Nesse sentido, toda a descrição de meus dois primeiros capítulos, embora muito importante, só poderá ser de fato entendida quando, nos capítulos subsequentes, eu demonstrar a impossibilidade de se encarar o núcleo de forma isolada. Como já apresentado, esta etnografia descreve um lugar atravessado por inúmeras relações com outras instituições, pessoas e lugares que, juntos, tornam possíveis os atendimentos socioeducativos. Como argumenta Gregori (2000: 165-166), uma trama institucional não pode desprezar a existência de uma série de conflitos, incapacidades de articulação, resistências. No caso das medidas não é diferente. Se falo a partir dos saberes e das práticas de poder construídas cotidianamente no núcleo, é importante perceber que esses saberes e poderes não se limitam ao corredor das medidas, e tampouco são formados ali de forma totalmente original.

O termo *ponte*, utilizado a todo o momento, parece ilustrar bem o caráter relacional da equipe do núcleo e de seu trabalho. Além de serem pontes entre os meninos e o Poder Judiciário, os técnicos são pontes entre duas lógicas diferentes: a da rigidez das legislações, dos modelos de documentos e das metas propostas por um lado, e da imprevisibilidade e constantes variações dos atendimentos de cada menino por outro.

Ter feito um trabalho de campo localizado em uma única instituição, enfim, não me permite descrever precisamente todos os emaranhados institucionais (Vianna, 2010) envolvidos no atendimento aos adolescentes infratores. Essa dissertação tampouco será sobre a maneira como os meninos e suas famílias veem o

atendimento, a ideia de ressocialização, de medida socioeducativa²⁵, ou como o Judiciário trabalha na construção de suas diretrizes, legislações e decisões sobre os casos de cada menino.

Esse trabalho se propõe, finalmente, a descrever, a partir das atividades cotidianas de uma equipe de onze funcionários de uma Obra Social, a maneira como se constroem as medidas socioeducativas, em seu caráter generalizante e individualizante – discussão central que perpassa o trabalho de toda a equipe. Medidas estas que se constroem no núcleo apenas através de tantas outras conexões que se expandem por muitos lados – conexões com os meninos, com a rede, com a justiça, com os juízes, com as leis, com outros núcleos, com a Obra Social – e que aparecem às margens desta dissertação, como rastros, como outros caminhos possíveis de se percorrer.

²⁵ Para pesquisas com este enfoque conferir, por exemplo, Feltran (2008), Malvasi (2012), Neri (2011) e Shilittler (2011).

CAPÍTULO 1

O ESPAÇO DAS MEDIDAS NA DOM BOSCO ITAQUERA

*- Essas meninas também fazem parte do tribunal.
- Como? – perguntou K., desviando a cabeça ao lado e
fitando o pintor.
Este, porém, sentou-se outra vez em sua cadeira e disse,
em parte brincando, em parte como explicação:
- Tudo pertence ao tribunal.*

(Kafka, 2005: 150)

As medidas socioeducativas da Dom Bosco ocupam um lugar muito bem marcado dentro da Obra Social comandada pelo padre Rosalvino. Ocupam, da mesma forma, um lugar delimitado no prédio do CFC. Ali, juntos e separados das crianças que frequentam as oficinas culturais e esportivas da Dom Bosco, os meninos da medida participam de suas atividades judicialmente estipuladas.

No corredor das medidas, esses meninos circulam entre a secretaria, a sala dos técnicos, as oficinas e os atendimentos individuais. Circulam também os documentos que tornam concretas as medidas socioeducativas ao Poder Judiciário. As crianças do CFC, por outro lado, são vigiadas para que não vagueiem pelo corredor das medidas. O espaço físico é compartilhado e demarcado simultaneamente. Há uma proposta de que as diferentes atividades sejam mantidas no mesmo prédio, mas o fato de o corredor das medidas ser lateral diz muito sobre o lugar que ocupa no projeto da Obra Social como um todo.

Além da importância do espaço, a localização do edifício também é muito valorizada pelos funcionários que ali trabalham, principalmente pelos que compõem a equipe da MSE. A localização do núcleo é entendida como um facilitador para que as metas estipuladas sejam cumpridas dentro do prazo determinado.

Um lugar dentro da Obra, um lugar no projeto preventivo do padre, um lugar que empurra os meninos a tantos outros lugares exigidos pelo Poder Judiciário que os condenou. Este breve capítulo apresenta o prédio do CFC e o corredor das medidas. Lugares a partir dos quais os meninos e suas famílias são colocados em constante movimento: sempre fiscalizado, observado, registrado.

1.1 O ESPAÇO DAS MEDIDAS NO PROJETO DO PADRE

O padre Rosalvino é uma figura muito carismática na região de Itaquera. Transita pelos núcleos de sua Obra com um jaleco branco e um gorro que logo atraem a vista de todos por onde passa. É ouvido e respeitado pelos seus funcionários e por muitos dos atendidos. No CFC não aparece com muita frequência, mas nas ocasiões

em que está presente, é o centro das atenções de todos. Como descrito na Introdução, o padre passa boa parte de seu tempo no Centro Profissionalizante da Obra Social, e valoriza muito o trabalho que é realizado naquele núcleo.

Alguns funcionários me disseram que ele conhece todos os atendidos do CP, outros, que ele não se lembra nem de todos os que trabalham para ele nas outras unidades. Muitas pessoas estão diretamente ligadas ao Padre Rosalvino e, embora haja uma circulação na função de diretor-presidente com o Irmão Arcangelo (por exigências da própria Congregação Salesiana), o nome de Rosalvino é quase sempre citado quando se fala sobre a Obra Social que ajudou a fundar. O nome do padre, inclusive, se confunde com o de sua Obra em muitos momentos. É comum ouvir expressões do tipo “vou lá no padre” quando se referem ao CP.

Nas tarefas administrativas, Cristiane está logo abaixo do padre e tem a função de Diretora Executiva da Obra Social. Sua sede também fica no CP, mas os funcionários de todas as unidades participam de reuniões periódicas (principalmente no início e no meio do ano) com ela. No caso das medidas socioeducativas, é a ela que a coordenadora deve prestar contas. É com Cristiane o contato mais direto e frequente.

O padre Rosalvino participou dos processos seletivos de todos os funcionários das medidas. Uma das técnicas disse-me que passou por três entrevistas antes de ser contratada: com a coordenadora da MSE, com a Cristiane e com o padre. Assim, embora sua presença não se estenda com muita força ou frequência nas medidas, o padre não está alheio ao que acontece em toda a Obra Social.

Ele conhece e se relaciona com muitos políticos. Era amigo de Mário Covas²⁶ e de sua esposa e, inclusive, uma clínica odontológica no CFC leva o nome de Lila Covas. Esses contatos políticos lhe garantem financiamentos e doações. Nas grandes festas da Dom Bosco, é comum que o padre cite vereadores e outros políticos como

²⁶ Mario Covas (1930-2001) foi prefeito da cidade de São Paulo entre os anos de 1983 e 1985, senador entre 1987 e 1994 e governador do estado de São Paulo entre 1995 e 2001, além de deputado federal por vários mandatos.

colaboradores de seu projeto. Conta que teve participação ativa na construção do estádio de futebol do Corinthians ao lado do prédio do CFC: “fiz mil e uma para trazer o estádio para cá”. Conta também que atuou na abertura da Estação Dom Bosco de CPTM. “Vou até onde consigo chegar”, concluiu. Recentemente, Rosalvino recebeu o prêmio de Cidadão Sustentável na categoria de inclusão social²⁷. No site dos indicados, é descrito como alguém que “mudou a realidade de crianças e adolescentes da região”. Embora tenha começado com trabalhos de base, o padre tem consciência de que a Obra Social mudou muito desde seu surgimento, há mais de trinta anos. Disse-me em uma conversa que “a organização cresceu” e que “precisa pagar as contas”.

Se hoje a Obra atende milhares pessoas diariamente, o início de suas atividades se deu em um contexto de proliferação dos movimentos de base da Igreja Católica durante as décadas de 1970 e 1980, com estrutura física precária e desenvolvimento das atividades nas ruas e praças da região. O padre pretendia buscar as origens das mazelas sociais que encontrava como efeito no centro da cidade de São Paulo: jovens abandonados, envolvidos com drogas, vivendo nas ruas. O diagnóstico do padre se assemelha àquele compartilhado por uma linguagem jurídica, jornalística e de senso comum que detecta uma “sobredeterminação entre a miséria, o abandono familiar e delinquência” (Gregori, 2000: 17). Utilizando sua própria história de vida como exemplo (Rosalvino foi uma criança pobre, órfã, acolhida educada por uma Obra Salesiana em Campinas), o padre procurava demonstrar que outras possibilidades eram possíveis. Queria ser uma “referência para os jovens”, queria “salvar vidas²⁸”.

A migração de Rosalvino para as periferias de São Paulo em busca das

²⁷ O prêmio foi organizado pelo “Catraca Livre” e “Rede Nossa São Paulo”. Em <http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/node/18681> (acessado em 08 de abril de 2013).

²⁸ Sobre a trajetória de Rosalvino, conferir os episódios de duas séries disponíveis no site da Obra Social: Reis da Rua, de 2011, e Ciranda do Futuro, de 1984: http://www.domboscoitaquera.org.br/filme_cultura.html e http://www.domboscoitaquera.org.br/filme_ciranda_do_futuro.html (acessados em 10 de janeiro de 2013).

origens dos problemas sociais que chegavam até eles no centro da cidade reflete o que Leite (2009) define como uma interpretação largamente difundida na cidade do Rio de Janeiro, de que “as favelas seriam o território da violência e a população ali residente seria conivente com seus agentes, os traficantes de drogas” (: 207).

Rosalvino acredita na juventude, seguindo os caminhos da própria congregação religiosa que o formou. Afirma não ter medo de dialogar ou enfrentar traficantes e policiais para defender aqueles que podem ter outras oportunidades. Pretendia chegar onde o Estado não chega. Esse foi o combustível que deu início à Obra de Itaquera. Premissa comum e muito antiga no Brasil: a tese do isolamento, da ausência de Estado. Villela (2011) traz à luz documentos que nos mostram a forma como o sertão de Pernambuco era visto, descrito e pensado pelos governadores, chefes de polícia, secretários gerais e parlamentares durante o período que se convencionou chamar de República Velha. Nos relatórios anuais dos governadores e nas mensagens enviadas ao Congresso Estadual, o sertão aparece como uma ameaça à ordem pública, como uma região mal controlada, bárbara (: 25). Posteriormente, as populações flageladas são apresentadas como vítimas do meio em que vivem, e o banditismo como produto deste meio de miséria material e educacional. Feito o diagnóstico, segue a profilaxia: ampliação das escolas e estradas. Seguem ao mesmo tempo, e com ainda mais fervor, os tratamentos diretos da ação policial repressiva (: 43). Demonstra também como já na década de 1920 os chefes de polícia, muito alimentados pelos debates dos juristas da época, discutiam a ineficácia de prisão para os “menores desamparados” (: 68). As prisões funcionariam como escola do crime que transformariam jovens pobres em delinquentes por contágio. Em Itaquera e em tantos outros movimentos sociais que fervilharam nas grandes cidades brasileiras nas três últimas décadas do século XX, o diagnóstico da delinquência e os tratamentos propostos apresentam aproximações relevantes.

Das atividades improvisadas em áreas cedidas pelos traficantes ou abandonadas, o padre expandiu a estrutura da Obra Social com o financiamento de

alemães que “acreditaram no seu projeto” de capacitação profissional para a juventude. Anos depois das atividades da horta comunitária, das pequenas carpintaria e sapataria, e das oficinas de artesanato, teatro e esportes, a Obra precisou ampliar o alcance de suas parcerias e aumentar sua estrutura física. A Obra de Itaquera não foi a única a enfrentar essas mudanças. Feltran (2008) argumenta que aquilo que chama de “basismo crítico” dos movimentos sociais típico da década de 1970 se transforma, na década de 1990, em “ações de gestão participativa das políticas sociais, nas parcerias com governos e demais entidades civis” (: 222), marcada pela tecnificação e profissionalização (: 40)²⁹. Paula (2011) também descreve a institucionalização de vários atores sociais de defesa das crianças e adolescentes que passam, na década de 1990, a constituir organizações e entidades sociais, obtendo status de personalidade jurídica e, simultaneamente, tornam-se mais dependentes dos recursos e da agenda política do Estado (: 115-116). Descreve ainda como essas entidades assistenciais privadas tornam-se “parceiras do Estado, dividindo com ele a função de prestar-lhe serviços assistenciais” (: 125).

Em Itaquera, o deslocamento dos debates políticos nos moldes do basismo crítico é evidente. No caso do núcleo de medidas socioeducativas, é latente o pouco envolvimento da equipe em questões que consideram propriamente políticas, ou de militância. A coordenadora do núcleo, que é a funcionária há mais tempo na Obra, relembra dos anos em que os funcionários eram chamados às passeatas e caminhadas organizadas pelo padre em busca de melhorias nas políticas públicas voltadas à região. Muito pouco disso ficou. A Obra de Itaquera organiza as Caminhadas pela Paz anualmente e as Gincanas da Solidariedade, em que reúne alimentos, agasalhos e cobertores para a comunidade. Mas a maior parte das lutas

²⁹ Paula (2011) também descreve a institucionalização de vários atores sociais de defesa das crianças e adolescentes que passam, na década de 1990, a constituir organizações e entidades sociais, obtendo status de personalidade jurídica e, simultaneamente, tornam-se mais dependentes dos recursos e da agenda política do Estado (: 115-116). Descreve ainda como essas entidades assistenciais privadas tornam-se “parceiras do Estado, dividindo com ele a função de prestar-lhe serviços assistenciais” (: 125).

atuais se dá por outros meios, de outras formas. No núcleo de MSE-MA, onde esta pesquisa foi realizada, passeatas e caminhadas não são nem cogitadas. Fazer política agora se manifesta, por exemplo, na organização de eventos em que membros de outros núcleos e representantes do Estado estejam presentes, ou manifestar suas opiniões sobre as dificuldades cotidianas do trabalho nos cursos de formação que participam.

A ampliação e a conseqüente profissionalização dos serviços são evidentes na fala do padre e na observação do cotidiano da Obra Social. O site da instituição, os uniformes de todos os funcionários, o logotipo da Obra nos documentos, o relógio de ponto biométrico, os Grupos de Trabalho que reúnem funcionários de vários núcleos, as fichas de inscrição dos atendidos e, principalmente, os dois grandes prédios do Centro Profissionalizante marcam esse perfil altamente burocrático, embora convivam lado a lado com relações extremamente pessoalizadas e com a centralização da figura do padre Rosalvino como aquele que dá liga aos serviços. Como descreve Vianna (2010), as relações que estabelecem conexões transnacionais entre congregações religiosas na Igreja Católica são seculares e a princípio não demandam a mobilização de saberes técnico-burocráticos. No entanto, quando a Igreja Católica passa a “criar estruturas com o mesmo formato institucional das organizações de desenvolvimento” (: 106), as relações que passa a estabelecer com atores deste campo exigem que esse tipo de saber seja acionado.

Embora fuja ao escopo desta pesquisa, é importante ressaltar que assim como, a nível local, a Obra do padre Rosalvino tenha enfrentado esse processo de institucionalização, profissionalização e tecnificação, a Congregação Salesiana também enfrentou. Das propostas de Oratórios Festivos e do oferecimento de atividades lúdicas, culturais e profissionais às crianças por Dom Bosco no século XIX, a Congregação atualmente está espalhada por 131 países com inúmeros serviços e frentes de atuação, o que demanda, por exemplo, uma organização dos trabalhos em

*redes*³⁰.

Ainda assim, os salesianos dão espaço a uma considerável autonomia nas obras sociais vinculadas à congregação (vide supra, Introdução). Cada obra salesiana enfatiza alguns trabalhos, de acordo com o perfil de seu líder ou fundador, e das necessidades da região. Em São Carlos (SP), por exemplo, as medidas socioeducativas oferecidas pelos salesianos são referência nacional. O padre Agnaldo, que por décadas dirigiu o serviço, chegou a ser, inclusive, Assessor Nacional de Promoção da Criança e do Adolescente³¹. A Obra Santa Luzia, em Artur Alvim (São Paulo, SP) também realiza um “trabalho sério” nas medidas, segundo os funcionários de Itaquera. Quando estivemos juntos em um curso de formação sobre o SINASE em Santa Luzia, um dos técnicos comentou que “[em Itaquera] a gente tem que vencer muitos obstáculos dentro da Obra”, em oposição ao trabalho das MSE-MA de Santa Luzia, que seria mais valorizado. Isso se reflete, por exemplo, nos esforços para a organização de eventos, na possibilidade de conseguir verbas extras, nas chances de que a agenda do núcleo se torne visível à Obra Social (Vianna, 2010).

O padre Rosalvino nunca escondeu sua predileção pelo CP. Nas duas oportunidades que tive de conversar com o padre, não foi possível falar das medidas socioeducativas sem antes passar por um discurso de valorização dos cursos profissionalizantes. Se as medidas surgiram foi depois, por uma necessidade. O padre ressalta, no entanto, que sua preocupação com os adolescentes autores de práticas infracionais é maior do que em muitas outras obras salesianas. “Dom Bosco entra em qualquer situação de risco”, disse-me ao afirmar que a sociedade mudou desde que o regimento salesiano foi escrito, ainda no século XIX, e que cada vez mais diferentes atividades precisam ser criadas para atender os que estão em situação de vulnerabilidade.

³⁰ Sobre a importância do conceito de rede [network] para o estudo das organizações internacionais, cf. Riles (2001).

³¹ Em 2012, a equipe responsável pelas medidas socioeducativas em São Carlos organizou um livro de relatos sobre suas experiências e dificuldades (Marques e Dias, 2012).

De acordo com Rosalvino, o intuito dos serviços oferecidos na região é não permitir que os jovens sejam *mordidos* pelo crime e pelas drogas, através do oferecimento de diferentes oportunidades de profissionalização e de atividades culturais e esportivas³². No entanto, várias funcionárias também ressaltaram que, muitíssimas vezes, a porta de entrada dos adolescentes e de suas famílias às Obras de Dom Bosco se dá pelo crime e por conseqüente ordem judicial³³. É evidente o esforço da equipe das medidas em encaminhar os meninos para os cursos profissionalizantes da Obra, quase sempre sem sucesso. Alguns fatores como a “disciplina diferenciada” do CP são levantados pela coordenadora como os motivos dessa não adesão dos adolescentes (vide infra, 2.2.2).

O projeto de Rosalvino de qualificação dos atendidos não alcança os adolescentes com a frequência que a própria equipe deseja. Ainda assim, o próprio padre defende que as tentativas de oferecimento das diversas atividades da Obra devem ser estendidas aos meninos das medidas. Isso se manifesta, por exemplo, quando a coordenadora enfatiza aos pais e responsáveis sobre as oportunidades que devem ser aproveitadas durante o tempo da medida, ou ainda quando os técnicos encaminham os meninos e suas famílias aos cursos ou às festas. Acontece, finalmente, quando o padre enfatiza a importância da localização do núcleo das medidas no mesmo prédio que as atividades do CFC. “Não dá para separar o preventivo e o LA”, disse-me em uma entrevista informal. Afirmou que precisou “brigar com a prefeitura” para evitar que as atividades das medidas funcionassem em uma casa separada. Rosalvino não concorda com o isolamento: “Não pode isolar como bandido, ladrão. Tem que ser tratado como cidadão, como os outros”. Por essa sua convicção, as medidas funcionam em um dos corredores do prédio do CFC. É ali, em meio às crianças e adolescentes que participam das atividades

³² Em 11 de julho de 2011.

³³ Em 09 de julho de 2011.

recreativas e culturais, que a equipe da MSE atende os meninos das medidas, dividindo, inclusive as secretárias com o restante do prédio.

1.2 O ESPAÇO DAS MEDIDAS NO PRÉDIO DO CFC

Quando Latour (2010) se propõe a etnografar as pastas que circulam pelo Conselho de Estado francês, logo de cara apresenta sua justificativa. Para seguir o movimento particular da lei, é preciso descobrir algum tipo de material que pertença à lei e que a torne visível. Ao etnógrafo é legítimo substituir os discursos sobre Lei, Justiça e Norma por um inquérito meticuloso sobre as pastas. Dito de outra forma, afirma ser legítimo e eficaz acessar a lei pelos carimbos, pelos papéis e por toda a parafernália de escritório que são as ferramentas indispensáveis para lidar com os casos. Diferentemente dos juristas, não propõe uma ênfase nos textos, mas em sua materialidade. Para acessar essa materialidade, segue as pastas nas salas, nas prateleiras, nas mãos dos vários funcionários que as acessam e alimentam, descrevendo os espaços por onde circulam. Ao descrever o corredor das medidas, meu intuito se assemelha ao de Latour, embora os materiais e o espaço sejam diferentes. Conhecer o corredor em que as medidas são aplicadas, as salas em que os documentos circulam, os ambientes em que diferentes saberes são produzidos é relevante para que, ao longo dos próximos capítulos seja possível acessar as atividades, os documentos, os saberes. É aquele corredor o espaço em que as medidas socioeducativas precisam ser construídas. Medidas determinadas pela lei, que fogem à sua alçada no momento da aplicação. Medidas que se constroem pela circulação dos papéis, pelo encontro com cada adolescente, pelas experiências compartilhadas pela equipe. Espaço que precisa se adequar às exigências muito gerais estabelecidas pela legislação, e se organizar para que possa lidar com toda a imprevisibilidade das vidas que por ali circulam. Espaço em que o que é determinado judicialmente se torna real, palpável, visível.

De acordo com o padre Rosalvino, o prédio do CFC lhe foi oferecido pelo então

governador de São Paulo Mário Covas para que dirigisse as atividades recreativas desenvolvidas no local. Na época, o prédio abrigava o “Clube da Turma”, que oferecia atividades com um alcance muito menor do que o atualmente oferecido pelo CFC³⁴. Para o padre, o desafio foi transformar o espaço e as atividades, e oferecer segurança aos pais de que seus filhos não mais estariam em um ambiente com problemas de disciplina, drogas e evasão³⁵. A proposta do CFC é a de tirar as crianças da rua no período do dia em que não estão na escola. Mantê-las em oficinas culturais e esportivas é a aposta mais antiga da Obra Social: oferecer atividades pedagógicas e um ambiente saudável às crianças, em oposição ao espaço perigoso, pouco produtivo e desmoralizante da rua.

A localização do prédio do CFC é valorizada pelos funcionários. Fica ao lado da estação Corinthians-Itaquera de metrô e CPTM (ver figuras 2, 3 e 4). Fazem parte da paisagem diária as imensas máquinas que trabalham sem parar na construção do “Itaquerão”, estádio do Sport Club Corinthians Paulista, que se levanta às pressas para a Copa do Mundo de 2014. Há ainda um shopping e um grande Poupatempo ao lado da estação de metrô. Todos esses fatores são considerados facilitadores para a frequência dos meninos tanto nas atividades do CFC como nas da MSE-MA.

³⁴ Sobre o CFC, http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=Of47qCo8bRA#! (acessado em 27/05/2013).

³⁵ Informações sobre a passagem do Clube da Turma ao padre Rosalvino em <http://www.domboscoitaquera.org.br/servicos/cfc.htm> (acessado em 12 de março de 2013).



Figura 2: Vista do Estádio de futebol do Sport Club Corinthians Paulista, em construção, e da linha vermelha de metrô da cidade de São Paulo. No muro, grafite realizado pelos adolescentes das medidas socioeducativas e da região de Itaquera nas atividades da Oficina de Grafite oferecida pelo MSE-MA

O prédio fica no alto de uma ladeira ao lado de uma creche coordenada pelo Grupo Marista³⁶. O espaço é grande, composto por várias salas onde funcionam as oficinas de artes marciais, ginástica rítmica, ginástica olímpica, música, canto, pintura, tecelagem, teatro, desenho, capoeira, fanfarra, futsal etc. Há uma piscina, quadras esportivas, um ginásio, uma biblioteca e o refeitório. Há ainda uma sala de computadores onde funciona um Telecentro, “programa de inclusão digital que oferece acesso gratuito à internet e às ferramentas da informática”, organizado pela Secretaria Municipal de Participação e Parceria³⁷.

Logo na entrada do CFC, dois corredores desmembram-se do grande pátio principal. Ao fundo do corredor da direita, funciona a Casa do Adolescente, programa ligado à Coordenadoria da Juventude, que integra a Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude do Estado de São Paulo. Lá, os atendidos e moradores da região podem agendar consultas médicas e contar com atendimentos imediatos de enfermagem,

³⁶ Em <http://www.solmarista.org.br/rede-solidariedade-rede-unidades-sociais/d64> e <http://www.grupomarista.org.br/institucional> (acessados em 13 de março de 2013).

³⁷ Em http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/participacao_parceria/telecentros/ (acessado em 13 de março de 2013).

além de serem encaminhados para outras unidades de serviço público de saúde.

Em todo o prédio, há cartazes com frases religiosas, com orientações sobre as regras de convivência, com os trabalhos realizados pelas crianças e adolescentes do CFC. Há ainda quadros de Dom Bosco, de Nossa Senhora Auxiliadora e de Jesus Cristo. Há troféus expostos e artesanatos à venda, feitos pelo Grupo de Mães que se reúne no prédio. Há placas com nomes de colaboradores e das Secretarias que financiam o núcleo. Uma bíblia que sempre fica aberta logo na entrada do pátio principal.



Figura 3: Vista do Centro de Formação e Cultura. À esquerda, o Shopping Itaquerã, ao centro, o Poupatempo e à direita, em vermelho, a Estação de metrô e trem Corinthians-Itaquerã



Figura 4: Imagem aérea da localização do CFC. Em amarelo, o CFC. Em laranja (à esquerda, abaixo), as obras do “Itaquerã”. No círculo azul, o shopping, Poupatempo e estação de metrô e CPTM

No corredor oposto ao da Casa do Adolescente, à esquerda, funciona o núcleo de medidas socioeducativas. Há uma grade amarela que separa as atividades do núcleo do resto das oferecidas pelo CFC. Embora esse portão raramente esteja trancado, o acesso das crianças e adolescentes do CFC a essa área é vigiado pelos funcionários da portaria. Os meninos das medidas também são orientados a não circularem livremente pelas dependências do CFC quando não estiverem em atendimento. Os técnicos podem encaminhá-los às atividades oferecidas pelo Centro, e alguns dos atendidos aceitam participar, mas, quando não são alunos, devem permanecer no corredor das medidas.

O portão amarelo também marca a separação da equipe das medidas em relação aos outros funcionários do prédio e, no limite, da Obra Social. Há o “pessoal das medidas” e o “pessoal do CFC”. Ainda que o uniforme seja o mesmo, há mais de um tipo de demarcação espacial que os coloca cada um em seu lugar. Embora devam prestar contas de suas atividades periodicamente, assim como participar de reuniões e Grupos de Trabalho, os técnicos da MSE têm certa autonomia. A coordenadora das medidas é aquela a quem os técnicos devem prestar contas mais diretamente. O contato com o restante da Obra é feito, principalmente, através da coordenadora. Os funcionários das medidas não participam das atividades do CFC, como os planejamentos semestrais ou as reuniões com os educadores. Não participam das orações periódicas (chamadas de “Bom Dia” ou “Boa Tarde”) que Célia, a coordenadora do CFC, organiza com as crianças e funcionários periodicamente. As férias dos funcionários das medidas também não seguem o mesmo regime. Não há um período em que as medidas entrem em recesso. Os técnicos precisam se revezar no cumprimento de seus 30 dias de férias, tempo em que os outros membros da equipe passam a atender os seus meninos. Nos momentos das refeições, é comum que a equipe da MSE também almoce em conjunto, separada do restante dos funcionários do CFC. Os funcionários da MSE não precisam participar de todos os grandes eventos do CFC. Em 2012, foram dispensados do trabalho na Festa das

Mães, mas na Festa Julina, por outro lado, precisaram organizar turnos para o trabalho na portaria, recebendo e vendendo as entradas.

As medidas compartilham com o CFC os sons das oficinas de música, das crianças conversando e brincando nos intervalos, as instruções que Célia passa aos funcionários e atendidos do CFC com seu microfone. O silêncio das medidas é constantemente quebrando pela rotina do CFC. Compartilham ainda a sala 32, no corredor oposto, onde duas técnicas das medidas coordenam as reuniões mensais da Terapia Comunitária.

A secretaria é também um dos poucos ambientes comuns às medidas e ao CFC. Embora funcione no corredor das MSE-MA, está localizada antes da grade amarela. A sala conta com um guichê de atendimento e sua porta sempre deve estar trancada. Cada uma das secretárias tem um computador e dividem boa parte de seus dias entre os trabalhos em suas mesas e as fotocópias dos documentos. As secretárias devem anotar em um caderno cada uma das fotocópias e impressões que realizam, especificando o motivo e o funcionário que as solicitou. Na secretaria há um arquivo em que ficam os documentos usados com mais frequência, como as fichas de justificativa de atrasos dos funcionários, de controle dos vales-transportes entregues, além dos mapas da cidade de São Paulo para a verificação das áreas de abrangência dos serviços. Sob a bancada em que fica a fotocopadora, há várias pastas com documentos antigos e cópias dos documentos que ficam na sala dos educadores. Os ofícios que chegam do Judiciário têm um lugar; os relatórios antigos de casos já encerrados, outro; as cópias dos relatórios dos meninos atendidos, outro. Tudo é organizado numericamente (com base nos números dos Ofícios), por data ou alfabeticamente, o que agiliza o trabalho das secretárias no caso de precisarem encontrar algum documento arquivado.

As duas secretárias também devem atender as demandas do CFC, principalmente relacionadas aos telefonemas que recebem e às fotocópias que devem tirar. Além disso, elas são responsáveis pelos registros de atraso dos funcionários de

todo o prédio e distribuem os vales-transportes para todos os atendidos. A soma destas tarefas é entendida pelas funcionárias como um acúmulo, principalmente nos momentos do mês em que precisam realizar os fechamentos das medidas, recolhendo e organizando dados estatísticos a partir do material fornecido por cada técnico sobre cada atendido, e quando, semanalmente, organizam os relatórios e documentos das medidas que devem ser levados ou retirados do DEIJ e da CAS-Leste. Atender às demandas do CFC nesses períodos pode atrasar os trabalhos das medidas, que geralmente precisam cumprir prazos rígidos de despacho.

O conhecimento produzido na secretaria costuma ser de uma natureza distinta àquele produzido na sala dos educadores. Se os técnicos elaboram relatórios sobre cada um dos atendidos, as secretárias agenciam números, tabelas e estatísticas. Cada sala do corredor das medidas produz documentos específicos, e a circulação deles e das informações que carregam, são bastante organizadas entre os diferentes membros da equipe.



Figura 5: O corredor das medidas. A porta à esquerda é a sala dos educadores. Nos murais azul, branco e amarelo, cartazes de festas religiosas, de Dom Bosco, da Campanha da Fraternidade. Nos balcões à esquerda, artesanatos feitos nos grupos de Família pelas mães dos atendidos nas medidas e no CFC, e alguns livros doados.

Além da sala dos educadores, o corredor das medidas ainda é formado pela sala das oficinas, pela sala da coordenadora e pelas quatro salas de atendimento individual. Há também uma pequena copa, em que ficam disponíveis para a equipe e para os atendidos pães, biscoitos e café. Ao longo de todo o corredor há cadeiras para que os adolescentes aguardem seus atendimentos, cartazes e fotografias nas paredes.

As fotografias são agrupadas em cinco categorias que descrevem algumas das principais atividades das medidas, mesclando frases explicativas que remetem a Dom Bosco, ao ECA e às próprias definições da equipe. O primeiro é o das Oficinas Esportivas. Nesse cartaz, há dois textos próximos às fotografias. O primeiro diz que essas oficinas são “uma nova oportunidade para estabelecer uma relação de responsabilidade e confiança”. E o segundo é uma frase de Dom Bosco:

Em todo jovem, mesmo no mais infeliz, há um ponto acessível ao bem e a primeira obrigação do educador é a de buscar este ponto, esta corda sensível do coração e tirar bom proveito.

O segundo é o das Oficinas Culturais. Além das fotos, há a frase que transmite uma das principais propostas do ECA: “Sociedade, Família e Estado assumindo juntos a responsabilidade pela garantia de direitos da criança e do adolescente”. O terceiro cartaz é sobre os Grupos de Família, que são ali descritos como

atividades que vão além da orientação quanto aos direitos e deveres estabelecidos no ECA, mas que buscam também estabelecer uma mentalidade que prioriza a educação e não a punição.

As fotografias dos Grupos de Adolescentes estão acompanhadas da seguinte definição: “Possuem oficinas culturais e esportivas, palestras etc. Fazem parte do atendimento em MSE-MA”. Finalmente, no mural dos Passeios, lê-se que têm como objetivo “incentivar os adolescentes e as famílias a conhecerem outra realidade por meio de atividades que propiciam o exercício da cidadania”.

Sobre o umbral da sala dos educadores há um grafite escrito “LAC Esperança”, antigo modo pelo qual as medidas eram conhecidas³⁸. Na sala, os oito técnicos se dividem em dois conjuntos de mesas agrupadas como ilhas de trabalho. Há quatro computadores, dois telefones e dois arquivos de documentos, onde ficam as pastas de cada um dos atendidos. Há um armário que deve ser compartilhado por todos eles. Em uma lousa são anotados os compromissos da equipe e em um mural ficam os panfletos de divulgação de cursos de formação, de encontros religiosos e notícias de jornal. Sobre as mesas de cada técnico, geralmente há vários papéis, agendas, calendários, clips e canetas. Todos eles têm um ECA disponível e, em geral, pastas dos meninos que serão atendidos naquele dia ou sobre os quais serão escritos relatórios ficam em suas mesas. As cadeiras dos técnicos são giratórias, o que permite que todos conversem entre si sobre os casos e sobre o trabalho com facilidade, prática comum no cotidiano das medidas. Em frente à fileira dos computadores, há uma grande janela que oferece aos técnicos uma vista privilegiada da estação de metrô e do estádio de futebol. Dali, muitas vezes, os técnicos observam o comportamento de seus atendidos e se chegam em grupo ou sozinhos para os atendimentos. Quando terminam de atender os adolescentes, também podem observar se eles estão indo embora no momento e pelo caminho que deveriam.

A sala dos educadores tem ligação direta com a sala das oficinas (ver figura 6). Em geral, duas vezes por semana alguns adolescentes participam de atividades nessa sala, e podem ser facilmente observados pelos educadores. Nessa sala também se realizam as *Reuniões de Acolhimento* (vide infra, 2.2) com os adolescentes e responsáveis que chegam para os atendimentos naquela semana.

³⁸ Sobre a Liberdade Assistida Comunitária (LAC) e as reconfigurações que desembocaram no formato atual de atendimento aos adolescentes autores de práticas infracionais, cf. Paula (2011), em especial o capítulo 2.



Figura 6: Sala das oficinas. Ligação com a sala dos educadores.

A sala da coordenadora é menor, com uma mesa de trabalho, alguns arquivos, um computador e lousas na parede para o agendamento dos compromissos. A quantidade de papel na sala dos educadores e na da coordenadora é muito grande. São inúmeras cópias de documentos, relatórios, *Registros de Atividades, Instrumentais* das oficinas etc³⁹. Além de materiais de cursos de formação e documentos com diretrizes vindos da CAS-Leste ou do DEIJ.

Ao fundo do corredor ficam as quatro salas de atendimento individual. São salas pequenas, com uma mesa e três cadeiras (uma para o técnico e duas para os atendidos, em geral o adolescente e um de seus responsáveis). Nessas salas não há cartazes ou fotografias. Algumas vezes os técnicos deixam disponíveis panfletos sobre políticas públicas voltadas aos adolescentes, de campanhas contra drogas e DSTs, ou ainda boletins salesianos.

A marcação espacial do corredor das medidas classifica, divide, organiza o lugar que cada tipo de menino tem na Obra. Se por um lado as histórias de sucesso e a valorização da crença nas transformações são muito fortes entre os funcionários do

³⁹ Os Instrumentais são espécie de relatórios que são feitos a cada atividade desenvolvida no núcleo.

núcleo e da Obra Social como um todo, o espaço lateral e vigiado das medidas revela características daquilo que Foucault (2008) chamou de “espaços de segurança”. A grade amarela, e o olhar atento dos funcionários sobre a circulação no corredor das medidas evidencia o momento em que a separação entre os meninos das medidas e os que ainda não foram *mordidos* pelo crime salta aos olhos. Um dispositivo que classifica, que organiza a circulação e permite que a multiplicidade seja administrada em um mesmo edifício.

Como já descrito, o prédio do CFC não foi construído pelo padre Rosalvino, mas cedido pelo governo do estado de São Paulo. As atividades e serviços oferecidos pelo núcleo precisaram se adaptar à estrutura arquitetônica disponível e otimizá-la de acordo com suas necessidades de controle da circulação dos atendidos. Como descreve Foucault, a atenção à circulação já começa a se colocar no século XVIII: como organizar o espaço de modo que a vigilância estivesse assegurada mesmo com o fim das muralhas típicas do dispositivo disciplinar? A resposta foi dada no sentido de se “organizar a circulação, eliminar o que é perigoso nela, de separar a boa circulação da má, de maximizar a boa circulação diminuindo a má” (: 24), tudo isso sem a busca da perfeição disciplinar, mas lidando com o incerto, com o aleatório, com o dado.

O corredor das medidas, com sua grade semiaberta e seus olhares atentos, explicita arquitetonicamente um modelo de atendimento e de governo dos meninos que não mais os encarcera, mas que, oferecendo-lhes a liberdade, oferece-a assistida. Um dispositivo que não impede que eles circulem, mas que marca sua circulação já dentro do núcleo de atendimento e que, a partir daí, exige uma série de outras circulações externas, que os levem aos lugares certos, nos momentos certos, como veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

A EQUIPE E O ATENDIMENTO

O inquérito não é absolutamente um conteúdo, mas a forma de saber. Forma de saber situada na junção de um tipo de poder e de certo número de conteúdos de conhecimentos [...]. O inquérito é precisamente uma forma política, uma forma de gestão, de exercício do poder que, por meio da instituição judiciária, veio a ser uma maneira, na cultura ocidental, de autenticar a verdade, de adquirir coisas que vão ser consideradas como verdadeiras e de as transmitir.

(Foucault, 2002: 77-78)

Neste capítulo descrevo as atividades que compõem o atendimento da medida de LA. A partir do corredor das medidas, os técnicos colecionam um conjunto de saberes sobre os meninos e suas famílias, e alimentam registros sobre os atendidos que basearão, posteriormente, a escrita dos relatórios que são enviados ao Judiciário sobre cada atendimento. Os atendidos precisam cumprir uma série de atividades e propostas apresentadas pelo técnico responsável por seu atendimento. O intuito da descrição dessas atividades está em mostrar como diferentes mecanismos de governo são aplicados aos corpos dos meninos e de suas famílias quando o Sistema Judiciário confirma a prática de um ato infracional.

Uma vez apreendidos pela polícia, os meninos passarão por intervenções que, simultaneamente, os tratarão como uma população e se interessarão por cada uma das características pessoais de sua vida. Sobre eles serão realizadas estatísticas e relatórios. Suas famílias contarão detalhes íntimos, submeter-se-ão a uma série de questionamentos e encaminhamentos, as percepções técnicas sobre o empenho, a iniciativa e as ações dos adolescentes serão registradas seguidas vezes. Ações de diferentes escalas e de variadas intensidades atravessarão os meninos das medidas. Embora os adolescentes tenham, ao término do cumprimento da medida socioeducativa, suas “fichas limpas”, somente a alcançarão a custo de se deixarem ver por uma série de aparatos governamentais.

Se nos próximos dois capítulos descrevo a forma como os saberes e as percepções da equipe se transformam em documentos que revelam ao juiz o adolescente atendido e, ainda, quais os índices de ressocialização que são levados em conta pelos técnicos e pelos juízes em cada um dos casos, aqui apresento a maneira como os técnicos se relacionam com os atendidos, e as atividades que permitem que esses saberes sejam construídos e disputados posteriormente com o Poder Judiciário.

2.1 A EQUIPE DA DOM BOSCO

Como descrito no primeiro capítulo, a equipe da Dom Bosco é composta por uma coordenadora e oito técnicos, duas secretárias e uma auxiliar de limpeza. É chamada de equipe técnica a reunião dos oito educadores e da coordenadora. No período de minha pesquisa, quatro técnicos eram formados em pedagogia e quatro em psicologia⁴⁰. No entanto, a coordenadora sempre ressaltava (e muitos técnicos também) que embora os trabalhos cotidianos envolvam suas áreas de formação, ali eles não atuam nessas áreas. São técnicos, e sua função é *orientar* os meninos⁴¹.

É trabalho da equipe atender os meninos que chegam para as medidas. Cada técnico é responsável por *acompanhar* uma média de 16 meninos em atendimentos individuais. Eles também são responsáveis por telefonar para esses meninos e suas famílias sempre que necessário e encaminhá-los para os serviços da rede que foram estipulados pelo juiz⁴². Trabalham individualmente nos atendimentos aos seus meninos, mas em conjunto em vários outros momentos. As visitas às famílias, por exemplo, são feitas em duplas ou trios. Além disso, organizam-se em duplas responsáveis pelo planejamento das atividades de cada mês⁴³.

Os técnicos entendem por *atendimento* de Liberdade Assistida um conjunto de tarefas que devem ser cumpridas ao longo do tempo da medida. São tarefas que precisam ser realizadas pelos adolescentes e pela própria equipe. Essas tarefas envolvem a elaboração de documentos pelos técnicos (vide infra, capítulo 3) e o acompanhamento dos meninos que são atendidos nas atividades oferecidas pelo

⁴⁰ De acordo com um dos educadores, é uma exigência estatal recente a formação superior dos técnicos de medidas socioeducativas. A coordenadora, no entanto, tem formação de tecnóloga. Havia também certa pressão de órgãos supervisores como a CAS-Leste e o CREAS para que a equipe voltasse a contar com um assistente social, como tinha antigamente. Depois do término de meu trabalho de campo, soube que com a saída de alguns técnicos, assistentes sociais foram contratados.

⁴¹ Sobre a formação das equipes em outros núcleos de atendimento, cf. Feltran (2008) Marques (2012) e Paula (2011).

⁴² Em geral, serviços públicos ou não governamentais de educação, saúde e trabalho. Ver seção 2.2.2 deste capítulo.

⁴³ Todos os meses, são organizadas as datas da Terapia Comunitária (segunda quinta-feira do mês), das oficinas, dos passeios, e de alguma atividade específica do mês, como o Dia da Mulher em março, a Páscoa em abril e o Dia das Mães em maio.

núcleo. O atendimento envolve, portanto, a escrita do PIA e dos relatórios e a inserção dos adolescentes nas oficinas, nos passeios, nos serviços públicos exigidos pelo juiz. Além disso, frequentemente precisam orientar ou sensibilizar a família para que participe de outras atividades exigidas pelo juiz, como a Terapia Comunitária. Os técnicos também realizam visitas técnicas às residências dos atendidos e às escolas para verificarem se o Plano de Atendimento está sendo cumprido.

Atendimento pode ser descrito como o manejo dessas diferentes atividades em cada caso específico, optando por aquelas que enfrentarão menos *resistência* pelos atendidos e maior aceitação pelo juiz responsável pelo caso. Uma tarefa obrigatória, no entanto, são os atendimentos individuais. Semanalmente, cada um dos técnicos organiza os atendimentos dos meninos que lhes são confiados. Os atendimentos têm horário marcado e, em geral, não duram mais do que trinta minutos. Nessa atividade, o técnico acompanha o adolescente ou, dito de outro modo, procura saber quais das tarefas que foram estabelecidas no primeiro encontro estão sendo cumpridas. Também sensibilizam e orientam os meninos, ou seja, ressaltam a importância de cumprirem as determinações judiciais para que não sejam apreendidos novamente ou para que possam mudar de vida. Finalmente, encaminham os meninos para os serviços públicos necessários – como a escola, o Poupatempo, o serviço de saúde, o CAT etc. *Acompanhar, orientar (ou sensibilizar) e encaminhar* são, portanto, as principais tarefas da equipe técnica na relação direta que mantém com os meninos.

No caso dos atendimentos de PSC, a tarefa dos técnicos é menor. É preciso haver um acompanhamento da medida através de visitas técnicas ao lugar em que o adolescente cumpre a PSC (um posto de saúde ou unidade escolar), e a escrita de relatórios informando o número de horas cumpridas e o comportamento do adolescente no ambiente de trabalho. No entanto, esses adolescentes não precisam participar das oficinas, dos passeios, ou dos atendimentos individuais semanais. Mais do que desenvolver atividades com o adolescente, ou orientá-lo, a tarefa do técnico é mais limitada a informar o juiz sobre o desenvolvimento de sua medida socioeducativa.

Além dos técnicos da equipe, que atendem os meninos e dialogam com os juízes através dos relatórios, as duas secretárias realizam algumas tarefas essenciais ao funcionamento das medidas. Ambas são contratadas pela Obra como auxiliares de escritório, mas a própria coordenadora costuma dizer que são assistentes de coordenação. No período de minha pesquisa, as duas secretárias trabalhavam há pouco tempo na Dom Bosco. Entraram praticamente juntas, há cerca de dois anos, ambas indicadas por outros funcionários da Obra.

O trabalho administrativo exercido pelas secretárias envolve a tarefa de receber os meninos assim que chegam ao núcleo, conferindo a região em que vivem e se estão dentro da zona de abrangência do núcleo. São elas que preenchem as primeiras fichas com seus dados pessoais. São elas também que, em um primeiro momento, determinam por qual técnico cada menino será atendido. As secretárias recebem e fotocopiam os documentos da MSE. Organizam em pastas, protocolam e transportam semanalmente os relatórios construídos pelos técnicos para o DEIJ e para a CAS-Leste⁴⁴. Também precisam manter atualizadas as tabelas de entradas e saídas dos atendidos em seus computadores, organizar os fechamentos todos os meses (ver figura 7), e elaborar os relatórios de prestação de contas que devem ser enviados à CAS e à Obra Social todos os meses.

Embora o trabalho das secretárias seja considerado mais técnico (preenchimento de tabelas, criação de gráficos, arquivamento de cópias), cabe a elas decidir questões como o número de vales-transportes que podem ser distribuídos a cada adolescente, ou ainda auxiliar a equipe técnica na tarefa de revisar os relatórios que precisam ser enviados ao DEIJ e à CAS-Leste sem que erros de datas, de informações de cabeçalho ou de coerência na escrita provoquem a devolução dos documentos (vide supra, 1.2). Muitas vezes também auxiliam a equipe técnica nas

⁴⁴ São pelo menos quatro cópias de quase todos os documentos das medidas que passam por lá. Uma fica no DEIJ, outra na CAS-Leste, uma na pasta do menino e uma última é protocolada na secretaria.

tarefas de organização das festas ou encontros com os adolescentes e com os seus responsáveis.

COORDENADORIA DO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS SOCIAIS - CIMA - DECLARAÇÃO MENSAL DE DADOS DE EXECUÇÃO

CAS LESTE SO/SAS _____ Capacidade: _____
 Mês/Ano: _____
 NOME DO SERVIÇO: **MEDIDA SOCIOEDUCATIVA MEIO ABERTO**
 ORGANIZAÇÃO SOCIAL: **ORBITA SOCIAL DCM BCSGO**

Serviço de Medidas Socioeducativas em meio aberto

Idade	Prestitação de Serviços à Comunidade - PSC			Liberdade Assistida - LA			Arrestos de 2ª medida (diferente da 1ª)			Medida acumulada LA / PSC			TOTAL Permanência no último Dia	
	Ant.	Entr. Nova	Saída	Ant.	Entr. Nova	Saída	Ant.	Trans. Entrada	Saída	Ant.	Entr. Nova	Saída		Perm. Total
12 a 14 anos	5	1	5	22	1	21	6			6			6	32
15 a 17 anos	4	1	4	50	4	46	1			1			1	7
18 anos e mais	1	1	2	1	2	1	1			1			1	1
Total	10	3	12	73	13	79	11			11			12	44

Indicadores	Cumprimento integral da MSE		PSC		LA		PSC LA		2ª Medida	
	Ant.	Perm.	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída
Motivos de Saída										
Atendimento em outro estabelecimento										
Outros										
Total										

Situação Escolar	12 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 19 anos	Total
	Estuda			
Não Estuda				
Sem Informação				
Grau de Escolaridade				
Nunca frequentou escola				
Ensino Fundamental				
Ensino Fundamental Completo				
Ensino Médio				
Ensino Médio Completo				
Ensino Superior				
Sem Informação				
Modalidade Escolar				
Escolarização regular				
Educação de Jovens e Adultos (EJA)				
Outros				
Situação de Trabalho				
Com vínculo (CLT)				
Sem vínculo				
Não trabalha				
Sem informação				
Outros				
1ª Medida				
Reincidência				

Motivos de Saída		PSC		LA		PSC LA		2ª Medida	
Ant.	Perm.	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída
Total									

PSC - Vistas Técnicas - Unidades Acolhedoras		Smaads		Outros	
Saída	Educ.	Saída	Educ.	Saída	Educ.
Total					

Atividades Desenvolvidas		Ativ.		Adol.	
Saída	Educ.	Saída	Educ.	Saída	Educ.
Total					

Nº de Atendimento Realizado no mês		Indivíduos / famílias		Vistas Escolas	
Indivíduos / famílias	Em grupo / famílias	Indivíduos / famílias	Vistas Escolas	Indivíduos / famílias	Vistas Escolas
Total					

Outras Informações	
Nº de casais aguardando conclusão	
Nº de adolescentes com deficiência	
Nº de adolec. em CCA, CAJ	
Nº de adol. em CEDESP (profissional)	
Nº de adolescentes em acolhimento inst.	
Suspensão temporária de medida (item clínico ou matriculada, ser?)	
Nº de usuários que recebem PTR	
Nº de usuários com perfil para PTR	

Encaminhamentos X Incluídos no mês	
Rede de Ensino	
Rede de Saúde	
Proj. de Transferência da Renda	

Responsável pela informação	
Coord. serv.	APARECIDA CONCEIÇÃO HENRIQUE
Ass.	
Data:	
Téc. Sup.	
Ass.	
Data	

Figura 7: Tabela de Fechamento Mensal fornecida pela CAS-Leste

A coordenadora exerce um papel um pouco híbrido entre o trabalho da equipe técnica e o administrativo. Embora tenha sua própria sala, frequentemente circula pela sala dos técnicos e pela secretaria. Ela sempre ressalta que sua função é de coordenação, e que não atende diretamente os meninos. Relaciona seu distanciamento com a confiança que tem em sua equipe, o que permite, por exemplo, que os técnicos vão às audiências judiciais sem a sua companhia. Por outro lado, costuma dizer às mães que está disponível para conversar sobre o andamento de cada um dos casos sempre que necessário. Afirma que pode ser procurada quando as famílias julgarem que “uma abordagem não está dando certo”. Para os adolescentes e principalmente para suas famílias, ela se apresenta como o canal de diálogo com instâncias superiores (como os supervisores do CREAS, os funcionários da CAS e a Defensoria) que possam auxiliar na resolução de problemas mais complexos, como afirmou em um dos Grupos de Família organizados em 2012⁴⁵:

Falem com o técnico quando quiserem, mas também podem falar comigo. Vocês podem cobrar de nós, viu? Não pensem que não! Se eu não conseguir responder, vou falar com minha supervisão, vou procurar saber, qualquer coisa vamos até na Defensoria.

A coordenadora ainda julga ser sua tarefa manter a coesão da equipe, essencial para que o funcionamento do núcleo seja satisfatório. Afirma ser importante conseguir alimentar em seus subordinados o sentimento de que a mudança é possível e de que os casos não são todos iguais. Por outro lado, ela é quem precisa estar atenta aos diferentes tipos de atendimento oferecidos pelos técnicos, e julgar quais são os adequados para as medidas oferecidas no núcleo. Para avaliar o trabalho de sua equipe, organiza reuniões semanais com a equipe, estudos de casos, reuniões com os pais.

Como amplamente tratado na literatura (Marques, 2012; Feltran, 2008; Paula, 2004 e 2011) e enfatizado na própria legislação, a participação da família nos atendimentos é central. A coordenadora leva esse índice em consideração em suas

⁴⁵ Para Grupo de Família, ver seção 2.2.4, neste mesmo capítulo.

avaliações sobre a eficácia dos atendimentos oferecidos por cada um dos técnicos. Em sua perspectiva, no entanto, além da importância da família para cada caso em particular (vide infra, 2.2.3 e 2.2.4), a adesão da família às atividades do núcleo é um índice de sucesso do atendimento oferecido pela Dom Bosco. Assim como a porcentagem elevada de meninos matriculados na rede pública de ensino, detentores de todos os documentos exigidos ou, ainda mais, inseridos em cursos de profissionalização. A escala a partir da qual a coordenadora avalia o trabalho da equipe oscila entre aquela produzida na secretaria e aquela levada em conta pelos técnicos. Os casos individuais são relevantes, são discutidos nas reuniões da equipe, são lembrados como exemplos para atendimentos futuros. Mas à coordenadora cabe a tarefa de apresentar aos seus superiores dentro da Obra Social e aos organismos governamentais de supervisão do serviço uma visão em menor escala daquilo que é vivenciado no corredor das medidas.

Além da organização da equipe e manutenção de sua coesão, é função da coordenadora conduzir as diretrizes e orientações da Obra e do Poder Judiciário aos técnicos e secretárias. Ela participa de reuniões de capacitação e formações com mais constância do que o restante da equipe. Frequentemente tem que ir à Obra conversar com a Cristiane ou com o padre. Além disso, participa de encontros periódicos na CAS ou em outros núcleos de medidas socioeducativas.

Também é ela quem dá a palavra final sobre o formato dos documentos, quem determina quais dos técnicos participarão dos cursos e encontros de formação, ou ainda quem autoriza as visitas, as festas e os benefícios oferecidos por cada um dos técnicos aos seus atendidos. Ela discute com a equipe os casos considerados mais complicados, os argumentos que deverão ser levantados nas audiências, os caminhos que devem ser seguidos nos atendimentos que fogem da normalidade esperada⁴⁶.

A rotatividade da equipe é muito alta (Feltran, 2008: 272-273). Dos oito

⁴⁶ Por exemplo, casos em que o juiz determina escolarização, mas a equipe entende que é necessário, primeiramente, um tratamento de drogadição; ou ainda quando não há “respaldo familiar” e a equipe julga necessário encaminhar o adolescente para abrigo.

educadores, sete estavam trabalhando nas medidas há menos de cinco anos. Três deles vieram para o núcleo desde outros serviços da Obra, em um processo de transferência interna. Depois do término de minha pesquisa, três técnicos e uma secretária deixaram a equipe. A coordenadora está no núcleo há mais de nove anos, mas antes disso já havia trabalhado como “Mãe Crecheira”, um antigo projeto da Obra que já não existe nesses moldes⁴⁷.

A coordenadora precisa ser sensível ao que chama de *tempo da equipe*. Para ela, trabalhar nas medidas tem uma duração muito específica e, em geral, breve. Ao avaliar o trabalho de cada técnico, ela também precisa constatar se seus serviços caminham na tênue brecha entre a tutela ou *vínculo excessivo* com os meninos, e o conformismo ou descrédito por conta das frustrações (segundo ela, tão frequentes nesse tipo de trabalho).

Tem que ter vínculo, mas com o programa, não com o técnico. Porque senão eles vêm aqui, acham que podem jogar um H nos técnicos e conseguirem o que querem.

A importância do *vínculo* para que o processo socioeducativo evolua de maneira satisfatória é ressaltada por Marques (2012) e pelos interlocutores de Feltran (2008). Feltran argumenta que no CEDECA de Sapopemba o vínculo inicial era considerado a condição para o sucesso de todas as atividades (: 231). O vínculo de “confiança pessoal e de ordem privada funcionária como uma chave para abrir a porta de entrada no mundo dos direitos” (: 332). Sartori (2010) também trabalha com a centralidade do vínculo no caso dos atendimentos oferecidos no “CAPS Esperança” de Campinas. Ali, o vínculo inicialmente construído com o profissional é entendido como um “laço com o paciente, possibilitando que este último estabeleça uma conexão com seu tratamento” (: 12). É função do profissional se deixar afetar pelo sofrimento do outro (: 50) criando esses laços, principalmente através da escuta.

⁴⁷ Em <http://domboscoitaquera.org.br/servicos/cei.htm> (acessado em 28 de maio de 2012).

Em meu trabalho de campo, acompanhei várias situações em que os técnicos demonstravam que vínculos foram criados com seus atendidos. Isso se manifestava na fotografia da filha de um antigo atendido sobre a mesa de uma das técnicas, nas visitas que recebiam de meninos que já tinham encerrado a medida, nas tentativas de valorizar com pequenos presentes as atitudes positivas dos adolescentes ou de conseguir benefícios (como cestas básicas ou vales-transportes) com a coordenadora para as famílias. É evidente que os técnicos se envolvem com várias histórias e criam vínculos com alguns atendidos. Entretanto, o cuidado que a coordenadora manifestou em várias ocasiões sobre os atendimentos oferecidos por cada técnico está muito relacionado com aquilo que entende como vínculo excessivo. Para ela, o envolvimento exagerado com cada um dos casos pode cegar os técnicos a ponto de prejudicar o andamento da medida. “Eles são muito sedutores”, dizia uma técnica certa vez. Por essa razão, sempre que julgava necessário, a coordenadora trocava o orientador dos adolescentes, ou, ao contrário, não cedia aos pedidos feitos pelos próprios adolescentes de que trocas fossem feitas.

Embora os técnicos avaliem a periculosidade no trabalho, o desgaste emocional e o salário como elementos consideráveis na alta rotatividade da equipe, para a coordenadora, a facilidade em se escapar daquilo que é entendido como a verdadeira tarefa dos técnicos – que é tão somente orientar (apresentar as oportunidades) e encaminhar – é uma das causas que a leva a dizer que “a LA tem tempo”.

O equilíbrio entre a tutela e o conformismo precisa ser trabalhado a todo o momento, em cada caso. Os debates da equipe a respeito dos passes (de ônibus ou de metrô) que podem e/ou devem ser entregues aos meninos em determinadas situações ilustram bem a maneira como a equipe gerencia esse dilema. Ainda que os atendimentos aos meninos em medida sejam organizados por áreas de abrangência, muitos deles não moram tão perto a ponto de poderem ir a pé até a Obra. Alguns dependem de dois ônibus em cada trajeto. Para que a distância não prejudique a

frequência dos meninos, a Obra tem uma cota de passes que pode distribuir semanalmente para os atendidos e suas famílias. Como geralmente os atendimentos são semanais, o menino recebe ao final da conversa com o técnico dois passes – um para ir embora e outro para voltar na semana seguinte. Caso as namoradas, pais ou responsáveis tenham participado do atendimento, muitas vezes conseguem passes também.

Mas as coisas não são tão simples assim. Existe todo um debate sobre os limites de passes por menino, sobre a forma como eles os estão utilizando e, no limite, sobre o papel do núcleo no processo de ressocialização de seus atendidos.

Segundo a avaliação da coordenadora,

Olha o [nome do adolescente] – você sabe quem é, não sabe? –, olha o que ele está fazendo com o educador dele! O educador está tutelando o menino! Ele vem aqui toda hora atrás de passe. Diz que precisa para fazer entrevista de emprego, uma atrás da outra. Aí junta os passes e troca! Dois passes que ele pega, dá mais de R\$5,00, já compra um cigarro... E isso não pode aqui! A gente não pode achar que eles são coitadinhos! São vítimas, mas coitadinhos não!

Em outro momento, foi a vez da secretária problematizar os discursos dos meninos:

Eu falei que não ia dar. A Cida [coordenadora] não estava aqui, estava em reunião. A gente tinha conversado na última reunião justamente sobre isso! Nossa cota de passes está passando muito, não é para ficar dando sempre. Tinha um que vinha aqui todo dia, todo dia! E só queria passe de metrô. Por que será? Isso não ressocializa. A gente está financiando o vício deles. Falei que não ia dar.

Os meninos nem sempre vão ao núcleo somente uma vez por semana. Nem sempre precisam de passes só para os atendimentos, mas também para cumprir outras exigências do Judiciário, como conseguir entrevistas de emprego, por exemplo. E, para complicar ainda mais, os meninos nem sempre usam os passes para irem onde dizem que vão. A equipe entende que é seu papel traçar os limites, perceber as malandragens, não financiar o vício.

Se as situações acima demonstram a preocupação com a tutela, abundam outras que ilustram os esforços dos técnicos – muitas vezes indo de encontro aos limites financeiros ou às intenções da própria coordenadora e de outros funcionários da Obra – para não deixar de respaldar os meninos e suas famílias. Conseguir cestas

básicas, passes extras, ou mesmo pequenos presentes que demonstrem a valorização pelo técnico das iniciativas do adolescente e da família é muito importante para eles. Saber concordar suas percepções com as da coordenadora e da Obra faz parte do esforço constante de manter a equipe coesa.

A forma como esses direitos – ao passe, à assistência etc. – são utilizados pelos meninos é gerenciada caso a caso pela equipe, e envolve reflexões muito sérias sobre o próprio papel do núcleo, da equipe, das medidas. “Jogar um H” no educador e conseguir um passe é frequente, na opinião deles. Não evitar que isso aconteça, é “financiar o vício”, algo que, evidentemente, “não ressocializa”. Mais uma vez é papel da equipe, em especial do educador, cuidar desse equilíbrio, discernir os limites entre a tutela e o conformismo, ou o descaso⁴⁸.

2.2 ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DA MSE-MA⁴⁹

Quando algum adolescente é pego praticando um ato infracional, ele é encaminhado para a delegacia e, em muitos casos, para UAI no Brás. De lá, depois de uma audiência, alguns já saem para o cumprimento da medida em meio aberto, e outros, antes disso, passam por um período de internação em alguma unidade da Fundação CASA⁵⁰. Cumprido o período da internação, o juiz determina qual a medida adequada para o adolescente. Alguns cumprem PSC, outros LA, outros ainda combinam as duas medidas.

Veremos adiante (capítulo 4) que os objetivos das medidas são disputados cotidianamente entre os técnicos e os juízes. Ainda assim, há uma definição no site da

⁴⁸ Nos passes esse dilema fica muito evidente, mas não só aí. Conseguir cestas básicas, participar das festas no núcleo em que há distribuição de comida e presentes, e ser encaminhado para alguns serviços (como os serviços médicos da Casa do Adolescente, que fica no mesmo prédio) são outros exemplos de momentos em que esse tipo de reflexão aflora.

⁴⁹ Marques (2012) descreve todas as atividades que compõem o atendimento socioeducativo na cidade de São Carlos (SP).

⁵⁰ Antiga Febem. Desde 2006, o governo do estado de São Paulo criou as Fundações Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA), pautada principalmente pela descentralização das internações. Processo semelhante ocorreu nas cadeias do estado. Sobre isso, conferir Biondi (2010). Os educadores já me disseram que os encaminhamentos às diferentes unidades da Fundação levam em conta a região em que o menino vive.

Dom Bosco, fortemente baseada no ECA (art.119^o), que cristaliza aquilo que a equipe entende como sua tarefa no atendimento aos meninos. O principal objetivo é descrito como o de “contribuir para a convivência social e familiar dos adolescentes, para que exerçam seus direitos e deveres, valorizem a vida e desenvolvam o senso crítico⁵¹”.

Para que esse objetivo possa ser alcançado, o site enumera as seguintes atividades:

- Aplicação do Plano Individual de Atendimento;
 - Contatos com as famílias por meio de visita domiciliar e Grupos;
 - Atendimento individual e contatos telefônicos;
 - Promoção de eventos, festas;
 - Grupos com temas reflexivos pertinentes a realidade juvenil e familiar como: escolarização, estatuto da criança e adolescente, família, adolescência e outros;
 - Proporcionar passeios na área de esporte, cultura e lazer.
 - Orientar os adolescentes e famílias sobre seus direitos e deveres;
 - Orientar e encaminhar adolescentes e famílias para obtenção de documentos pessoais;
 - Orientar para a cidadania participativa.
 - Promover encontro com a Rede Pública de Ensino, apresentando o ECA;
 - Promover encontro com o Sistema Único de Saúde, apresentando o ECA;
 - Promover encontro com a Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer, apresentando o ECA;
 - Promover encontro com a Secretaria da Habitação, apresentando o ECA.
- (http://www.domboscoitaquera.org.br/servicos/mse_atv.htm)

Na Dom Bosco, acompanhei os técnicos em cada uma dessas tarefas. A ênfase em que cada uma delas é trabalhada com os adolescentes é variada, mas embora cada atendimento abra possibilidades de intercorrências, há um ritmo e uma ordem de desenvolvimento das atividades bastante padronizada para cada um deles.

O primeiro contato dos adolescentes com a equipe técnica se dá depois do preenchimento dos documentos iniciais na secretaria⁵². Nesse primeiro encontro, chamado de *Reunião de Acolhimento*, os garotos são orientados sobre as atividades oferecidas pelo núcleo, sobre a dinâmica da medida e, inclusive, sobre as remessas de relatórios em períodos específicos. São chamados a agarrarem essa “segunda chance” e a “começarem de novo”. São convidados a participar juntamente com seus familiares das atividades oferecidas pela Obra Social Dom Bosco. São, finalmente,

⁵¹ Em http://www.domboscoitaquera.org.br/servicos/mse_obj.htm (acessado em 15 de março de 2013).

⁵² Sobre esses documentos, sua elaboração e sua importância, vide infra, capítulo 3.

alertados sobre a importância de obterem a documentação que ainda não tenham e a estarem inseridos na rede pública de ensino.

Nessa primeira reunião grupal, dificilmente os técnicos falam sobre os atos infracionais que levaram cada um dos meninos à medida (Marques, 2012). Seu interesse parece ser o de deixar claro o funcionamento dos atendimentos, e familiarizá-los com as regras que devem ser seguidas para que, dali a alguns meses, a sugestão de encerramento seja acatada pelo juiz. Dentre as regras principais, estão o cuidado com o vocabulário – dizer que veio assinar a medida é mal visto pelo juiz e pode complicar o processo (vide infra, 2.2.1 e 2.3) –, a obtenção dos documentos exigidos para a faixa etária e a inserção na rede pública de ensino.

Em seguida, cada um dos meninos e de seus responsáveis é encaminhado para as pequenas salas de atendimento individual com os técnicos que foram designados para atendê-los. A tarefa de escolha dos técnicos, em geral, segue critérios bastante objetivos. As secretárias mantêm tabelas de registro de cada um dos adolescentes que entram e saem do núcleo, divididos pelos oito técnicos. Em geral, os meninos são encaminhados àqueles técnicos que, naquele momento, têm menos atendidos. Presenciei pouquíssimos casos em que a coordenadora interferiu na escolha dos técnicos, levando em conta que o encontro entre perfil de determinado adolescente seria mais fecundo com determinado técnico. Nessas ocasiões, tratava-se de meninos que já eram conhecidos pela equipe. Nesses raríssimos casos de interferência, o que foi levado em conta pela coordenadora foi a formação acadêmica do técnico em psicologia ou a *firmeza* com que tratava os adolescentes.

No primeiro atendimento individual, o técnico que será responsável pelo adolescente se apresenta, reforça qualquer informação que não tenha ficado clara e procura levantar dados sobre o menino, sempre realizando perguntas a partir de alguns temas principais: a documentação, a escolarização, a profissionalização e a saúde. A partir desses temas emanam outros, como a configuração familiar, os motivos que o levaram ao ato infracional, e objetivos ou planos para o futuro do

adolescente. Todas as orientações gerais apresentadas na Reunião de Acolhimento são aqui individualizadas para o caso deste menino específico. É importante para o técnico, desde já, sentir quais são os limites e as possibilidades que aquele atendimento lhe propiciará (vide infra, capítulos 3 e 4).

Mais um aspecto é muito frequentemente explicado logo nesse primeiro encontro: o estatuto do técnico no cumprimento da medida. Várias vezes ouvi a coordenadora e os próprios membros da equipe definirem-se para os meninos como *pontes* entre atendidos e juízes. No caso abaixo não foi diferente:

A técnica se apresentou e explicou que seria a orientadora do adolescente naquele período. Disse que seria um meio de campo entre ele e o juiz, e que precisaria dizer ao juiz tudo o que estava acontecendo. Seria aquela que “pegaria em seu pé”. Depois começou a preencher o PIA. Perguntou muitos dados sobre a educação e a situação familiar do menino. Explicou para ele que o juiz tinha determinado seis meses de LA, e perguntou se essa era a primeira medida do menino, que respondeu afirmativamente junto com sua mãe.

(...) O menino está matriculado na escola, e tem quase todos os documentos – com exceção da carteira de trabalho, que a mãe afirmou “que vai tirar amanhã”, porque conseguiu um emprego. Sua técnica afirmou que estava com mais da metade do caminho andado, porque o juiz iria querer saber se ele tem os documentos e se frequenta a escola.

(...) A mãe então perguntou se o nome do menino ficaria sujo depois do cumprimento. A técnica explicou que não, mas que se ele não cumprisse a medida, o juiz poderia mandar interná-lo. Perguntou quanto tempo ele ficou na Fundação, ele disse que só um dia. Sua técnica disse que o menino deu sorte, mas a mãe afirmou que foi o suficiente para que ele ficasse muito assustado, principalmente com os meninos tão pequenos que estão por lá.

Diário de campo (abril de 2012)

Na relação que os técnicos estabelecem com os adolescentes e as famílias, seu trabalho é apresentado como o de executores de exigências judicialmente impostas. Todos os encaminhamentos oferecidos e as oportunidades apresentadas são colocados como condições para que a medida possa ser encerrada ao término dos meses estipulados. Quando relatam os atendimentos aos juízes, principalmente através dos *Relatórios Inicial, de Acompanhamento e de Encerramento*, a posição dos técnicos não se inverte. Ali também se apresentam como aqueles que levaram os meninos ao cumprimento das tarefas impostas pelo juiz.

No entanto, no cotidiano dos atendimentos ser uma ponte é mais do que funcionar como canal entre os meninos e os juízes. Os técnicos constroem os

atendimentos, ainda que sigam as diretrizes judicialmente impostas. Constroem também os adolescentes que pretendem revelar aos juízes através dos documentos. Dito de outra forma, os técnicos se apresentam aos meninos logo no primeiro atendimento de maneira passiva, ou como simples condutores das decisões judiciais aos meninos e, por outra via, informantes dos juízes sobre cada um dos casos. Sabem, por outro lado, que a tarefa de construir um atendimento e optar pelas atividades mais adequadas para cada caso lhes pertence. Sabem também que, na maioria dos casos, deverão interceder junto ao juiz (principalmente através dos relatórios) como os maiores conhecedores de cada um dos atendidos. A eles cabe a tarefa de expor ao juiz todos os fatores que circundam as possibilidades de um atendimento bem sucedido, como o apoio da família, o envolvimento com as drogas, a situação socioeconômica, o histórico de familiares envolvidos com o meio infracional, os problemas de saúde, as debilidades dos serviços públicos disponíveis ao adolescente etc.

Cabe aos técnicos, como pontes que são, reunir e apresentar os atenuantes e os agravantes de cada caso, dilatar os detalhes sobre a vida de cada menino, ampliar o escopo das diretrizes legais para que dêem conta de todas as especificidades de cada atendimento⁵³. Uma medida socioeducativa, dizem os técnicos aos meninos, deve ser mais do que assinar um papel ou comparecer semanalmente ao núcleo. Mas também, dizem aos juízes, é mais do que a reunião de declarações de matrícula, encaminhamentos bem-sucedidos, frequência adequada ao núcleo.

Se no próximo capítulo trataremos mais detalhadamente dos diálogos que esses técnicos estabelecem com o judiciário, aqui o intuito é apresentar as tarefas que desenvolvem com os meninos, e as possibilidades que se abrem na construção de cada uma delas. Tarefas estas que em muito se complexificam em relação às

⁵³ Sobre o poder político, manifesto principalmente na escrita de seus documentos, cf. Feltran (2011). “Os técnicos experientes sabem bem como preparar esses documentos, os termos a utilizar, os modos de justificar os progressos, as formas de encaminhar a decisão judicial esperada” (: 18). Sobre os documentos, conferir ainda o capítulo 3 desta dissertação.

listagens legais que as enumeram.

2.2.1 ATENDIMENTOS

Nas semanas seguintes ao primeiro atendimento e elaboração do PIA (que será detalhado no capítulo seguinte), o adolescente em LA deve retornar ao núcleo para os atendimentos individuais e desenvolvimento das atividades estipuladas pelos seus técnicos, a partir dos documentos enviados pelo Judiciário. Os meninos em LA precisam participar desses encontros, cujo objetivo é orientar, sensibilizar e encaminhar. Um dos principais esforços dos técnicos é o de transformarem os vocabulários de seus atendidos. Além de todas as orientações em relação ao uso excessivo de gírias pelos meninos, os técnicos combatem cotidianamente a expressão *assinar a medida*, utilizada pela maioria dos meninos quando se refere aos atendimentos individuais semanais⁵⁴. A expressão tem sido bastante criticada pela coordenadora e por alguns técnicos, que se esforçam em explicar que *cumprir a medida* não se limita a assinar.

Gente, não existe isso de assinar medida. Isso não existe! Eles não vêm aqui assinar. Tem atendimento, tem oficina, até quando tem passeio é educativo. Já mandei menino embora porque disse que veio assinar medida. Isso é medida socioeducativa, é para ressocializar, para dar oportunidade, não para vir cumprir (coordenadora das *medidas* em um Grupo de Família).

Os técnicos sabem os problemas que essa expressão cria quando chega aos ouvidos dos representantes do Judiciário e se esforçam por transformar o vocabulário dos meninos dentro do núcleo, livrando-os de embaraços em possíveis audiências, por exemplo. Depois de uma audiência, uma das técnicas comentava com seus colegas, com um riso nervoso, sobre o diálogo que seu atendido tinha tido com o juiz. Para ela, o menino correu sérios riscos de ser internado na Fundação CASA porque, entre outras coisas, “falou besteira e se enrolou um pouco” durante o encontro. Ele teria dito que gostaria de continuar “assinando a medida” na Dom Bosco e que se tivesse outra

⁵⁴ As gírias são consideradas marcadores discursivos da vivência criminal pelos interlocutores de pesquisa de Feltran (2006: 259) e Schlitter (2012: 112). A consequência direta do excesso de gírias no vocabulário dos meninos, sob o ponto de vista da equipe, é a dificuldade de encontrarem sucesso nos encaminhamentos que o núcleo deve oferecer.

chance “iria assinar”. Segundo a técnica, o juiz ficou muito nervoso, e a sorte do atendido foi a presença das técnicas na audiência, pois puderam explicar que, apesar do uso daquela expressão, o menino sabia que precisava *participar*.

A despeito da brevidade destes encontros, os atendimentos individuais realmente não se resumem à assinatura de um documento. Aliás, é o técnico quem assina o *Registro de Atendimento*, relatando brevemente os assuntos trabalhados durante o encontro. Assinar a medida, portanto, é uma expressão que nega a principal característica dos atendimentos individuais: são neles que os técnicos levantam dados sobre a vida do adolescente e de sua família. Dados estes que muitas vezes já foram repetidas vezes revelados a outros técnicos de outras instituições, como aos da Fundação CASA: um tipo de “violência institucional” (Feltran, 2011:14) que os faz falar e ouvir os mesmos tipos de discurso pela boca de diferentes tipos de agentes. São naquelas conversas que os técnicos procuram encaminhá-los para uma série de serviços, que procuram fazê-los circular nos lugares considerados certos e agir da maneira considerada adequada. A condição para que os adolescentes em LA estejam em liberdade é justamente a vigilância e controle de suas ações e de suas famílias, através da inserção em variados serviços públicos. Os atendimentos individuais são momentos em que essa tecnologia de ajuste das condutas se manifesta de forma latente. Ali se condensa esse tipo específico de governo das condutas dos que não podem, pela lei, ser governados nas cadeias.

Um dos principais aspectos levados em conta nos atendimentos semanais pelos técnicos é o *amadurecimento* do atendido, que pode ser demonstrado através do *comprometimento* ou da *iniciativa*. Cabe aos técnicos registrar resumidamente os temas tratados nesses encontros, com ênfase aos encaminhamentos que foram oferecidos e às novidades apresentadas pelo menino (como sucesso na obtenção da vaga escolar, interesse em um curso profissionalizante, agendamento de entrevista de emprego etc.). Nos momentos de elaboração dos relatórios que são enviados ao

Judiciário, os técnicos recorrem a esses Registros para argumentarem a favor ou contrariamente ao amadurecimento do adolescente durante o tempo da medida.

Se um adolescente que pratica algum ato infracional não pode ser julgado e condenado pelo Código Penal dos adultos, isso se dá porque ele é considerado uma “pessoa em desenvolvimento” (ECA, art. 6º). Essa imaturidade precisa ser trabalhada de modo que o efeito da medida socioeducativa seja a construção de um sujeito *(res)socializado*, condição que se demonstra através de um controle de sua conduta sobre vários aspectos, listados e tratados semanalmente como metas a serem atingidas (vide infra, 3.2.4)⁵⁵.

2.2.2 OS ENCAMINHAMENTOS

Como descrito logo acima, fazem parte dos sintomas de amadurecimento a iniciativa ou a adesão à medida, que são demonstradas através do cumprimento de algumas exigências enviadas pelo Poder Judiciário e manejadas pela equipe de atendimento. Além da presença nos atendimentos individuais, o adolescente precisa ser orientado e encaminhado aos serviços públicos da rede. Esta tarefa é enfatizada entre os objetivos das medidas da Dom Bosco, mas também nas legislações que regulam o funcionamento dos núcleos e de seus serviços. Mais da metade do tempo despendido pelos técnicos com seus meninos se ancora nas tentativas dessas inserções. É preciso enfrentar, principalmente, a inexistência de vagas escolares na região e o desinteresse dos atendidos em relação aos cursos profissionalizantes ou ao mercado de trabalho formal⁵⁶.

Quando a iniciativa não é o suficiente para que o menino consiga sua matrícula escolar, os técnicos têm que interceder. Todas as semanas alguns deles saem em visitas técnicas a escolas em busca de matrículas para seus meninos. Quando ainda

⁵⁵ Apesar de o termo ressocialização ser frequente no núcleo, existe um tipo de discurso de que os meninos, na verdade, precisam ser *socializados*, já que, pelas falhas do Estado, da família e da sociedade, vários direitos podem lhes ter sido negados ao longo da vida.

⁵⁶ Sobre as dificuldades enfrentadas para a inserção dos adolescentes nas escolas, cf, Marques e Dias (2012), em especial os artigos de Dias e de Rocha, Marques e Minatel.

assim não conseguem pelo cadastro comum, enviam um *Relatório Informativo* ao DEIJ avisando o juiz responsável pelo caso que a sua exigência (e o direito) da escolarização não pôde ser atendida⁵⁷. Nesse caso, o juiz envia um ofício à escola determinando a matrícula do menino. O esforço para se conseguir essas matrículas é grande: muito tempo e papel é gasto com a escolarização. Isso porque, como se escuta com grande frequência por toda a equipe, “se não tiver matrícula o juiz não encerra”. O discurso da equipe aos atendidos é o de que, mesmo reconhecendo todas as limitações do sistema público de ensino, esse ainda é o melhor caminho para que os adolescentes mudem de vida ou consigam um futuro melhor. A exigência maior é a da matrícula escolar, que muitas vezes é conseguida às vésperas da entrega do Relatório de Acompanhamento ou de Encerramento. Mas os técnicos se esforçam, sempre que não encontram muitas *resistências* no adolescente, em exigir a frequência. Anexar uma declaração de frequência escolar com números satisfatórios pode ser decisivo para o sucesso em um pedido de encerramento.

Os técnicos reconhecem as dificuldades que os adolescentes enfrentam em sua adequação à disciplina escolar e as barreiras que os próprios adolescentes encontram nas escolas por serem meninos das medidas. Ainda que esta informação deva ser sigilosa e restrita à direção da escola, eles sabem que esse tipo de notícia circula rapidamente pelo ambiente escolar. De acordo com Dias (2012), embora os adolescentes declarem que a escola os auxilia a “ser alguém na vida” ou a “ter um futuro melhor”, eles apresentam “práticas de resistência ao ensino formal”. Os meninos, simultaneamente, “incorporam um discurso social que legitima a escola como importante” (: 168), e se envolvem em uma série de “movimentos de resistência”. Em minha pesquisa, não tive acesso à forma como os adolescentes da Dom Bosco encaravam a exigência de sua inserção na escola, entretanto, para os

⁵⁷ São relatórios muito breves enviados ao Judiciário quando algo não previsto acontece durante a medida de um menino, como mudança de endereço, excessivas faltas, falta de iniciativa do adolescente, desaparecimento do atendido, nova apreensão por outro ato infracional etc.

técnicos, conseguir a matrícula escolar de um adolescente sempre era visto como uma tarefa duplamente dificultosa: eles precisavam convencer os meninos da necessidade de sua inserção na rede pública de ensino através dos atendimentos individuais e das reuniões com as famílias utilizando argumentos variados (de valorização da escola como um meio para a mudança de vida, de ameaça de que o não acatamento deste encaminhamento implicaria em uma extensão da medida) e, ao mesmo tempo, precisavam lutar contra as falhas na rede, contra a falta de vagas, contra as obstáculos criados pelas próprias escolas⁵⁸.

Os juízes também exigem, muitas vezes, a profissionalização dos adolescentes. Encaminhá-los para os cursos da própria Obra seria um caminho mais fácil, já que os próprios técnicos admitem que nem sempre é possível conseguir vagas para eles, principalmente sendo “meninos das medidas”. Na Obra, eles têm preferência na matrícula. São comuns as filas de espera do CP, mas os meninos das MSE não precisam enfrentá-las. Suas famílias também podem tentar facilitações pelo encaminhamento do núcleo. Apesar disso, os próprios profissionais da equipe afirmam que o trânsito entre MSE-MA e CP é muito raro: a *disciplina* diferenciada de lá é apontada como um dos fatores que mais dificultam essa circulação, como destacou a coordenadora em uma conversa franca no corredor da medida:

Não quero falar mal da Dom Bosco, não é isso. Mas mesmo o Centro Profissionalizante acaba sendo elitizante, não é? Não serve para os meninos que são usuários diários, que não sabem ler e escrever bem... A disciplina mesmo é diferente. E eu não acho que eles estejam errados. Eles estão preparando para o mercado de trabalho. E o mercado quer isso: dinamismo [...]. Mas que acaba sendo elitizante, acaba.

A inserção em cursos profissionalizantes é ainda mais complicada do que a matrícula escolar. São raros os adolescentes que livremente optam por realizarem um curso profissionalizante. E quando um juiz não determina explicitamente que este

⁵⁸ Para dados quantitativos sobre a escolarização e a inserção dos adolescentes autores de atos infracionais no mercado de trabalho, cf. Miraglia (2007), em especial, o terceiro capítulo. Sobre as trajetórias irregulares dos jovens no universo escolar brasileiro, cf. Andrade e Neto (2007).

encaminhamento deve ser feito, os técnicos não aplicam muito tempo e energia nesse assunto. De toda forma, desde o primeiro atendimento a valorização do CP é trabalhada. Os cursos oferecidos pelo Centro são apresentados aos meninos como oportunidades a eles e às suas famílias. Sempre, em todos os atendimentos, quando se fala em profissionalização, fala-se em cursos técnicos. É comum que os meninos respondam que querem ser jogadores de futebol quando questionados sobre suas expectativas para o futuro. Os técnicos tendem a não desencorajá-los enfaticamente, mas salientam sobre as dificuldades da profissão e sobre a importância de que os estudos não sejam abandonados. Também há casos em que os adolescentes declaram que desejam ser graduados em algum curso superior. Mas este tipo de encaminhamento foge à alçada das medidas socioeducativas. Nada pode ser feito no núcleo para que os adolescentes mantenham esse objetivo vivo, que aos olhos dos técnicos costumam parecer tão distantes. Feltran (2011) narra um caso semelhante àqueles que encontrei em campo: se um adolescente expressa seu desejo de fazer um curso de astronomia, pouco resta aos técnicos a não ser adaptar esse desejo: pode-se, no máximo, chegar a eletricista, por exemplo (: 13). Os técnicos têm consciência das dificuldades de convencerem os meninos de que o emprego que conseguirão com um diploma técnico possa ser atrativo, porque acreditam que para os meninos o mundo infracional pode ser muito mais⁵⁹. Portanto, apresentar os cursos como uma chance, uma oportunidade, é frequente, mas a energia gasta nesse tipo de sensibilização é mais controlada.

Além das dificuldades de inserção nos cursos e no mercado de trabalho formal, os técnicos julgam que o aumento dos casos de adolescentes envolvidos com o uso ou tráfico de drogas barra com cada vez mais força as possibilidades de sucesso das medidas socioeducativas. Todos os funcionários da equipe entendem que este é um problema cada vez mais alarmante. A imensa maioria dos meninos cumpre medida socioeducativa por tráfico de entorpecentes ou roubo para a compra de drogas. O

⁵⁹ Sobre este assunto, conferir também Feltran (2008: 259).

crack é assunto corrente entre os funcionários das medidas, e alguns meninos chegam a frequentar o núcleo visivelmente sob efeito de entorpecentes⁶⁰.

Já no momento de elaboração do PIA, o educador que acompanha o menino pergunta sobre seu contato com as drogas. Uma delas, por exemplo, disse-me que já fala para os meninos que atende: “além da maconha, o que você usa?”, para que eles sejam sinceros. Mas apesar de ser uma questão entendida pela equipe como central, como uma questão de “doença social”, somente em alguns dos casos o juiz determina o tratamento antidrogadição.

Nos casos de determinação judicial, o primeiro encaminhamento feito pela equipe é ao CAPS-AD. Caso os meninos não queiram ou não consigam dar continuidade ao tratamento, a equipe também oferece conversas com o padre Maurinho, um sacerdote salesiano que “faz um trabalho” na Crackolândia e “tem muita vivência” nesse assunto. Depois disso, os técnicos começam a procurar possíveis clínicas de tratamento para seus meninos. Quando não há determinação judicial explícita nos documentos, os técnicos apresentam as opções disponíveis, mas o risco de que o “juiz não encerre” por conta disso não acossa o técnico ou o menino. Ainda assim, saber lidar com o problema da drogadição é uma questão central à equipe técnica. Quando discussões como a de “não financiar o vício dos meninos” vêm à tona, ou quando os técnicos percebem a impossibilidade de inserção do adolescente na rede de ensino por “estar muito envolvido” com o vício ou o tráfico, se evidencia na equipe os seus próprios limites de atuação. Dificilmente um adolescente adere aos atendimentos do CAPS. Por outro lado, nem sempre é fácil conseguir vagas em clínicas particulares. A própria Dom Bosco em Itaquera não tem um serviço próprio para esse tipo de demanda, a não ser as conversas com o padre Maurinho.

Enquanto estive em campo, a equipe procurou organizar um seminário em que as famílias, os atendidos e outros núcleos de atendimento socioeducativo seriam

⁶⁰ Sobre o envolvimento dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa com o meio infracional, conferir, por exemplo, Schlittler (2011) e Malvasi (2012).

convidados. Além disso, representantes dos principais serviços da rede seriam chamados para que questões centrais e dificuldades práticas dos núcleos fossem debatidas. O seminário não aconteceu durante o período de minha pesquisa, foi adiado por conta das mudanças mais urgentes na dinâmica de suas atividades, exigidas com a instauração do SINASE. No entanto, é relevante observar quais as questões que foram levantadas pelos técnicos como centrais para a discussão com os representantes da rede. O grupo de técnicos responsável por elencar temas a serem debatidos com a área da educação apresentou, em uma reunião da equipe, algumas opções para que todos os técnicos votassem. Foram levantadas as seguintes opções:

- a) Escola como espaço de socialização
- b) Garantias de direitos no acesso à educação
- c) Responsabilidade na garantia de direitos dos adolescentes em conflito com a lei
- d) Importância da participação dos pais na educação escolar e formação do projeto de vida dos filhos

O primeiro tema foi o escolhido pela equipe. Embora não houvesse relação direta com o problema da drogadição, muito rapidamente toda a equipe passou a discutir esta questão, baseada em casos concretos de seus atendidos. Se a escola deve ser um espaço de socialização (considerando que a medida socioeducativa tem como um dos seus principais objetivos a ressocialização), “como colocar esse menino, que está doente, dentro de uma sala de aula?”. Um problema central, porque “o juiz exige!”. Quando o Plano Individual de Atendimento é criado, cabe ao técnico individualizar as demandas judiciais. Mas é sabido por todos os técnicos e também pela coordenadora, que a exigência da escolarização é a mais frequente e concreta. É a que exige um maior esforço argumentativo do técnico para convencer o juiz de que a inserção do adolescente não foi possível ou desejável, quando este for o caso.

Para os meninos que desejem o tratamento antidrogadição, ou naqueles casos em que os próprios técnicos o considerem indispensável e passem meses no trabalho de sensibilização do adolescente para sua inserção em programas de tratamento, a possibilidade de introdução na rede pública de ensino é muito limitada. Como a

maioria dos tratamentos disponíveis dura ao menos seis meses, o tempo da medida, nesses casos, não costuma ser suficiente para dar conta das demandas individuais dos adolescentes (vide infra, 4.1.2). O temor da equipe, discutido nessa reunião, é o do atraso dos prazos e a manutenção do menino na medida por mais tempo do que o inicialmente estabelecido. “O Judiciário cobra o impossível”, concluíram. O dilema não é bem resolvido nem na legislação. O tratamento é um direito, mas não deve anular a medida. Porque há uma distinção entre as medidas protetivas e as socioeducativas que não pode, de acordo com o SINASE, ser negligenciada. Se por um lado o ambiente das medidas socioeducativas deve oferecer o acesso aos direitos que, pelos mais variados motivos, foram negligenciados àqueles adolescentes, por outro, a inserção nesses serviços, que são considerados pela legislação como direitos, geralmente é obrigatória. A obrigatoriedade dessas inserções é a principal característica das medidas (vide infra, 2.3 e 4.1.3). Nos casos em que a drogadição atrapalha a inserção em outros serviços, evidenciam-se os limites do alcance das medidas em seu braço protetivo, de oferecimento de direitos aos adolescentes.

O material de um dos cursos frequentados pela equipe da Dom Bosco marca como a diferença fundamental entre os dois tipos de medidas a “tônica de responsabilização do adolescente autor de ato infracional” no segundo caso⁶¹. Responsabilizar o adolescente, no caso das medidas, significa, inclusive, impor sua inserção em serviços públicos que, àqueles que se beneficiam de medidas protetivas, são apresentados como direitos. Outro módulo deste mesmo curso de formação descreve as medidas socioeducativas como intermediárias entre o sistema protetivo oferecido às crianças e o punitivo e preventivo oferecido aos adultos. As medidas deveriam, portanto, conciliar características desses dois modelos. No entanto, para os próprios autores do material e, cotidianamente, para a equipe da Dom Bosco, “essas duas faces da medida não convivem pacificamente”.

⁶¹ Material do curso de “Capacitação para operadores do SINASE (CEAG-UnB e SDH)”, módulos 2 (: 58) e 4 (: 12).

2.2.3 VISITAS

Além das visitas às escolas, os educadores dedicam ao menos um dia por semana para visitas às famílias dos meninos e aos lugares onde aqueles que “estão de PSC” cumprem sua medida. A coordenadora e alguns educadores já me disseram que as visitas são um dos itens obrigatórios ao longo dos atendimentos aos adolescentes. Ao menos duas devem ser realizadas no tempo da medida, e os técnicos explicam aos meninos e aos seus pais sobre essa obrigatoriedade logo nos primeiros encontros. A visita não é anunciada ou agendada com antecedência, e tem como objetivo “verificar a dinâmica familiar” e “contemplar o PIA⁶²”. As visitas às famílias devem ser feitas por duplas ou trios, por motivo de segurança (Feltran, 2011: 26). E tudo o que acontece é registrado posteriormente nas pastas dos meninos.

Essas visitas geralmente são rápidas, muitas vezes realizadas no próprio portão das casas. Em muitas delas, o intuito dos técnicos é convocar o menino a retornar às atividades da medida. Funcionam como um aviso. Caso não haja retorno, os técnicos são obrigados a enviarem ao DEIJ um Relatório Informativo e o juiz responsável pelo caso pode optar pelo despacho de um *Mandado de Intimação* ou um *Mandado de Busca e Apreensão*. O Mandado de Intimação obriga o menino a comparecer ao núcleo, sob o risco de que seja emitido o de Busca e Apreensão. É chamado pelos técnicos de “uma nova chance”. Quando um menino é apreendido pelo descumprimento da medida em meio aberto, fica sujeito a uma internação-sanção que pode chegar a 90 dias, risco frequentemente salientado pela equipe nos diálogos com seus atendidos.

Nas visitas rotineiras, que ocorrem mesmo quando os meninos estejam participando das atividades do núcleo da maneira esperada, o intuito dos técnicos é observar a forma como a rotina familiar está estruturada, como é o ambiente em que

⁶² Descrição retirada de um relatório na pasta de um adolescente, mas que poderia ser encontrada em quase todas as outras.

os meninos vivem, se a região é de vulnerabilidade, se há escolas próximas à residência. As impressões dos técnicos são descritas posteriormente em um documento manuscrito chamado de *Registro de Visitas*. Este documento informa o número de cômodos da residência, a profissão dos moradores, um resumo da conversa entre os técnicos e a família no dia da visita etc.

Depois da visita inicial, e das possíveis visitas ao longo da medida para a sensibilização ao retorno ao núcleo, os técnicos costumam realizar uma visita final próxima ao tempo do pedido de encerramento. É importante para a equipe que as informações registradas nos documentos enviados ao Judiciário referentes à dinâmica familiar, à organização da rotina do adolescente e às suas condições materiais sejam compatíveis com aquilo que puderam observar nas visitas. Caso contrário, se houver a necessidade de uma audiência ou o envio de uma demanda judicial, é preciso que as informações estejam bem relatadas. Equívocos ou desconhecimentos podem implicar em advertências ao técnico ou ao próprio núcleo.

Nas visitas familiares, fica patente a exigência de envolvimento da família com a medida. A constatação de que um ato infracional foi realizado por uma “pessoa em desenvolvimento” arrasta para as intervenções socioeducativas todos aqueles que se relacionam com o adolescente, em especial, sua mãe. Os técnicos registram suas impressões sobre a estrutura física da residência, sobre os horários da rotina familiar, sobre a forma como foram recebidos, sobre os possíveis conflitos entre membros da família ou entre vizinhos. Enfim, uma série de saberes e registros sobre a “dinâmica familiar” do adolescente passa a ser fundamental para o andamento da medida socioeducativa. Como argumenta Paula (2004), cabe à família a correção dos desvios individuais ao mesmo tempo em que sobre ela se expande uma série de controles técnicos. Muito influenciada por Donzelot (1986) e Foucault (2007), Paula afirma que na Liberdade Assistida “as relações familiares são colonizadas por técnicas

psicológico-assistenciais⁶³ e que as propostas de atendimento consolidadas pelo ECA transformam a relação entre Estado e famílias pobres,

no sentido de engendrar políticas de controle da vida familiar, que transferem para estas a responsabilidade pelos adolescentes ao mesmo tempo que criam instrumentos de regulamentação que as atingem e controlam. No limite, trata-se de um investimento na *normalização* da vida familiar (: 125).

A família, portanto, se apresenta como “instrumento privilegiado para o governo da população” (Foucault, 2009: 289) em seus dois papéis centrais: ora como único meio de inserção do adolescente no Programa e de sua *reestruturação*, ora como sintoma e causa de distúrbios quando está *desestruturada*⁶⁴.

Esse investimento sobre a família se expande por outras atividades desenvolvidas na Dom Bosco, como nos momentos em que seus representantes são chamados ao núcleo para participarem de uma série de encontros. A presença da família na medida é extremamente necessária, embora nem sempre suficiente, para o que o encerramento do processo socioeducativo seja possível.

2.2.4 GRUPOS DE FAMÍLIA E TERAPIAS COMUNITÁRIAS

Além das visitas domiciliares, que incluem a família de uma maneira muito direta nos atendimentos, há ao menos outros dois momentos em que elas são convidadas ou convocadas a participar. Os Grupos de Família envolvem uma gama de atividades, que vão de palestras ou cursos temáticos até reuniões com os técnicos ou com a coordenação. São também descritas nos documentos como Grupos de Família as festas como a do Dia das Mães, do Dia das Mulheres, da Páscoa etc. As Terapias

⁶³ Em *A polícia das famílias*, Donzelot demonstra como elas foram convocadas, desde o século XIX, a se deixarem vigiar, tornando-se instrumentos privilegiados de governo. Conferir também Rohden (2003), que ao discutir a criminalização das práticas de aborto e infanticídio no Brasil na primeira metade do século XX também evidencia esses elementos.

⁶⁴ Fonseca (1995) demonstra como, nos estudos acadêmicos e no “senso comum”, a ideia muito presente de “fragmentação” da família está diretamente relacionada com a de uma “totalidade hipotética do passado”, ou ao “mito da família unida” (: 70). Essa “família ideal” estaria em processo de desagregação com as transformações econômicas e sociais capitalistas. Seu argumento é o de que o modelo de família que se tornou hegemônico nas classes médias é transportado para as classes populares, de modo que suas próprias dinâmicas históricas, que orientam seus valores e práticas, sejam ignoradas e ofuscadas por um sistema de valores preestabelecido.

Comunitárias, por sua vez, atingem um público restrito, cerca de quinze mães por mês. O tom das conversas e as exigências que as colocam ali também são bastante diferentes. Nos dois casos, a predominância absoluta de comparecimentos é das mães ou avós dos atendidos. Pouquíssimos pais frequentam esses encontros, mas quando o fazem são muito valorizados.

Nos meses em que estive em trabalho de campo, pude participar de alguns Grupos de Família. Foram reuniões organizadas ao longo de 2012 por cada um dos técnicos com os pais ou responsáveis de todos os seus atendidos. Foi uma ideia da coordenadora, que diz que os Grupos são uma oportunidade de constatar se os atendimentos de cada técnico estão dando certo ou não. Algo como um termômetro das medidas no núcleo⁶⁵.

Nos dois Grupos de que participei e, com certeza, em pelo menos mais um outro (sobre o qual pude ler o Instrumental) algumas características foram comuns. Os técnicos organizaram suas falas, apresentaram um mesmo vídeo aos presentes sobre a responsabilidade de cada um⁶⁶, a coordenadora também participou e conversou com os pais, principalmente sobre escolarização, profissionalização, presença no núcleo. Mas também, ao menos nesses três que acompanhei direta ou indiretamente, variações se multiplicaram. Em um deles, o assunto escolhido pela técnica para nortear as discussões foi a sexualidade. Em outro, o padre Maurinho conversou com os pais sobre o problema da drogadição e a necessidade de a família também procurar ajuda. No último, não houve tema previamente escolhido ou participação de convidados.

Nos três Grupos a frequência dos pais foi considerada satisfatória pela coordenadora. Os assuntos mais trabalhados foram as oportunidades oferecidas pelo

⁶⁵A coordenadora afirmou orgulhosamente que doze dos quinze pais dos meninos atendidos por determinado técnico tinham participado de uma das reuniões, em comparação a reunião de outro em que só uma mãe compareceu na data marcada, evidenciando que “alguma coisa está errada ali”.

⁶⁶ Link do vídeo no Youtube: <http://www.youtube.com/watch?v=TFKCG5816iw> (acessado em 15 de maio de 2012).

núcleo e pela Obra, as necessidades de acompanhamento da medida pelos familiares, a importância da matrícula, frequência e desempenho escolar dos meninos das medidas (para que os juízes acatem as sugestões de encerramento dos técnicos), e o valor da autoridade dos pais dentro de casa.

Para a equipe, os Grupos de Família são uma possibilidade de conhecerem os responsáveis pelos adolescentes que atendem, e sentirem se podem contar com o *respaldo familiar* em cada um dos atendimentos. Esse respaldo manifesta-se no apoio dos responsáveis às tentativas de conseguirem matrícula escolar, na obtenção de documentos ou no o exercício da autoridade dentro de casa, impedindo que o adolescente mantenha amizades inadequadas ou se envolva com o “meio infracional”. São valorizadas as famílias em que o responsável mantém um trabalho formal e estável, e que dá atenção e carinho aos filhos. São mal vistos os pais que desistem de seus filhos, que não acreditam em sua mudança, que preferem a internação.

Além das reuniões com os técnicos, participei de um Grupo em que um palestrante, ex-usuário de drogas, apresentou aos pais e aos adolescentes o problema da dependência química. Também estive presente na Festa de Páscoa e do Dia das Mães, em que das maneiras mais diversas, a valorização do envolvimento das famílias foi central. A responsabilidade e a autoridade são trabalhadas lado a lado com um discurso de não culpabilização da família e de negação das justificativas dos atos dos adolescentes pela precariedade de suas condições socioeconômicas. As famílias são incentivadas a aproveitarem as oportunidades oferecidas pelo núcleo e a, mesmo reconhecendo os limites do Estado (encarado como aquele que não oferece todos os serviços públicos necessários, ou que não os oferece com a qualidade desejada), abraçarem os serviços públicos que são ofertados. Porque ainda que o caminho seja mais difícil para aqueles que moram na periferia, as famílias não deveriam se contentar com os discursos de vulnerabilidade social. A Obra está lá para eles, é só aproveitar. Com frequência são oferecidas oportunidades de emprego e auxílio na elaboração de currículos. A baixa adesão das famílias nessas atividades é

considerada pela equipe como um sintoma de descaso com os meios lícitos de ganhar a vida, e sinal do pouco respaldo que podem oferecer aos meninos atendidos.

As Terapias Comunitárias são mensais e conduzidas por duas das técnicas formadas em psicologia. Também nesses encontros, ambas apressam-se em afirmar que a proposta não é a de um atendimento psicológico, e que sua formação acadêmica não lhes dará um lugar privilegiado para a condução das reuniões. Diferem-se dos Grupos de Família na forma como os temas são tratados, mas principalmente por sua relação com exigências legais e judiciais. Nos documentos que vêm do Judiciário ou das unidades da Fundação CASA, e nos próprios relatórios de fechamento do núcleo ou na Obra, as terapias são chamadas de Grupos de Apoio à Família. Esses encontros não são apenas uma oportunidade oferecida pelo núcleo às famílias, como o grupo de geração de renda, os encaminhamentos às entrevistas de emprego ou os convites às festas da Dom Bosco. São mais do que isso, ou algo distinto em relação aos tantos encaminhamentos que o núcleo faz. Porque a oportunidade que está em jogo, muitas vezes, é a que o filho das participantes consiga o encerramento da medida ou a liberação da Fundação CASA.

A dinâmica das Terapias Comunitárias envolve uma lista de orientações iniciais, para que as participantes não deem conselhos e não manifestem suas preferências religiosas. Costumam dizer que “o que funciona bem para uma pode não funcionar para as outras, mas a troca de experiências pode ajudar a todas”. São convidadas a contarem seus sofrimentos ou suas conquistas, principalmente os que envolvem os meninos atendidos pela Dom Bosco ou internados nas unidades da Fundação CASA. Em algumas reuniões, as técnicas preparam dinâmicas ou temas que possam conduzir as conversas, mas sempre ressaltam que as próprias mães estão convidadas a participarem das proposições dos temas que guiam os encontros. Estive presente em quatro dessas reuniões, sempre fui apresentada como uma voluntária do Núcleo de Proteção Psicossocial Especial (NPPE). Em todas as reuniões, o público não superou quinze mulheres. Apenas uma vez presenciei a

participação de um pai, e um dos adolescentes atendidos também esteve em um encontro, acompanhando sua avó. Além das mães e avós, algumas companheiras (namoradas ou esposas) dos meninos também frequentam a Terapia. Quase sempre há crianças no grupo, levadas por algumas das participantes.

Para as técnicas responsáveis pela condução dessas atividades, a Terapia auxilia as mães, através da troca de experiências, a buscarem “recursos internos” para lidarem bem com a situação em que seus filhos se encontram. Para isso, expõem no grupo detalhes de suas famílias, de seus trabalhos, e do tipo de relação que mantêm com seus filhos. É fato que o que elas dizem no grupo raramente fica registrado nas pastas dos meninos, mesmo quando as técnicas que os atendem são aquelas responsáveis pela terapia. De qualquer modo, trata-se de um espaço em que a exposição da organização familiar e dos sentimentos que atravessam essas relações são condição ou exigência da medida. No limite, ainda que as mães decidam por uma presença marcada pelo silêncio, estão expostas às realidades de outras mães, às histórias de outros meninos que, como os seus, envolveram-se em atos infracionais. Como a medida socioeducativa não se limita à noção de um pagamento à sociedade proporcional à mazela cometida (vide infra, 4.1.3), ela exige que os adolescentes e suas famílias recobrem “a memória toda sua vida nos mínimos atos e acontecimentos, expondo-a, examinando-a por todos os lados” (Kafka, 2005: 128). As próprias mães muitas vezes entendem o peso legal de suas participações e percebem que as medidas socioeducativas de seus filhos estão diretamente atreladas aos seus envolvimento, como manifestou uma delas em um dos encontros:

Eu posso falar, não tenho vergonha não, porque eu acho que está todo mundo na mesma situação, não é? Eu tenho meu filho de 19 e esse de 15, mas já tinha chegado a um ponto que eu já tinha abandonado. Eu coloquei para fora de casa. Porque eu falava, pode falar o que for, mas a gente paga junto, paga até mais. Eu falava: ‘não fiz nada! Por que tenho que pagar? Tenho que ficar indo lá?’. Porque é como você falou [se referindo a outra mãe]. A gente trabalha, tem que ficar fora de casa. Aí tem que perder dia, fazer um monte de coisas por causa das coisas erradas que eles fazem?

Para as técnicas, o espaço é de ajuda às mães, mas também de formação de opiniões próprias sobre a educação que cada uma dessas mães pôde dar a seus filhos. Por outro lado, não desconhecem ou ignoram o caráter estatal ou jurídico desses encontros. Sabem que a eficácia das reuniões é garantida pela soma de, ao menos, dois fatores: a troca enriquecedora de experiências e a assinatura nas declarações de presença que cada uma daquelas mães deve receber. Sabem também que, aos olhos do juiz, o peso dessa assinatura oblitera todos os diálogos, todas as exposições, toda a abertura. Ainda que o juiz não tenha acesso ao que foi dito, é a ciência de que a família do adolescente foi participativa e o respaldou – características sinalizadas de uma maneira especial nesses encontros – que garante o entendimento de que o adolescente pode contar com o respaldo familiar tão frequentemente exigido nas medidas.

Assim, embora a maioria das atividades se apresente como convite, muitas delas acabam sendo obrigatórias. Em vários casos, o juiz já determina no *Termo de Entrega* do menino a “participação da família em grupos de apoio”⁶⁷. Nesses casos, as técnicas têm que fornecer declarações para que no momento de elaboração dos relatórios os responsáveis por cada caso informem ao juiz se a família foi *participativa* ou não. Além das mães dos meninos atendidos no núcleo, outras, cujos filhos ainda estão em medida de internação na Fundação CASA, também devem participar. Para elas, as declarações são feitas para que sejam entregues na unidade de internação em que seus filhos se encontram. “O juiz não libera se não tiver respaldo familiar”, disse-me uma das secretárias. Respaldo que precisa ser declarado, assinado.

Nos relatórios (tanto nos da Fundação CASA como nos da MSE-MA), a necessidade de participação da família também fica muito evidente. A família (em especial a *genitora*) é chamada a assumir a responsabilidade e estar sensibilizada em

⁶⁷ As características e a importância desse documento serão tratadas no capítulo 3. Por hora, basta dizer que é através deste documento que o juiz estabelece as *metas* que deverão ser cumpridas ao longo da medida socioeducativa.

relação ao caso de seus filhos ou parentes⁶⁸. Esse chamado é legal. “O juiz determina”, o ECA cita, os relatórios informam. O *comprometimento* da família aparece como decisivo para o sucesso no pedido de encerramento da medida. Afinal, um dos “princípios da execução das medidas socioeducativas”, de acordo com o SINASE (art. 35 °, inciso IX) é o “fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo”.

2.2.5 PASSEIOS E OFICINAS

Além dos atendimentos individuais, das orientações e encaminhamentos e das atividades que envolvem diretamente a família dos atendidos, o núcleo da Dom Bosco organiza dois outros tipos de atividades aos meninos: os passeios e as oficinas. Os passeios são atividades esporádicas que envolvem um controle dos técnicos em relação aos meninos que deverão ser convidados. A cada mês, há no máximo um passeio agendado. Cabe à dupla de técnicos organizadores das atividades do mês sugerirem à equipe e principalmente à coordenadora alguma atividade, levando em conta a necessidade de que o passeio seja *educativo*. Essas atividades devem estar presentes nos planejamentos mensais, que são encaminhados para a Obra e para a CAS-Leste. Enquanto estive nas medidas, participei de dois passeios com os meninos e os técnicos. A quantidade de adolescentes que aderem aos passeios é pequena. Dos quase 120 que são atendidos pelas medidas, somente três foram ao primeiro passeio e cinco, divididos em dois grupos, ao segundo. No primeiro, fomos de metrô ao Projeto Catavento, no Palácio das Indústrias em São Paulo⁶⁹. No segundo, ao Centro Profissionalizante da Obra. Nos últimos dias de meu trabalho de campo, a equipe estava organizando um passeio ao Playcenter e uma visita às obras do Estádio “Itaquerão”. Nesses dois últimos, a adesão dos meninos foi consideravelmente maior.

⁶⁸ Descrição retirada de um relatório na pasta de um adolescente, mas que poderia ser encontrada em quase todas as outras.

⁶⁹ Sobre o projeto, conferir o site http://www.cataventocultural.org.br/vis_esp (acessado em 23 de março de 2013).

Nesses passeios, há uma valorização dos técnicos e da coordenadora do uso do transporte público pelos meninos. Consideram ser importante para eles conhecer lugares que não conheceriam sozinhos, e saberem que são capazes de se comportar em sociedade como qualquer outro adolescente. Para que haja sucesso nesse tipo de encontro, os técnicos precisam selecionar de suas listas aqueles meninos que julgam ser mais comportados, ou ainda que acreditem que seriam muito beneficiados com uma atividade como esta. Participei alguns desses momentos na sala dos educadores, em que os técnicos refletiam sobre quais meninos deveriam ser convidados. É preciso negociar os números, os comportamentos, os preços. É preciso escolher os perfis. É ainda preciso não regular demasiadamente os convites para que o passeio tenha o mínimo de adesão.

Há um equilíbrio tênue na quantidade ideal de meninos que podem e devem participar dos passeios. Nem todos são convidados. Os técnicos selecionam dentre os seus *atendidos* aqueles mais indicados para cada tipo de passeio. São levados em conta a disciplina do menino, sua frequência nas atividades do núcleo, sua idade etc. Já me disseram também, por exemplo, que os meninos de determinada comunidade não podiam ser convidados, porque “eles chamam todo mundo. Você chama um e aparecem todos aqui”. Por outro lado, dentre os que são chamados, nem todos concordam em ir.

No caso das oficinas, o processo é mais ou menos o mesmo. Teoricamente, elas são abertas e todos os atendidos são convidados. Mas o técnico (sozinho ou depois de discussões com a coordenadora e com os colegas) tem o poder de exigir a presença de alguns meninos. Os educadores agendam os atendimentos nos horários das oficinas, e não liberam os meninos antes do final da aula, sob pena de não receberem o registro de frequência no dia. Além disso, a distribuição dos passes só é feita ao final das aulas (vide supra, 2.1).

As oficinas são organizadas por um esquema de parcerias. A coordenadora costuma ser a responsável por contatar e contrataricineiros para desenvolverem

seus trabalhos por alguns meses no núcleo. Em muitos casos os contatos são feitos através de conversas com responsáveis por outros núcleos de medidas socioeducativas. Durante meu período de campo, a Dom Bosco contava com uma oficina de artesanato e outra de grafite. Na de artesanato, que acontecia duas vezes por semana, os meninos confeccionavam cadernos artesanais para o Dia das Mães, quadros de times de futebol, caixas de madeira, pipas etc. Na de grafite, cujo responsável era o renomado grafiteiro “Tota”, todos os meninos das medidas foram convidados, mas ao final do período da oficina, a maioria dos participantes era de adolescentes das redondezas ou que frequentavam o CFC⁷⁰. A equipe encontra uma “grande resistência” em boa parte dos atendidos para que participem dessas atividades. Relacionam esse fato com a mentalidade mantida pelos meninos de que cumprir LA é o mesmo que assinar a medida. Cada atividade que escape às conversas individuais e semanais com o técnico é considerada excessiva para muitos adolescentes.

A discussão sobre os métodos utilizados de convencimento para que os meninos participem das atividades propostas é intensa dentro da própria equipe. Um dos técnicos, por exemplo, afirmou certa vez que o problema que é “a gente obriga os meninos a virem na oficina, mas o que deveríamos fazer é tentar convencer”. Convencer sem ameaçar registrar a falta no atendimento em caso de não participação nas oficinas ou passeios não é uma tarefa fácil. “Eles não querem nada com nada”, disse-me a coordenadora ao explicar o porquê sente que “está dando murro em ponta de faca”. É claro que alguns participam, frequentam o núcleo periodicamente, estão ali por uma *bobeada* (vide infra, 4.1.1). Mas a maioria dos casos exige uma constante reflexão da equipe sobre estratégias de convencimento válidas e eficientes, que frequentemente oscilam entre as ameaças judiciais e o incentivo à descoberta de novas possibilidades de conduta de suas vidas.

⁷⁰ Antonio Duque de Souza Neto. Em <http://www.acaoeducativa.org.br/index.php/cultura/43-ponto-de-cultura/10004336-tota-artista-cidadao-guerreiro-de-fe> (acessado em 26 de março de 2013).

2.3 É PRECISO MAIS DO QUE ASSINAR A MEDIDA

Explicar aos meninos que a medida socioeducativa inclui um aspecto que supera a exigência de presença no núcleo é uma tarefa corriqueira. O trabalho da equipe envolve outros elementos além do envio de relatórios ao Judiciário e realização de encaminhamentos aos serviços públicos. A Liberdade Assistida é entendida pela equipe como um tempo de apresentação de outras possibilidades de convivência social, de desenvolvimento de potencialidades, de apresentação de oportunidades educacionais, culturais e profissionais. Aliar essas intenções legais (e também salesianas) das medidas socioeducativas a um caráter obrigatório, punitivo e responsabilizador de um ato infracional é o dilema mais frequentemente manifestado nas conversas da equipe e mesmo das secretárias.

O esforço central da equipe está em lidar com as diferentes concepções de medida socioeducativa que os seus trabalhos envolvem. Precisam constantemente lançar mão de mecanismos disciplinares, caritativos, técnicos, de incentivo, de reconhecimento dos limites. Precisam eles mesmos encarar e apresentar aos meninos as medidas como um espaço de oportunidades. Como descreve Marques (2012),

a infração é considerada como uma situação temporária na vida deste adolescente, o ponto de chegada do adolescente ao Programa para o cumprimento da medida. Nesta visão amplia-se o foco da intervenção, não se busca apenas a ocorrência da infração, seu motivo, sua consequência; mas é utilizado um olhar direcionado para quem é este adolescente, quais suas habilidades, suas expectativas, suas circunstâncias e trajetórias de vida neste momento, a ocorrência do ato infracional e suas implicações, sejam elas sociais, pessoais, de forma a organizar e buscar maneiras para traspor essa situação (: 49).

Tive a chance de acompanhar um atendimento individual em que o adolescente não negava seu ato infracional, mas a exposição dos motivos que o levaram a cometê-lo despertou em mim, e certamente em sua técnica, um sentimento de injustiça, uma percepção das limitações do próprio sistema socioeducativo. Era fácil pensar que o menino não tinha culpa alguma, que seus atos foram consequências de toda uma realidade que o empurrou àquele momento e àquele lugar. Que o período de

internação, com todas suas mazelas, tinha sido mais do que o suficiente para que sua infração tivesse sido paga. Ainda assim, aquele menino deveria cumprir mais um ano de LA. Nesse atendimento ficou evidente para mim a principal tarefa do técnico no caso dos meninos em que acreditem ser possível uma mudança de vida. Esquecendo os motivos que os levaram até lá, precisam expor a medida como uma oportunidade, como uma chance. Essa chance não pode ser negada para esses meninos. Ela é imposta (vide infra, 4.1.3). A difícil tarefa dos técnicos é a de manejar essas duas formas de inteligibilidade em seus argumentos e ações: a da imposição punitiva, e a da oportunidade transformadora – ora nas conversas com os meninos, ora na elaboração de documentos ao Judiciário.

CAPÍTULO 3

A ELABORAÇÃO DOS DOCUMENTOS NA MEDIDA

*Você se equivoca quanto aos fatos – disse o sacerdote –
A sentença não vem de uma vez, é o processo que se
converte aos poucos em veredicto.*

(Kafka, 2005: 212)

Enviar relatórios, construir registros e interpretar documentos são tarefas das mais cotidianas nas medidas socioeducativas. A frequência e importância que essas atividades desempenham no cotidiano da equipe nos permite avançar por uma descrição e análise dos dados que não sejam conduzidas pelo afastamento entre o atendimento oferecido cotidianamente no núcleo da Dom Bosco e o mundo dos registros. Embora haja uma separação textual nesta dissertação entre as atividades oferecidas pela equipe e aquilo que merece, precisa ou reclama registro, é importante ressaltar desde já que esses dois tipos de tarefas estão profundamente imbricadas. O que pretendo descrever neste capítulo é a forma como os técnicos se esforçam por fazer com que os documentos tenham agência quando circulam entre o núcleo e o Poder Judiciário, sendo armas essenciais na comunicação dos saberes produzidos no núcleo que só podem ser acessados através deles.

Nas medidas socioeducativas, os registros constroem meninos específicos que se revelam aos olhos dos juízes. São as leituras de documentos que circulam entre o Judiciário e o núcleo que abrem um leque limitado de possibilidades de atendimentos; são os documentos exigidos que trazem às vistas do Poder Judiciário os adolescentes que precisam passar pelo processo de ressocialização. São tipos de discursos que, no limite, podem definir destinos. Como descreve Foucault (2010), registros como estes são feixes de luz que atravessam existências que provavelmente, sem esse encontro com o poder, sequer deixariam rastros. Mecanismo de registro em que “vozes múltiplas se depositam em uma enorme massa documental” (: 213).

O manejo entre diferentes vocabulários ou diferentes lógicas demanda muito tempo e reflexão da equipe sobre o seu próprio trabalho: trata-se de encontrar meios para lidar com um sistema de escrita e de estabelecimento de *metas* padronizado por um lado, e as variações constantes que os atendimentos revelam por outro. Os técnicos encaram a tarefa dos registros com prioridade, como parte integrante daquilo que denominam atendimento (vide supra, capítulo 2). Para a maioria deles, sua missão é procurar oferecer as oportunidades aos meninos, e orientá-los para que

sigam pelos caminhos que consideram corretos. No entanto, esses mesmos técnicos bem sabem que para que suas percepções sobre a medida socioeducativa, sobre o atendido e sobre suas possibilidades de ressocialização sejam reveladas àqueles que têm o poder de determinar as sentenças, é preciso dominar uma técnica de escrita e argumentação que exige um controle muito rígido de termos, de expressões, de vocabulários. É através de uma linguagem técnica inspirada justamente pelas legislações e diretrizes que a equipe realiza seu trabalho de construção dos meninos atendidos, que só existem quando existem os papéis.

O intuito aqui é apresentar analiticamente alguns desses documentos, deixando que eles se revelem ora profundamente semelhantes, ora dotados de artifícios políticos que envolvem, de uma maneira muito particular, o técnico e o juiz, em um fluxo de argumentos que definirá a vida dos meninos e de suas famílias. No limite, ser capaz de encaixar suas próprias percepções dentro de um argumento que acione os modelos determinados pelas legislações, diretrizes ou pelo próprio juiz, é ser capaz de escrever um *relatório bem fundamentado*, que não deixe espaço para interpretações diferentes daquelas previstas no momento da escrita.

Defendo que o domínio de uma técnica de argumentação e escrita é o modo de se fazer política para aqueles que trabalham com as medidas socioeducativas, é a principal arma que eles têm. Por outras palavras, saber controlar aquilo que deve ser mostrado e o que pode ou precisa ser eclipsado é o que constrói, para os juízes, o menino que seu técnico quer revelar.

Os documentos que circulam com tanta frequência e velocidade pelo corredor do núcleo, pelas mãos dos funcionários das medidas e pelos metrô de São Paulo são mais do que versões ou resumos do que foi trabalhado nos vários atendimentos. Os documentos são, eles mesmos, parte fundamental na gestão desses adolescentes. Através deles é que sujeitos muito específicos passam a existir e a ser governados.

Descrevo, portanto, neste terceiro capítulo, os documentos que circulam no corredor da MSE, discutindo as formas como são interpretados, acionados,

construídos pela equipe da Dom Bosco. Procuo, ao mesmo tempo, revelar que corpos são esses que emergem dos papéis.

3.1 A MULTIPLICAÇÃO DOS REGISTROS E DOCUMENTOS A PARTIR DO TERMO DE ENTREGA

Manhã de terça-feira. Uma como outra qualquer. Os funcionários da Dom Bosco vão aos poucos chegando e se cumprimentando. As crianças do CFC correm e conversam pelo pátio. Célia anda pelos corredores transmitindo as diretrizes aos educadores e educandos com seu microfone. Às 8h, muitos funcionários se aglomeram em frente à pequena sala onde fica o relógio de ponto biométrico, e com suas digitais marcam a presença. Um atraso de mais de cinco minutos implica em dor de cabeça no fim do mês: justificativas, assinaturas, dispêndio de um tempo que lhes é precioso.

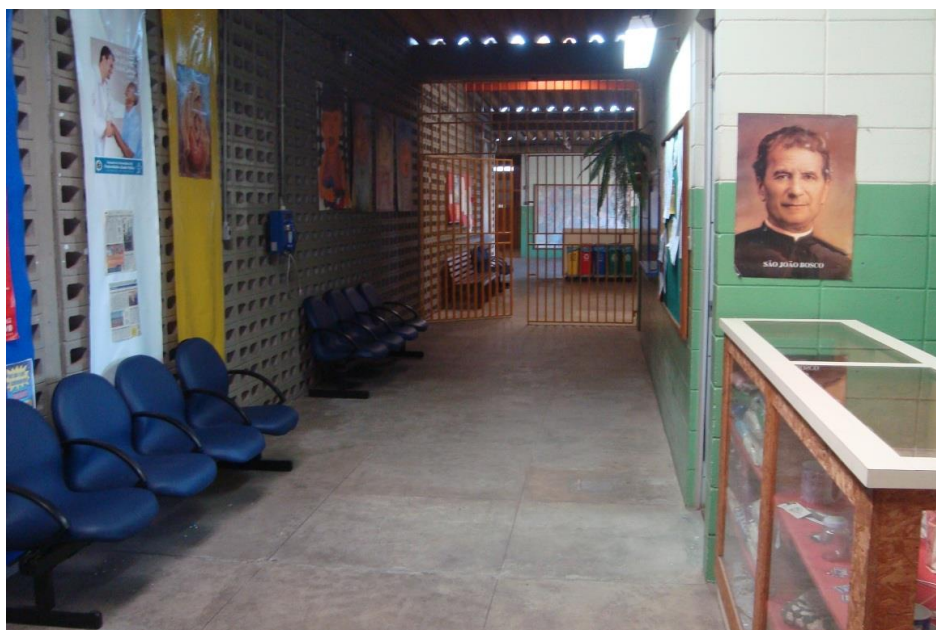


Figura 8: O corredor das medidas. Detalhe para o portão amarelo que separa a MSE das demais atividades da Dom Bosco

Aos poucos chegam alguns adolescentes acompanhados de seus responsáveis e sentam-se em frente ao guichê da secretaria. Em geral, permanecem em silêncio e olham fixamente para o chão. Esperam que uma das duas funcionárias

os chame para que *deem entrada*. Trazem consigo um documento, uma única folha A4, geralmente já amassada. Esse documento é chamado pelos funcionários da equipe de *Termo de Entrega*.

O documento é curto, mas essencial. Sem ele, dependendo de um conjunto de circunstâncias, o menino não existe no sistema. E se não existe no sistema, nada pode ser feito quanto à sua medida (figura 9).

<p><u>Poder Judiciário</u></p> <p><u>Departamento de Execuções da Infância e Juventude</u></p> <p><u>Termo de Entrega sob Responsabilidade</u></p> <p>(salvo se por outro juízo estiver custodiado)</p> <p>Proc. Execução:</p> <p>Ao Diretor da Fundação CASA</p> <p>Por determinação do DEIJ, o adolescente [nome do adolescente, número do processo, data de nascimento, filiação e endereço] deverá ser entregue ao seu responsável legal [pai, mãe, tutor, curador ou guardião].</p> <p>Deverá comparecer em [data] à MSE-MA Dom Bosco CAS-Leste para dar início à LA com seu responsável. Pelo prazo mínimo de seis meses, prorrogável se necessário, com escolarização compulsória, profissionalização (informática e outros); inserção no mercado de trabalho; bem como cumulada com medida protetiva consistente na inclusão da família em grupo de orientação e apoio.</p> <p>O adolescente deverá ficar ciente de que o descumprimento da medida ensejará em internação-sanção por até 90 dias, independente de intimação, caso não se justifique voluntariamente junto ao respectivo NPPE.</p>

Figura 9: Modelo de um Termo de Entrega sob Responsabilidade

O Termo de Entrega sob Responsabilidade é dirigido aos pais ou responsáveis do adolescente, que se comprometem a acompanhar o menino ao núcleo de medidas em meio aberto. Nesta folha de papel, o juiz lista quais serão as medidas socioeducativas cabíveis (LA, PSC ou ambas) e a duração de cada uma delas. Em geral, o juiz estipula seis ou doze meses para a Liberdade Assistida e três ou seis meses de Prestação de Serviço à Comunidade. Em muitos casos, é só isso. Em outros tantos, *cumula* à medida outras tantas exigências, como escolarização, profissionalização, tratamento psicológico, tratamento antidrogas em CAPS-AD, inserção no mercado de trabalho, participação da família em grupos de apoio e orientação etc.⁷¹.

Através do documento, o juiz também alerta o adolescente e seus responsáveis que o não comparecimento ao núcleo para dar início à medida estipulada ou o seu descumprimento poderão implicar em uma internação-sanção de até 90 dias em uma das unidades da Fundação CASA⁷².

Os meninos recebem o Termo de Entrega ao fim de uma audiência no DEIJ. Recebem-no depois do tempo de internação ou de uma audiência de reconhecimento em que o juiz determine diretamente a medida em meio aberto como a mais adequada para o seu caso. Os meninos e seus responsáveis assinam o documento, atestando ciência e concordância em relação às metas estipuladas pelo juiz para sua medida socioeducativa.

⁷¹ O juiz pode ser específico a ponto de determinar os cursos que deverão ser feitos pelo menino. Tive acesso a Termos de Entrega que diziam, por exemplo, que o adolescente deveria fazer cursos de “computação e outros”. O estabelecimento de metas tão específicas como estas já no DEIJ é questionado, por exemplo, pela Articulação (grupo formado por vários núcleos de atendimento a adolescentes em meio aberto). Justamente porque esse tipo de determinação vai contra o princípio da individualização dos casos sugerido pelo SINASE.

⁷² Como veremos adiante, ainda que a legislação não tenha sofrido grandes transformações nos últimos anos, os técnicos encaram as possibilidades de internações-sanção, de pedidos de intimação ou de agendamento de audiências como *fases*: o efeito do descumprimento da medida por parte do adolescente terá consequências que dependem do juiz responsável pelo caso, e também das orientações que o conjunto dos juízes do DEIJ estejam recebendo naquele momento específico. Sobre as incertezas da equipe em relação às atitudes dos juízes, conferir capítulo 4.

Por outro caminho, uma cópia desse documento segue ao núcleo responsável pelas medidas em meio aberto. Esta cópia sai do DEIJ, segue à CAS-Leste e fica à espera de que as funcionárias da secretaria da Dom Bosco o retirem. As secretárias da Dom Bosco dedicam um dia da semana para irem à CAS, a segunda-feira. Nesse dia, levam as cópias de todos os relatórios que já foram enviados ao DEIJ e retiram os documentos que ali chegaram. Caso um menino saia da internação ou do DEIJ depois de quarta-feira, e logo em seguida se dirija ao núcleo, é muito provável que, para a Dom Bosco, ele ainda não exista. Essa não existência pode ser resolvida se o menino cumprir sua obrigação de levar ao núcleo sua própria cópia do Termo de Entrega. Isso basta para que o sistema possa ser informado, o técnico possa ser escolhido e o atendimento se inicie.

Depois de pelo menos uma semana chega à Dom Bosco, via CAS, outro documento chamado *Ordem de Execução*. Este segundo documento também é bastante resumido: alerta o técnico sobre os prazos de envio do primeiro relatório e do Plano Individual de Atendimento e reforça o prazo estipulado para o cumprimento da medida (que já estava presente no Termo de Entrega do adolescente). Muitas vezes, é só em uma terceira remessa de documentos que o técnico tem acesso à pasta do menino, com dados sobre sua vivência institucional e relatórios elaborados pelas equipes técnicas das outras instituições frequentadas desde sua apreensão. Somente a partir daí é que serão conhecidos os detalhes documentais sobre o ato infracional, sobre os aspectos trabalhados durante o período da internação, sobre a participação da família etc.

Antes disso, no entanto, cabe à equipe dar entrada, construir um Plano Individual de Atendimento e um Relatório Inicial. Como vimos logo acima, com a demora de entrega dos documentos existentes sobre o adolescente em outras instituições, esses três primeiros passos deverão ser realizados através do

preenchimento da *Ficha de Movimentação de Caso*⁷³, das tabelas de entradas e saídas da secretaria e da leitura e interpretação do Termo de Entrega em um primeiro atendimento com o técnico responsável pelo caso.

É, portanto, a partir da apresentação de um único documento - em uma folha A4 dobrada - que se multiplicam toda uma série de registros sobre o adolescente atendido. Mais do que isso, como veremos abaixo, as determinações especificadas nesse documento de não mais do que dois parágrafos, é que ditarão as possibilidades de manejo daquilo que os técnicos julgam como o atendimento mais adequado para o caso específico.

3.2 A INTERPRETAÇÃO DO TERMO E CONSTRUÇÃO DO ATENDIMENTO

A entrega do Termo pelo adolescente às secretárias e, posteriormente, ao técnico responsável por seu atendimento, faz com que o menino ganhe existência para a equipe – ele está no sistema, passa a ter uma pasta, demanda que uma série de ações passe a ser praticada pela equipe. A entrega desse documento permite que os esboços iniciais do atendimento possam ser realizados. As exigências explicitadas no Termo de Entrega e os seus silêncios é que delinearão os limites e as possibilidades de cada atendimento socioeducativo.

Nesta seção serão descritas as formas pelas quais o PIA e os relatórios que circulam pelo corredor das medidas se constroem e, imediatamente, se apresentam como instrumentos essenciais ao estabelecimento dos diálogos entre o Judiciário e a equipe técnica. Seguindo esses papéis é possível acompanhar o desenrolar dos atendimentos. É possível também encarar a maneira como os técnicos aprendem – na

⁷³ A função de dar entrada é delegada às secretárias. Envolve uma dupla tarefa: 1. preenchimento da Ficha de Movimentação de Caso, em que os dados de identificação pessoal e da entrada no núcleo são preenchidos de maneira resumida. No verso desta pequena ficha, os técnicos preencherão as datas em que os meninos participaram dos atendimentos semanais; 2. verificação do endereço residencial do adolescente para garantir que sua moradia esteja dentro da *área de abrangência* do núcleo. Instrumentos como o Google Maps e guias de endereços são utilizados nesta tarefa, além da consulta aos membros da equipe que conheçam melhor a região. Caso o menino esteja fora dessa área de abrangência, deve ser encaminhado para outro núcleo e um Informativo deve ser enviado ao DEIJ justificando a transferência (vide infra, 4.3).

maioria dos casos a partir de um sistema de tentativa e erro – a mobilizar a própria tarefa de escrita para apresentarem aos juízes cada um dos adolescentes ou dos atendimentos da maneira que julguem mais correta ou real.

Descrevo, portanto, a forma como os técnicos lidam, simultaneamente, com o sistema duro das legislações, dos documentos, das metas, e com a vida móvel, repleta de imprevistos e variações. O malabarismo na tarefa de lidarem com o embate cotidiano entre essas duas lógicas distintas é a tarefa mais árdua e constante que a equipe precisa enfrentar.

3.2.1 Os limites e as possibilidades desenhados nos primeiros atendimentos

Os modelos dos documentos produzidos na Dom Bosco, embora muito ancorados em frequentes cursos de formação pelos quais a equipe precisa passar e em diretrizes das legislações vigentes sobre o atendimento socioeducativo, são elaborados pelos funcionários da própria equipe. Em geral, eles mesmos não se lembram de quem foi o responsável pela elaboração do modelo. Aquele que dá certo, que “não é criticado” pelo DEIJ ou pela CAS, se torna permanente – até que uma nova diretriz os obrigue a reiniciar as tentativas de domínio da escrita e da apresentação dos dados⁷⁴.

Na Dom Bosco, à época de minha pesquisa, o Relatório Inicial dividia-se em cinco tópicos: um cabeçalho de identificação, uma primeira parte chamada de *Escolarização*, a seguir um tópico sobre *Documentação*, outro chamado de *Situação Familiar*, e finalmente um *Parecer/Avaliação do Orientador/Técnico*. A construção desse breve relatório ancorava-se no primeiro – e, em geral, único até o momento do

⁷⁴ Riles (2001) etnografa a importância da estrutura estilística dos textos produzidos em conferências intergovernamentais. Afirma que, para seus interlocutores, a linguagem tem um formato, um ritmo, uma sensação, e não simplesmente um significado (: 79). O esforço de construir os modelos de documentos na Dom Bosco revelam essa mesma preocupação. Tão importante quanto o conteúdo é o cuidado com a lógica organizacional, com a linguagem, com o formato, com o layout, com a brevidade dos documentos, com as citações, com as referências.

envio – atendimento, nas determinações judiciais estabelecidas no Termo de Entrega, na maneira como, nesse primeiro encontro, o PIA foi preenchido e, em alguns casos raros, na análise da pasta do adolescente.

É relevante ressaltar o modo como se dava essa construção por um duplo motivo. Em primeiro lugar, a elaboração do PIA e do Relatório Inicial tem sido, desde meados de 2012, um dos tópicos de maior debate dentro da equipe. Com a instituição do SINASE como a principal lei condutora dos atendimentos socioeducativos, mudanças têm sido exigidas em relação à construção e divulgação desses dois documentos. Veremos isso mais detalhadamente adiante (3.2.3). Em segundo lugar, é nesse relatório que o orientador precisa lançar mão com maior rapidez e destreza de termos técnicos e padronizados, de modo a permitir que a medida seja conduzida de acordo com suas impressões. É preciso levar em conta os limites e as possibilidades que o técnico vislumbra nessa primeira conversa. Mas é preciso também ser capaz de escrever um relatório genérico o suficiente nas propostas de atendimento para que, ao longo da medida, exista viabilidade para mudanças.

O Relatório Inicial costumava ter duas páginas. Nele o técnico descrevia brevemente os documentos que o adolescente já possuía e pontuava os encaminhamentos que foram realizados no primeiro atendimento. O Relatório também apresentava a situação escolar do adolescente de maneira muito breve: se está matriculado, se está evadido, qual foi a última série escolar cursada pelo adolescente. No tópico da situação familiar, havia uma descrição do local de habitação do adolescente e a renda familiar. Em geral, os técnicos também descreviam quem esteve presente no primeiro atendimento, e faziam breves considerações sobre o que perceberam da dinâmica familiar (informações colhidas através de perguntas genéricas feitas durante o preenchimento do PIA), como por exemplo, a “genitora sempre teve problemas com o comportamento de [nome do adolescente]”, “a genitora ressaltava que o tirou da escola e posteriormente o levou para a casa do pai, pois não

possuía mais o controle da situação”, ou ainda “trata-se de uma família já conhecida por essa instituição, já que o adolescente já foi atendido pela MSE-LA anteriormente”.

O tópico do Parecer/Avaliação do Orientador/Técnico é o espaço em que as primeiras impressões técnicas eram descritas. Os técnicos costumavam escrever um ou dois parágrafos que informassem ao juiz os encaminhamentos realizados, as *resistências* que já encontravam nos adolescentes e a proposta de atendimento apresentada durante a elaboração do PIA. Havia uma padronização considerável nas frases que descreviam a proposta de atendimento. Em geral, os registros informavam que os adolescentes seriam “acompanhados de forma individual, grupal, e visitas domiciliares”.

No entanto, no trecho que antecedia a descrição desta proposta, a variação entre os relatórios era maior. Os técnicos apresentavam algumas impressões que haviam tido em relação ao comportamento do atendido ou informações que o adolescente lhes havia revelado e que julgavam interessante registrar. Usavam frases curtas, por exemplo, o adolescente “portou-se educadamente”, ou “quanto ao ato infracional o adolescente verbaliza que fora influenciado pelo meio em que vive”, ou ainda “durante a acolhida o adolescente apresentou uma postura impaciente e um pouco imatura para sua faixa etária, já a genitora apresentou fragilidade perante a situação”. Em seguida, apresentavam brevemente os encaminhamentos e a sensibilização realizados ao descreverem, por exemplo, que “salientamos sobre a importância da escolarização, responsabilização e comprometimento com a medida”, ou “discutimos sobre o ato infracional e a reinfração, além de suas expectativas futuras”.

Aquilo que é escrito e enviado no primeiro relatório é crucial. Como argumenta um personagem de Kafka (2005), “a primeira impressão que a defesa produz muitas vezes define o processo” (: 116). Embora os técnicos não se considerem (ao menos na maior parte do tempo) defensores dos adolescentes, a exposição adequada do modo como veem cada atendimento individual pode definir seu sucesso ou fracasso,

medido pelo aceite da sugestão de encerramento. O juiz, em geral, recorrerá ao que foi proposto no início da medida, e à forma como essas propostas foram trabalhadas ao longo dos meses no momento em que o prazo da medida expirar. Esse primeiro Relatório é o que descreve o adolescente que precisará se ressocializar, amadurecer e demonstrar iniciativa durante o atendimento. É ele que descreve o adolescente que chegou à medida levado pelo envolvimento com o meio infracional. Esse menino, apresentado pelo documento a partir de três categorias e um parecer técnico, é o que precisará passar pelas transformações implicadas em uma medida socioeducativa ao longo dos meses.

Ao apontar as dificuldades que a mãe enfrenta ao lidar com o problema da drogadição do adolescente, os motivos de sua evasão escolar, a maneira como ele encara o ato infracional cometido, ou a falta de expectativas que apresenta para seu próprio futuro, o técnico já *sinaliza* suas impressões em relação aos limites do que poderá ser trabalhado ao longo dos meses. O esforço maior é o de não realizar grandes promessas de adesão aos encaminhamentos para que os parâmetros usados pelo juiz ao longo do atendimento não sejam muito elevados. Portanto, o preenchimento dos Relatórios Iniciais é um dos mais automatizados e, ao mesmo tempo, um dos mais delicados. As semelhanças entre os Relatórios Iniciais eram inúmeras, mas há um esforço sutil de inserção de detalhes de uma realidade que somente o técnico tem acesso. O Parecer/Avaliação é o espaço em que qualquer especificidade observada pelo técnico pode ser adicionada, desde que ele julgue que esta informação seja relevante para a relação com o Judiciário meses depois, quando o encerramento for sugerido.

Além do próprio Relatório, alguns anexos são enviados ao juiz. São cópias dos documentos que o adolescente já possui, de possíveis declarações de matrícula escolar, ou diplomas de cursos profissionalizantes. Essas fotocópias são grampeadas ao final do documento. Ao longo do atendimento, a cada relatório enviado, outros anexos poderão ser acrescentados, demonstrando de maneira ainda mais palpável os

avanços do adolescente. Os anexos são documentos não legais, saberes dos mais corriqueiros e variados, emitidos por outras instituições que não diretamente ligadas ao núcleo de medidas socioeducativas. Ainda assim, a presença desses anexos nos relatórios enviados e na pasta de cada um dos adolescentes é fundamental para que os julgamentos a respeito dos atendidos possam ser construídos pelos técnicos e pelos juízes, em diferentes lugares, a partir de diferentes escalas. Como afirma Latour (2010), se sozinhos esses documentos são simples peças de informação, elementos de rotina, ali, por terem sido mobilizados daquela maneira específica, anexados àqueles relatórios específicos, tomam um formato legal, ainda que retroativamente (: 75). Os relatórios tornam-se mais confiáveis com esses documentos que lhes são exteriores. As evidências empíricas adquirem um formato legal.

A elaboração e envio do primeiro relatório, que envolve um empenho em selecionar as impressões e informações que serão registradas e em reunir os documentos que serão anexados, elucida um modo de fazer política que é profundamente técnico. Política do sentido de tornar o seu ponto de vista visível, possível, palpável ao juiz que, repito, analisa os atendimentos a partir de outra escala. Como observou Feltran (2011: 18), os relatórios “pautam a decisão do juiz. Ter a pauta é ter a política”. Explicitar o nível de saber produzido no núcleo através do registro de impressões sobre o comportamento do adolescente, sobre o respaldo familiar, sobre as possíveis resistências que serão enfrentadas ao longo do atendimento, é um procedimento que encontra ressonâncias no uso dos colchetes nos documentos produzidos em conferências intergovernamentais descritos por Riles (2001). A autora demonstra como esse artifício é utilizado para que a agendas regionais possam ser incluídas nos debates, para que diferentes níveis de ação estejam à vista em um único texto. Da mesma forma, as breves frases dos técnicos com a seleção de suas impressões e informações procuram apresentar ao juiz um nível distinto de saber produzido sobre os adolescentes.

O esforço em escrever relatórios concisos e diretos, com uma linguagem extremamente padronizada (tarefa que, como me relatou uma das técnicas, exige prática e exercício), demonstra que a estrutura estilística dos textos é tão importante quanto o próprio significado do que é escrito. Os relatórios podem ser lidos muito rapidamente, frases podem ser replicadas de uns aos outros sem que isso implique em prejuízos para o adolescente atendido ou para o núcleo. Ainda assim, depois de esboçadas as frases padronizadas, organizada a estrutura do texto, cabe ao técnico demonstrar pela escrita que ao lado desse domínio da redação e do conhecimento enciclopédico das legislações, existe outro tipo de saber fabricado naquele núcleo pela convivência cotidiana com os meninos, saber exclusivo que não pode ser negligenciado. As primeiras sentenças dos Pareceres/Avaliações tornam visíveis os meninos de um modo que somente os técnicos podem ver. Como afirmou a coordenadora a um grupo de pais,

o juiz não conhece nossa realidade. O Judiciário não sabe como funciona. Os filhos do juiz estão em boas escolas, eles não têm que deixar os filhos sozinhos o dia inteiro para ir trabalhar.

Ou ainda uma técnica, em um atendimento: “Embora a gente suponha que o juiz saiba tudo, ele está em uma realidade muito diferente da nossa. Por isso é que a gente tem que informar”. Portanto, da mesma forma como o juiz, sob o ponto de vista da equipe, não tem acesso à realidade cotidiana dos adolescentes e de suas famílias, eles também não têm acesso à forma como os atendimentos precisam ser postos em prática. O conhecimento legal e operacional da organização dos núcleos ou das atividades oferecidas não deixa de obliterar uma série de práticas incertas, definidas caso a caso, adaptadas a cada atendimento, levando em conta cada adolescente. Enfim, ainda que os técnicos estejam sujeitos a “serem processados se mentirem ou esconderem as coisas do juiz”, como também alertou a coordenadora, o domínio daquilo que é escrito e da forma como é escrito escapa à lógica e aos saberes legais. Os técnicos abastecem-se de termos corriqueiros na legislação, de referências aos

artigos do ECA ou do SINASE, de uma organização textual que privilegie a descrição das áreas que mais exigem encaminhamentos. Mas ainda assim julgam ter em mãos o poder de, ao menos, sinalizar ao juiz aquilo que só eles podem ver.

3.2.2 O Plano Individual de Atendimento

Se nos relatórios o cuidado com a escrita é fundamental para que o técnico obtenha o maior controle possível sobre o atendimento, na elaboração do PIA as reflexões sobre a organização textual, sobre o preenchimento das tabelas e sobre as implicações muito reais que essa escrita pode acarretar são ainda mais centrais, principalmente com as recentes mudanças exigidas em relação a este documento (vide infra, 3.2.3 e 3.2.4).

O Plano Individual de Atendimento é uma exigência judicial para todos os núcleos que oferecem as medidas em meio aberto. Sua necessidade já está prevista no ECA e no SINASE⁷⁵. Durante o período de minha pesquisa, o PIA era elaborado da seguinte maneira no núcleo da Dom Bosco: depois da Reunião de Acolhimento, em que todos os que chegam naquela semana são atendidos em grupo por uma dupla de técnicos responsáveis pelas atividades do mês, os meninos têm seus horários agendados para o primeiro atendimento individual com o responsável (de preferência, um dos pais). Nesse primeiro atendimento, o técnico explica para o menino como funcionará sua medida e elabora o seu PIA⁷⁶.

O PIA é uma espécie de questionário em que se encontram os dados pessoais, as informações sobre a configuração familiar (quem vive na casa, quantos anos tem

⁷⁵ As referências ao Plano Individual de Atendimento foram incluídas no ECA em 2009. São três parágrafos sobre os objetivos, os responsáveis por sua elaboração e os tópicos que devem ser seguidos (Estatuto da Criança e do Adolescente, capítulo 2, artigo 101, parágrafos 4º, 5º e 6º). No SINASE, o capítulo IV também é todo dedicado ao PIA.

In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm e http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm (01/06/2012).

⁷⁶ Malvasi (2012) argumenta que o PIA é o dispositivo que marca o lugar do adolescente e de sua família na gestão do programa de atendimento como o de objetos de intervenção (posição combatida pelo próprio ECA). Isso porque, embora a legislação preveja a participação do adolescente e de sua família na elaboração do plano, ela acaba ficando sob a responsabilidade dos técnicos (: 166).

cada um, qual o emprego ou o grau de escolarização, qual o salário), a religião, o histórico de parentes que tenham passagem pela Fundação CASA ou pelo sistema carceral, “as expectativas do adolescente para o futuro” e um *Contrato de Compromisso* (com os prazos em que as exigências do juiz devem ser cumpridas).

Os dados registrados no PIA devem servir de base para todo o atendimento do menino durante o tempo de medida. Ali estão os objetivos que devem ser alcançados, os prazos, a situação familiar. Uma técnica me disse que, teoricamente, o PIA deveria ser atualizado sempre que necessário ao longo da medida mas, na prática não é. Mudanças recentes relacionadas ao SINASE pretendem transformar essa dinâmica, como descrevo a seguir (vide infra, 3.2.3).

Interessante é o termo acionado pelos técnicos no primeiro atendimento com seus meninos. Muitos deles, nos seus *Registros de Atendimento*⁷⁷, escrevem que “juntamente com o adolescente, interpretaram a medida”⁷⁸. Nos casos de Termos de Entrega genéricos – em que o juiz se limite a enunciar a medida aplicada e o seu prazo –, interpretar a medida e construir o Plano Individual de Atendimento se resume a preencher uma tabela criada pelos próprios membros da equipe da Dom Bosco anos atrás chamada de Contrato de Compromisso, em que se enfileiram alguns tópicos fundamentais, os mesmos valorizados nos relatórios da Fundação CASA, nos documentos do Judiciário e nas legislações para a infância e adolescência: documentação, escolarização, família, profissionalização e saúde. Caso o juiz tenha exigido metas mais específicas ou detalhadas, o espaço para a interpretação da medida diminui, e o preenchimento do Contrato de Compromisso deve ser mais fiel ao próprio Termo de Entrega.

A primeira coisa que qualquer educador pergunta a seus novos atendidos ao preencher o PIA diz respeito aos documentos que eles já possuem. RG, Certidão de Nascimento, CPF, Comprovante de Alistamento Militar, Título de Eleitor e Carteira de

⁷⁷ Documentos manuscritos com descrições breves daquilo que foi trabalhado no atendimento. Esses documentos não são acessados pelo juiz, permanecem no núcleo.

⁷⁸ Cf. também Marques (2012: 50).

Trabalho devem ser obtidos durante o tempo da medida caso o adolescente ainda não os tenha. Além da obtenção de documentos, definida pelo Poder Judiciário como uma garantia de acesso aos direitos de cidadão, os adolescentes têm que ser brevemente encaminhados à escolarização. Depois de elaborado e assinado o Plano Individual de Atendimento, o técnico agenda o próximo encontro, que geralmente vem acompanhado de algumas exigências, principalmente em relação à apresentação de alguns documentos e de cadastro para matrícula escolar.

A construção do PIA evidencia uma discussão corrente dentro da equipe, que chega a ela principalmente através dos cursos de capacitação de que participa, o que demonstra que o problema é colocado também entre aqueles que estudam o atendimento aos adolescentes infratores e os que constroem políticas públicas voltadas a eles: trata-se da própria definição dos objetivos das medidas socioeducativas (vide infra, capítulo 4). De acordo com o SINASE, os objetivos de todas as medidas socioeducativas são três:

- I - a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;
- II - a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e
- III - a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei (SINASE, art. 1^o, § 2^o).

No caso das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade, a possibilidade de reparação do ato infracional é pouco trabalhada com o adolescente. Os aspectos de *conscientização* ou *criticidade* em relação ao ato infracional (ou ainda sobre o uso de entorpecentes, o pouco interesse nos estudos ou a falta de um emprego com vínculo) são discutidos nos atendimentos sempre que possível e podem se enquadrar, para os técnicos, naquilo que o SINASE determina como o terceiro objetivo das medidas socioeducativas. Os técnicos utilizam termos como *conscientizar*, *orientar* e *sensibilizar* para descrever seus esforços em trabalhar com os meninos outras oportunidades e possibilidades, muitas já

apresentadas no primeiro atendimento. No entanto, “metade do caminho está andado” quando um menino tem seus documentos, carteira de trabalho assinada e declaração de matrícula escolar, considerados importantes sintomas de que o segundo tópico apresentado pelo SINASE poderá ser cumprido.

O segundo objetivo deixa claro que a “integração social do adolescente e a garantia de seus direitos” se dá através do cumprimento do PIA. O “programa de atendimento” – descrito no SINASE como “a organização e o funcionamento, por unidade, das condições necessárias para o cumprimento das medidas socioeducativas” (SINASE, art.1º, §3º) – se constrói, basicamente pelo agenciamento da inserção do adolescente na rede, ou seja, pela sua apresentação ao Estado como um cidadão que precisa, nesse caso, gozar dos direitos que lhe são garantidos, ainda que de maneira quase sempre truculenta. Por esse motivo, o modelo de PIA elaborado pela equipe da Dom Bosco, em especial o Contrato de Compromisso, privilegia sobremaneira essa faceta da medida, criando espaços de preenchimento de dados sobre a situação atual de inserção do adolescente e as possibilidades futuras de novos encaminhamentos. Este formato de preenchimento não determina e tampouco é determinado pela forma como se constroem os atendimentos. Não está, ainda, isolado de todas as diretrizes judiciais, como já foi demonstrado. Os atendimentos e os documentos alimentam-se simultaneamente. Ainda que, no caso do PIA, as informações colhidas nos atendimentos sejam primárias, os técnicos lançam mão de sua experiência com atendimentos passados na tarefa de preencher de maneira adequada este documento tão central.

O preenchimento do PIA – documento de três páginas e três anexos – é realizado à medida que o técnico conversa com o adolescente e seu responsável. Ele faz perguntas diretas sobre a escolarização, a organização da família, o envolvimento com as drogas, mas também pode registrar dados que tenham sido contados de maneira espontânea pelos atendidos, como os motivos que os levaram ao ato infracional, as dificuldades de relacionamento entre membros da família etc.

Usualmente essas informações são adicionadas em um tópico próprio dedicado às *Observações Gerais*.

O PIA é composto pelas seguintes seções: 1. Identificação; 2. Documentação que o adolescente possui; 3. Artigo e nome da infração cometida e se o adolescente é reincidente ou não; 4. Que tipos de atendimentos serão oferecidos ao adolescente e à sua família (individual, grupal, semanal ou quinzenal); 5. Dados sobre a escolarização do atendido e sobre sua formação profissional; 6. Composição familiar (quadro que permite o preenchimento dos nomes, parentesco, idade, escolaridade, formação profissional, ocupação e salário mensal de cada um dos moradores da residência); 7. Situação habitacional; 8. Qual profissão o adolescente exerce ou gostaria se exercer, se há ou não vínculo empregatício; 9. Registro dos parentes que já estiveram internados na Febem ou na Fundação CASA; 10. Registro dos parentes que estiveram presos; 11. Expectativas do adolescente para o futuro; 12. Observações gerais e; 13. Contrato de Compromisso.

O primeiro anexo que faz parte do PIA é um *Termo de Responsabilidade*, em que o adolescente declara

estar cômico das responsabilidades que me foram delegadas pelo M.M Juiz de Direito do Departamento de Execução da Infância e Juventude, comprometendo-me, portanto, a dar prosseguimento de maneira adequada ao cumprimento da Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e/ou Prestação de Serviço a Comunidade.

Declara ainda estar “atento às orientações fornecidas” e “aos objetivos estabelecidos pela medida”.

Há ainda um *Regulamento da Medida Socioeducativa* com as regras de convivência e regras da medida. Entre as regras de convivência, fica determinado que os adolescentes não deverão ir acompanhados ao núcleo, com exceção de seus responsáveis ou companheiras(os). Além disso, não poderão fumar, deverão aguardar na recepção quando chegarem para o atendimento e deverão colaborar para a higiene e boa conservação do local. O documento informa os adolescentes que três faltas sem

justificativa implicarão no descumprimento de medida ou na prorrogação do tempo de permanência no núcleo. Determina também a importância dos responsáveis para o cumprimento das medidas, através de sua participação nos grupos de família e atendimentos individuais, sempre que solicitados.

Quanto ao papel dos orientadores, este documento afirma que é de sua obrigação “orientar, encaminhar e acompanhar o adolescente e seu responsável”, como determinam os artigos 117º e 118º do ECA. Entretanto, há uma ressalva de que cabe aos adolescentes

demonstrar interesse e iniciativa para a procura de inserção deste em escola, trabalho, cursos e necessidades de atendimento ou tratamento médico, psicológico, jurídico, dentre outros.

Quanto ao envio dos relatórios, fica estipulado que o Relatório de Encerramento só será enviado ao Judiciário

mediante a participação efetiva nas atividades do projeto, parecer da equipe quanto ao cumprimento da medida e seguintes providências: documentação regularizada, escolarização e determinação conforme Termo de Entrega.

Através deste documento, o adolescente fica ciente de que a sua permanência no núcleo tem duração mínima de seis meses, e máxima até o seu aniversário de 21 anos. Essa informação é que sublinha aos adolescentes que a duração inicial da medida estipulada pelo juiz pode ser alterada a qualquer momento pelo próprio juiz ou pelo técnico, através do envio de Informativos ou do Relatório de Encerramento. A medida socioeducativa pode ter duração inferior ao período estipulado no Termo de Entrega, desde que o técnico julgue que as metas foram atendidas e que convença o juiz, através do Relatório, que não há mais motivos para a permanência do adolescente no núcleo. Durante meu trabalho de campo, só acompanhei um caso assim. De qualquer forma, os técnicos não costumam informar os meninos sobre essa possibilidade de término antecipado. A ênfase está em alertá-los sobre o risco da prorrogação, sobre as punições implicadas com o descumprimento.

Esse documento também é assinado pelo adolescente e pelo seu responsável. Levam consigo uma cópia. Finalmente, há ainda um anexo em que o adolescente é convidado a dizer o que achou da LAC. Trata-se de uma folha pautada, muito raramente preenchida pelos meninos após o término de suas medidas.

Uma das partes mais importantes do PIA talvez seja o Contrato de Compromisso. Como já apresentado, neste quadro ficam registradas todas as propostas do técnico (com possíveis sugestões do próprio adolescente ou de seu responsável) para os meses de atendimento. Como preencher este quadro? Usualmente, os técnicos leem com o adolescente aquilo que foi estipulado pelo juiz no Termo de Entrega. Caso o juiz tenha exigido ações específicas em alguma das áreas, o técnico costuma reforçar a obrigatoriedade daquela ação para o sucesso no pedido de encerramento. Nos muitos casos em que o juiz se limita a determinar a medida socioeducativa escolhida e a sua duração, há, para o técnico, possibilidades mais maleáveis de preenchimento deste quadro (ver figura, 10).

OBRA SOCIAL DOM BOSCO
 "Uma obra a serviço da vida."

SEDE: R. Álvaro de Mendonça, 456 - Itaquera - CEP 08220-971 - C. Postal 53001 - São Paulo - www.domboscoitaquera.org.br - Tel.: (11) 6205-1100 - Fax: (11) 6205-1109
 CNPJ: 01.882.895/0001-98 - I.E. Isenta - CNAS 22.920/73 - Utilidade Pública Federal Dec. 539 - 02/02/62 - Estadual Dec. 5480 - 11/01/60 - Municipal Dec. 4720 - 19/05/60

CONTRATO DE COMPROMISSO

15 - Quadro de Ações e Resultados Definidos Junto ao Adolescente (Com cronograma)

Áreas /Prazos	Ação	Resultado
Documentação Pessoal		
Educação		
Profissionalização		
Trabalho		
Saúde		
Família		

Data: ____/____/____

 Adolescente Responsável Técnico Responsável

Figura 10: Modelo antigo do Contrato de Compromisso.

Em geral, o técnico costuma registrar os documentos que o adolescente possui e, já no primeiro atendimento, encaminhá-lo para o Poupatempo⁷⁹ para que obtenha os outros necessários. Assim também se dá com a área da educação. Ainda que o juiz não tenha especificado a necessidade de inserção do adolescente na rede pública de ensino, os técnicos costumam registrar a série em que o adolescente se encontra e quais as possíveis ações para inseri-lo na escola, caso ainda não esteja, como a transferência ou o cadastro de demanda escolar.

Por outro lado, os campos da profissionalização, do trabalho, da saúde e da família podem ser preenchidos de maneira mais frouxa. Tive acesso a vários PIAs em

⁷⁹ Programa do Governo do Estado de São Paulo que reúne, em um único local, um amplo leque de órgãos e empresas prestadoras de serviços de natureza pública, como emissão de RG, Atestado de Antecedente Criminais, Carteira de Trabalho etc. Em <http://www.poupatempo.sp.gov.br/oqueeopoupa/index.asp> (acessado em 22 de novembro de 2011).

que alguns desses campos estavam em branco. No campo do trabalho, por exemplo, encontrei respostas variadas: “no momento vamos aguardar”, “encaminhar ao CAT em 45 dias”, “barraca de pastel com a genitora”, ou ainda “ajudante” no campo da ação e “CEAT” campo dos resultados.

No caso da área da profissionalização, variações também são possíveis, dependendo do que tenha sido estipulado pelo juiz: “a priori vai trabalhar”, “tem interesse em cursos na área da computação”, “encaminhar para o Centro Profissionalizante”. Outros ainda descreviam como ação os cursos já realizados e como resultados os encaminhamentos que seriam oferecidos.

Em relação à saúde, alguns técnicos optaram por registrar os documentos apresentados, como a carteirinha de vacinação ou do SUS. Outros deram atenção à necessidade de encaminhamento ao CAPS-AD, alguns escreviam “ok”, ou “aparentemente boa”. Outros ainda registravam os entorpecentes usados pelo adolescente, por exemplo, “maconha, crack”.

No campo da família, frases deste tipo são corriqueiras: “mora com os pais, irmãos e sobrinhos” ou “atualmente mora com a mãe”. Mas existe a possibilidade de registro de impressões do técnico sobre o relacionamento familiar ou de frases ditas pelo adolescente ou pelo responsável, como “minha mãe está confiante em mim” ou “é atencioso com a genitora”. A maioria das colunas de resultados na área da família permanecia em branco nos PIAs que pude verificar.

O formato do quadro do Contrato de Compromisso foi largamente debatido durante meu trabalho de campo, e passou por reformulações, como veremos a seguir. Fica muito evidente, ao acompanhar as discussões da equipe sobre o preenchimento da tabela, que o seu próprio desenho padronizava procedimentos e estabelecia “o formato em que a informação deveria ser armazenada” (Vianna, 2010: 259). A troca de experiências entre a equipe para que esse preenchimento se dê da maneira mais adequada são esforços para lidar com o descompasso entre aquilo que Vianna chama de a lógica das matrizes e o mundo da vida (: 287). Os técnicos precisam lidar com um

modelo de atendimento estabelecido por eles mesmos a partir de orientações exteriores ao núcleo, e dominar uma escrita extremamente sintética no preenchimento dos campos da tabela. Eles sabem, no entanto, que um atendimento, em geral, implica em uma série de imprevistos que farão com que o PIA, se levado ao pé da letra, se consultado cotidianamente, seja considerado constantemente obsoleto, como Reed (2006) – em um diálogo com Garfinkel (1967) e seus próprios dados de campo – descreve para o caso dos formulários de uma prisão de segurança máxima em Papua Nova Guiné. Reed demonstra como a maneira incompleta de preenchimento de formulários e os padrões fracos que encontrava ao analisá-los podem indicar a percepção que os funcionários responsáveis por estes preenchimentos têm da distância existente entre a natureza do questionário e as práticas que devem ser descritas em suas lacunas, ou da impossibilidade de que os termos fixos de um documento coincidam com a natureza variada dos eventos (: 165).

Os interlocutores de Reed – policiais e prisioneiros desta penitenciária – veem a si mesmos como atores passivos, impossibilitados de anteciparem ou irem além das coordenadas estabelecidas no próprio desenho do formulário. Reed descreve um ar de inevitabilidade, em que cada resposta apresenta um mesmo padrão porque, de alguma forma, a resposta já está lá, a agência repousa na própria tecnologia do documento (: 168). Ao mesmo tempo, argumenta que a aparência compacta desses tipos de documento é justamente aquilo que permite que respostas infinitas e múltiplas memórias sejam elaboradas a partir de um formato reduzido. O formato sintético carrega em si uma infinidade de possibilidades que se revelam não pelo excesso de informação, mas pelo potencial que o próprio modelo carrega (: 175). É possível descrever a postura que os técnicos assumem ao preencherem o PIA de um modo semelhante ao descrito por Reed. Embora os técnicos da Dom Bosco elaborem os modelos de seus próprios documentos, sempre o fazem a partir de diretrizes que acreditam ser mais rígidas, diretrizes que são exteriores ao núcleo. Quando precisam preencher estes documentos, enfrentam o desafio de prever de antemão as

possibilidades que aquele atendimento específico lhes propiciará evitando, através de uma escrita sucinta e generalizante, a obsolescência exagerada do documento ao longo dos meses.

Como veremos no próximo capítulo, não há de antemão um lugar de chegada definido como aquele em que uma medida socioeducativa pode ser considerada bem cumprida. No entanto, quando um PIA é preenchido à caneta, em um desenho de tabela que permite pouquíssimas alterações ao longo do tempo da medida, o modelo de atendimento fica estabelecido, as metas e os prazos estão estipulados. As mudanças contínuas que um PIA implicaria não preocupavam tanto a equipe porque esta tabela não era enviada ao Judiciário. Como vimos logo acima, o esforço de não fixar excessivamente o atendimento se dava na escrita do Relatório Inicial. Os técnicos que completavam, modificavam ou incluíam informações ao Contrato ao longo da medida, quase exclusivamente precisavam fazê-lo recorrendo à rasura ou à escrita em espaços exteriores aos limites da tabela. Nas seções seguintes, veremos como a exigência de divulgação deste documento implicou em mudanças no próprio desenho do Contrato, em reformulações em seu modelo.

A elaboração do PIA é muito rápida. Nas primeiras vezes em que vi, a impressão foi a de um trabalho automatizado, pouco reflexivo. Ao ler vários desses documentos na secretaria, enquanto ajudava as funcionárias a fotocopiá-los⁸⁰, a sensação era a mesma. Os Planos Individuais eram todos muito parecidos. Mas é justamente essa linguagem quase padronizada, repleta de semelhanças, que permite que a inovação se dê pela replicação (Reed, 2006: 168) e que, sem que as interpretações sobre essas breves frases sejam definitivas, o contrato possa acomodar, praticamente, qualquer resultado (: 170).

De todo modo, o problema do preenchimento do PIA não se colocava só para mim. Era, ao contrário, uma questão central nas discussões da própria equipe e, mais

⁸⁰ Todos os documentos e relatórios que ficam na pasta dos técnicos são também protocolados e arquivados na secretaria.

do que isso, nos debates recentes levantados sobre os atendimentos socioeducativos com a promulgação do SINASE como uma lei federal. Um debate que envolvia, fundamentalmente, reflexões sobre as mudanças naquilo que deveria ser revelado e no que era eclipsado na construção dos saberes (através dos registros escritos) sobre os meninos e sobre o atendimento. O SINASE põe em cena novos agentes que devem participar da elaboração do PIA, e dá a esse Plano um novo estatuto.

3.2.3 Redesenhando o PIA

Até o meio do ano de 2012, embora houvesse certo incômodo entre os técnicos quando discutiam o preenchimento do Contrato de Compromisso, principalmente pelas dificuldades que encontravam em registrar – naquele modelo de tabela – as possibilidades que um atendimento envolvia, esse documento não era central nas preocupações relacionadas com a interface entre o núcleo e o Poder Judiciário. O incômodo dos técnicos, nem sempre presente, muito pontual, parecia dizer mais respeito à dinâmica interna de seus trabalhos, às possibilidades de otimização dessa tarefa, ou às tentativas de encontrar um padrão dentro da própria equipe, para que não houvesse dúvidas no momento do preenchimento.

Com a onda de mudanças trazidas com o SINASE, o foco das preocupações da equipe mudou. Ao longo de 2012, os técnicos passaram a receber notificações do DEIJ solicitando o envio do PIA juntamente com o Relatório Inicial. A interpretação dos técnicos em relação aos ofícios que chegavam variou ao longo dos primeiros meses de 2012. Em um primeiro momento, interpretaram que desde que o Relatório Inicial estivesse *bem fundamentado* e os objetivos para a medida estivessem nele descritos, isso bastaria. Não julgaram ser necessário modificar o modelo do relatório e continuaram por algum tempo mantendo a sua postura. Entretanto, isso não foi o suficiente.

No último mês de meu trabalho de campo, grande parte do processo de circulação dos papéis entre o núcleo, a CAS e o DEIJ estava em transformação. Para

que o PIA enviado pudesse ser “apreciado pelo Judiciário”, foi necessário introduzir mudanças em seu modelo (com base em orientações dos funcionários da CAS-Leste), em especial no Contrato de Compromisso. Os técnicos desenvolveram uma nova tabela, com maiores espaços e divisões para que pudessem registrar de maneira mais detalhada as suas propostas (ver figura 11). Neste novo modelo, cada uma das áreas (documentação pessoal, educação, profissionalização, trabalho, família e saúde) foi subdividida nos tópicos *metas*, *ação*, *prazo* e *resultado*. Ainda assim, os técnicos aguardaram diretrizes mais claras sobre o envio do PIA juntamente com o Relatório Inicial, que manteve seu modelo original por mais um tempo.

Semanas depois, o DEIJ passou a devolver vários Relatórios Iniciais, solicitando o envio dos PIAs junto com esse primeiro documento – “como preconiza o SINASE”. Os técnicos tiveram um mês muito atarefado, reescrevendo documentos, coletando novamente as assinaturas de vários adolescentes e seus responsáveis, reorganizando sua escrita. Passaram a anexar ao primeiro Relatório uma cópia do PIA, já com o novo modelo de Contrato de Compromisso. Explicaram-me que este novo modelo de tabela era muito ancorado nas orientações do próprio SINASE, e permitia, principalmente, a importante distinção entre as metas e as ações. Este, de fato, tinha sido um dos tópicos principais em um curso de formação de que participei meses antes com uma técnica e a coordenadora das medidas.

Obra Social Dom Bosco
UMA OBRA A SERVIÇO DA VIDA.

REDE SALESIANA DE AÇÃO SOCIAL
União pela vida

CONTRATO DE COMPROMISSO

13 - Quadro de Ações e Resultados Definidos Junto ao Adolescente (Com Cronograma)

Área	
Documentação Pessoal	Metas:
	Ação:
	Prazo:
	Resultado:
Educação	Metas:
	Ação:
	Prazo:
	Resultado:
Profissionalização	Metas:

4

Obra Social Dom Bosco
UMA OBRA A SERVIÇO DA VIDA.

REDE SALESIANA DE AÇÃO SOCIAL
União pela vida

	Ação:
	Prazo:
	Resultado:
Trabalho	Metas:
	Ação:
	Prazo:
	Resultado:
	Metas:
	Ação:
Família:	Prazo:

5

Obra Social Dom Bosco
UMA OBRA A SERVIÇO DA VIDA.

REDE SALESIANA DE AÇÃO SOCIAL
União pela vida

	Resultado:
Saúde	Metas:
	Ação:
	Prazo:
	Resultado:

Data: ____/____/____

adolescente Responsável Técnico Responsável

6

Figura 11: Novo modelo do Contrato de Compromisso, com três páginas.

As mudanças propostas pelo SINASE desembocaram, depois de seis meses do término de meu trabalho de campo, em um novo modelo de Relatório Inicial construído pela equipe. A Dom Bosco não recebeu nenhum modelo da SMADS, como havia sido prometido nos cursos que participaram, e, portanto, construíram um modelo próprio que foi aceito e, de acordo com uma das técnicas, “muito elogiado” pelo DEIJ. Os técnicos não mais deveriam enviar os PIAs anexados ao Relatório Inicial, mas transformar a estrutura desse próprio relatório de modo que as atividades propostas para que cada um dos objetivos das medidas descritos no SINASE pudessem ser inseridos. A referência ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo passou a ser mais contundente e direta. O novo modelo de relatório faz referência ao artigo 1º do SINASE e se constrói com o preenchimento das atividades desenvolvidas para o atendimento de cada um dos objetivos das medidas socioeducativas descritos por ele.

Para a *responsabilização*, os técnicos passaram a descrever as propostas de atendimento individual e de participação dos responsáveis nos grupos oferecidos pelo núcleo. Para a *integração social do adolescente e garantia de seus direitos*, descrevem os encaminhamentos propostos para as áreas da escolarização, da documentação, da educação, da profissionalização e da inserção no mercado de trabalho, além das visitas domiciliares. Finalmente, como ações para atender ao objetivo da *desaprovação da conduta infracional*, os técnicos sugerem o *acompanhamento* do cumprimento da medida estipulada. Esse novo modelo manteve o tópico de descrição da situação familiar dos adolescentes e o Parecer/Avaliação do Orientador/Técnico.

O modelo descrito acima e compartilhado entre a equipe, visava estabelecer um padrão mínimo na escrita do Relatório. Padrão que permitisse que esses documentos fossem aceitos pelo Judiciário. Com a demanda de envio do PIA – direta ou indiretamente – ao DEIJ, novos atores fariam parte da construção formal do atendimento. Atores que não frequentam o núcleo, que não acompanham o adolescente cotidianamente. Essas transformações estão em andamento, e as

mudanças no Relatório são alguns de seus sintomas. Neste contexto, o esforço dos técnicos na elaboração de um modelo de Relatório e de preenchimento do mesmo é importante para que, sempre que possível, eles ainda detenham certo poder sobre a construção do atendimento. Escrever um Relatório ou um PIA que não implique em transformações por atores externos ao núcleo significa manter o atendimento um pouco menos rígido. E essa maleabilidade, como veremos, é fundamental no cotidiano dos atendimentos.

3.2.4 Metas e ações: rigidez e maleabilidade na construção do atendimento

A distinção entre metas e ações é descrita no SINASE, embora não apareça no ECA. O documento, que recentemente recebeu força de lei, dedica seu quarto capítulo totalmente aos objetivos e características do PIA. São oito artigos que descrevem quais os tópicos obrigatórios do documento e seus objetivos. O artigo 52º, por exemplo, certifica que

o cumprimento das medidas socioeducativas, em regime de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade ou internação, dependerá de Plano Individual de Atendimento (PIA), instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente. Parágrafo único. O PIA deverá contemplar a participação dos pais ou responsáveis, os quais têm o dever de contribuir com o processo ressocializador do adolescente, sendo esses passíveis de responsabilização administrativa, nos termos do art. 249 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), civil e criminal.

As tarefas de precisar, registrar e gerir as atividades dos adolescentes extravasam os limites do núcleo com a exigência de envio do PIA ao DEIJ. Evidentemente, mesmo antes desta exigência, os juízes participavam muitas vezes, como já demonstrado, na precisão das atividades através do Termo de Entrega. Cabia aos técnicos, por outro lado, registrar e gerir as possibilidades, e contar com a concordância do juiz ao final da medida. A partir da instauração do SINASE, as coisas mudaram. Caberá ao juiz e aos promotores e defensores participarem ativamente da construção do atendimento desde seu início. Embora ainda seja tarefa do técnico

redigir o PIA, ele precisará contar com a aprovação do Judiciário antes de dar início às atividades. Em outras palavras, mais forças atravessariam a construção deste documento central ao andamento das medidas.

A proposta (não totalmente instaurada até o final de minha pesquisa de campo), é que essa circulação de documentos se dê através de um sistema online de informações, ao qual os núcleos e o Poder Judiciário terão acesso. Nesse sistema, ficariam determinadas metas fixas e atividades ou ações maleáveis. No momento da sugestão de encerramento o juiz levaria em conta o alcance dessas metas. Elas seriam o parâmetro objetivo nas determinações judiciais.

Muitos problemas em relação a esta proposta logo foram levantados por vários técnicos em um curso promovido por outro núcleo de atendimento em meio aberto na Zona Leste com uma representante da Defensoria Pública. Os debates foram longos e acalorados. A principal objeção do público presente era o prazo para o envio: quinze dias. Os técnicos e representantes de vários núcleos pronunciaram-se contra a possibilidade de estabelecer metas tão rígidas logo em um primeiro atendimento, sem que conhecessem os meninos e suas necessidades individuais. Acionaram o próprio SINASE em sua argumentação, afirmando que o prazo estipulado no artigo 56º se contrapunha ao princípio da individualização, descrito no artigo 35º.

Neste curso, a defensora pública convidada a apresentar o SINASE e discutir as dúvidas dos educadores explicou que a fixação de metas foi um pedido da própria Defensoria para evitar que juízes, ao receberem as sugestões de encerramento de medida dos meninos, determinassem novas metas que precisassem ser atendidas antes de acatarem a solicitação.

Mas adolescente a gente sabe que agora quer uma coisa e amanhã já quer outra. Em quinze dias a gente vai ter que estabelecer as metas para os seis, doze meses de atendimento? E não vamos mais poder mexer depois?

perguntou uma educadora de outro núcleo de MSE-MA, recebendo o apoio de quase todos os outros presentes. A defensora explicou então que as metas deverão ser fixas,

mas as atividades para se alcançar essas metas poderão e deverão variar sempre que necessário ao longo dos meses. E o sistema deve ser informado. No momento do encerramento, caso o juiz não leve em conta aquilo que foi determinado no PIA pelo educador, a Defensoria terá armas para argumentar.

Mas, pensando em questões mais técnicas, práticas, como o preenchimento do documento, que entender como *meta*? E quais as atividades possíveis? Importante reforçar que os núcleos não trabalham a partir de documentos oferecidos pelo Judiciário. Como demonstrado, cada um deles elabora seus próprios modelos a partir de orientações e conversar com os funcionários da CAS-Leste ou de outros núcleos com quem têm contato. Como, então, desenhar uma tabela que fosse aceita pelos juízes e o que registrar em suas lacunas?

Os modelos da Dom Bosco, como descrito acima, são elaborados pelo método das tentativas e recusas. Quando conseguem que uma de suas propostas seja elogiada pelo DEIJ ou pela CAS, transformam-na em um modelo fixo. No caso do PIA, quando os técnicos passaram a enviar a sua nova tabela juntamente com os Relatórios, alguns problemas permaneceram. O que são as metas? O que são as atividades? Qual o grau de objetividade que se pode dar a um prazo? Quando não cumprido, deve-se rapidamente avisar o Judiciário, ou há uma possibilidade de flexibilização das datas-limite para as ações dos meninos?

No curso do SINASE, a defensora citou alguns exemplos de metas fixas e de atividades maleáveis. Escolarização formal, cursos profissionalizantes, inserção no mercado de trabalho são exemplos dessas metas e, como já salientado, muitas vezes já vêm delimitadas no Termo de Entrega. É só a partir daí que os educadores podem individualizar seu atendimento, por exemplo, escolhendo o melhor período na escola, o melhor curso profissionalizante, as melhores opções de atividades lúdicas e culturais na medida, as alternativas para a família, os possíveis encaminhamentos para pleitearem vagas de emprego etc.

As metas do PIA, portanto, podem ser pensadas como uma moldura ou um quadro de regras básicas e comuns, que ditam os caminhos na medida, embora permitam (ou exijam) diferenciações caso a caso. Mas, nem tudo está resolvido com essas orientações. Ouvi muitas vezes em campo, dos próprios funcionários, opiniões como a manifestada por uma das técnicas, de que

o problema das MSE é que é muito aberto. O juiz fala uma coisa, o promotor fala outra, o defensor outra, a SMADS outra... E quem tá no meio é a gente e a família. A gente fica meio perdida às vezes.

Mesmo a rigidez do quadro de metas parece ser dotada de certa porosidade. Lidar com essa porosidade nos atendimentos e saber lançar mão de argumentos que permitam que a rigidez reapareça no momento de escrita dos relatórios parecem ser a tarefa central dos técnicos.

Para a equipe da Dom Bosco, a diretriz da distinção entre metas e atividades não se resolveu facilmente. Quando eu perguntei ao grupo de técnicos qual era o seu entendimento sobre o preenchimento do novo Contrato de Compromisso, disseram-me que os prazos são exclusivamente baseados no que os próprios técnicos imaginam que podem conseguir. Sobre as metas e atividades, deram-me um exemplo: na área da escolarização, uma meta poderia ser a inserção na rede pública de ensino, e a atividade é sensibilizar e encaminhar o adolescente.

Já no fim de meu trabalho de campo, tive acesso a onze Planos Individuais de Atendimento redigidos por quatro técnicos diferentes. Ficaram evidentes as variadas possibilidades de preenchimento do Contrato, apesar de a equipe ter conseguido desenvolver um padrão que a auxiliasse. É possível dizer que as metas foram entendidas como a inserção do adolescente na rede – desde a obtenção de seus documentos, até o mercado de trabalho, passando pela escolarização e capacitação profissional. No caso das famílias, o leque das metas parece ser mais amplo. Os técnicos propuseram, nos vários casos que acompanhei, “participação da família no grupo de apoio e orientação”, “que a genitora possa respaldar o filho de forma mais

precisa”, “que a genitora angarie subsídios para conseguir respaldar ao adolescente”, “que a genitora consiga refletir sobre a dinâmica familiar”, “fortalecimento dos vínculos familiares”, “auxílio à genitora em sua inserção profissional e inserção do nome do genitor nos documentos do adolescente”. As ações também se concentraram nos encaminhamentos, orientações, sensibilizações, convites e convocações.

Apesar de ser possível encontrar um padrão, ou o desenvolvimento de uma estratégia de preenchimento desse quadro, as variações não devem ser desprezadas⁸¹. Justamente porque elas revelam a maneira dinâmica como se constroem os saberes nas medidas socioeducativas. No campo da família, por exemplo, os técnicos que propuseram como meta o maior respaldo da genitora, entenderam como ação a inserção no grupo de apoio e orientação, ou seja, justamente aquilo que tinha sido compreendido como uma meta por outros tantos técnicos.

A equipe discute os casos de atendimentos mais complexos em reuniões com a coordenadora, mas também conversa muito sobre a elaboração dos seus documentos, participa de vários cursos, reescreve aquilo que julga não estar correto (Latour, 2010: 84-85). Ainda assim, esses PIAs variados foram encaminhados ao DEIJ. Mesmo com o uso de expressões e propostas muito semelhantes entre os PIAs, há um esforço considerável dos educadores na busca de uma escrita que não possa ser acusada de subjetiva ou pouco técnica por um lado, mas que também não se padronize a ponto de serem encaradas como sintoma de uma “massificação dos atendimentos”.

Esse equilíbrio precisa ser trabalhado a todo o momento, justamente através dos cursos, das formações, do diálogo entre os membros da equipe, mas

⁸¹ A questão apresentada por Deleuze e Guattari (2008), em suas discussões sobre a padronização e as variações sistemáticas é também utilizada por Vianna (2010) em sua reflexão metodológica sobre quais caminhos seguir na escrita de sua etnografia (: 57-58). Acredito que no caso dos técnicos das medidas, esse mesmo problema se coloca, ainda que em uma outra amplitude. O problema central no trabalho dos técnicos, sob seu próprio ponto de vista, é lidar com duas diferentes lógicas constantemente: a das padronizações legislativas que impõem modelos rígidos demais, e as variações constantes que precisam enfrentar em cada atendimento, como demonstrado ao longo do presente capítulo e do que segue.

principalmente através do desenvolvimento de estratégias de escrita, de um exercício linguístico da redação dos documentos (Vianna, 2010: 278). É preciso aprender – e isso leva certo tempo – a escrever relatórios e documentos bem fundamentados.

3.3 O QUE É REVELADO AO JUDICIÁRIO

A escrita de Relatórios Inicial, de Acompanhamento e de Encerramento bem fundamentados é uma preocupação frequente na sala dos educadores⁸². Os técnicos dedicam um dia da semana para a elaboração desses documentos, tempo que em geral não é suficiente. As secretárias passam horas seguidas fotocopiando e protocolando todos esses documentos, que devem seguir ao DEIJ e à CAS-Leste. A coordenadora do serviço precisa corrigir, assinar e carimbar cada um dos relatórios escritos por sua equipe, além de ajudá-los na interpretação das demandas judiciais.

Os dias das entregas de relatórios, portanto, são sempre apressados para todos os funcionários das medidas. Pude acompanhar esses trabalhos em vários lugares. Estive na secretaria, correndo para tirar todas as cópias necessárias, fui ao DEIJ e à CAS-Leste, estive na sala dos educadores enquanto eles terminavam os seus relatórios, ouvi a coordenadora se queixar por causa dos atrasos. O circuito desses papéis, com todas as suas cópias, toma boa parte do tempo dos profissionais das medidas.

Escrever os relatórios não é uma tarefa simples⁸³. Ele tem um modelo pré-estabelecido, um tamanho ideal, uma linguagem específica. Como apresentado acima,

⁸² Se o esforço do Relatório Inicial é garantir certa maleabilidade do atendimento e não apresentar expectativas muito elevadas, no de Acompanhamento e de Encerramento, a ênfase dos técnicos está em demonstrar os avanços apresentados pelo adolescente. Sobre isso, vide infra, 4.1.2.

⁸³ Um paralelo interessante com a dimensão estética dos documentos é citado por Reed (2006) de passagem. Trata-se dos desenhos dos Piro, descritos por Gow (1990). No entanto, outro texto de Gow, de 2001, dialoga com a necessidade de exercícios constantes dos técnicos para a escrita de relatórios bem fundamentados. Assim como na redação destes documentos, as pinturas corporais das meninas Piro também demandam o domínio de uma técnica que só o tempo pode fornecer. Além disso, não há treinamento formal que determine de antemão como os desenhos devam ser feitos. Trata-se de um processo de observação e imitação em que, embora haja modelos, desenhos suplementares precisam ser constantemente criados caso a caso. Além disso, as mulheres que pintam precisam prever os resultados finais antes de

é a partir dos relatórios técnicos que o juiz constrói seu argumento no momento de decidir se a medida pode ou não ser encerrada, se o menino deve ir para uma internação-sanção, se a medida deve ser substituída. É através desses relatórios que os técnicos apresentam-se como pontes entre o menino e o Judiciário. Latour (2010: 86-90) utiliza o termo *ponte* como metáfora para a tarefa dos relatores encarregados de conectar dois tipos de linguagens produzidas em documentos distintos, permitindo que a sentença seja emitida nos casos levados ao Conselho de Estado francês. Embora na Dom Bosco o termo não apareça como metáfora, mas seja acionado pelos próprios técnicos das medidas, a definição assemelha-se consideravelmente. Se os relatores descritos por Latour entrelaçam a literatura legal aos dados apresentados nas pastas de reivindicações, os técnicos da Dom Bosco também precisam entrelaçar as informações coletadas sobre os adolescentes e suas famílias e aquilo que julgam ser as demandas do Judiciário. É necessário empreender o domínio de uma linguagem que acione, ao mesmo tempo, as duas margens unidas por essa ponte.

O embate escrito entre juiz e técnico faz com que a medida, em determinados momentos, se transforme em um jogo de retórica e arguição. Porque os relatórios, longe de serem simples versões resumidas ou relatos daquilo que foi trabalhado com o menino, são tratados como parte fundamental do que se entende por medida socioeducativa. São ferramentas em que, dentro de um modelo fixo de escrita e de tópicos a serem abordados, registram e constroem ações que afetarão diretamente os adolescentes e de suas famílias. São janelas através das quais o juiz vê o menino – da maneira como o técnico o quer apresentar.

Os próprios documentos de formação para as equipes desses núcleos consideram que “a criação e preenchimento destes instrumentais de registro não devem ser concebidos como uma mera formalidade burocrática, mas sim como instrumento de gestão, planejamento e avaliação do programa de liberdade assistida”.

começarem seus trabalhos, precisam “segurar o desenho em suas cabeças”, algo que ressoa no esforço dos técnicos em visualizarem todo o atendimento e suas possíveis intercorrências já no momento de elaboração do PIA.

(ILANUD, 2004: 132). Sob o ponto de vista dos técnicos, a tarefa de gerir e avaliar o atendimento, sua eficácia e o seu tempo lhes cabe. Eles são os que convivem com os meninos, conhecem suas histórias e suas famílias. Eles são os que conhecem os limites da própria medida. Para que esse seu saber possa se transformar em ação, uma das únicas armas possíveis é a escrita.

No diálogo travado com os juizes, portanto, termos padronizados podem ser acionados das mais diferentes maneiras, com os mais diferentes propósitos. Escrever sempre funciona como uma tentativa de convencer o juiz (a quem o técnico descreve como detentor do poder de decisão final) de que o que foi trabalhado, dentro das especificidades de cada caso, é aceitável quando em comparação com o que é exigido nas leis e diretrizes que orientam os atendimentos.

Talvez seja importante deixar claro que o meu argumento não é o de uma manipulação deliberada dos relatórios, como Feltran (2011: 18-19) afirma ter encontrado em seu campo. Não tive acesso a dados como estes, nunca vi os técnicos da Dom Bosco discutindo os problemas da escrita nestes termos. Defendo que os documentos produzidos pela equipe, embora sejam fabricações, não são, de modo algum, falsificações (Villela, 2011). Interpretá-los como falsificações seria o mesmo que conservar a crença “na existência de fatos verdadeiros para além da capacidade humana de os fazer verdadeiros” (: 16). Os técnicos constroem textos mobilizando saberes que julgam adequados para cada atendimento, e praticando um exercício constante de controle do que é escrito e da forma como as coisas são escritas. Sabem, no entanto, os efeitos que supostas *mentiras* podem ter, e não avaliam que este é um artifício que possa ser utilizado nas redações.

O caso de B ilustra muito bem a importância desse fluxo de papéis para a determinação de cada atendimento. B não era um menino novo nas medidas. Já tinha passado pelo atendimento por mais de um ano quando foi pego pela polícia por outro ato infracional. Depois de alguns meses de internação, foi reencaminhado ao núcleo para o cumprimento de seis meses de Liberdade Assistida. Nenhuma exigência

específica foi feita pelo juiz. Em seu Termo de Entrega apenas aparecia a expressão “prorrogável se necessário” junto ao tempo de medida estipulado⁸⁴.

O menino frequentou o núcleo de maneira inconstante. Não se apresentava todas as semanas, como costuma ser exigido. Em geral, “assinava a medida” quinzenalmente. Logo no primeiro atendimento, seu técnico interpretou a medida com o menino e sua mãe. Durante todos os atendimentos, enfatizou a necessidade de B conseguir os documentos “adequados para sua faixa etária” e ser inserido na rede pública de ensino. B tinha dezesseis anos e não sabia ler ou escrever. Deveria voltar à escola na quarta série do ensino fundamental.

Nos Registros de Atendimento há várias manifestações de B em relação ao seu desinteresse nos estudos. “O adolescente verbaliza que não deseja estudar”, apesar de o técnico ressaltar “que estudar é uma das exigências para o cumprimento da medida”. Mesmo com os constantes apelos do técnico ao menino e à genitora para que conseguisse uma vaga escolar, a própria equipe precisou realizar sua matrícula, depois de vários meses de espera. Sua vaga foi concedida às vésperas do fim dos seis meses de atendimento. B também não participou de cursos profissionalizantes (além dos que já tinha feito na Fundação CASA) e não conseguiu toda a documentação costumeiramente exigida.

Terminado o tempo imposto pelo juiz, coube ao técnico escrever um relatório, tarefa precedida pela discussão do caso com outros colegas e com a própria coordenadora. O que dizer ao juiz? Para a equipe, B não deveria permanecer na

⁸⁴ Os nomes dos adolescentes atendidos pelo núcleo foram substituídos por consoantes aleatórias. Não se trata da inicial de seus verdadeiros nomes. Dessa forma, espero tomar o cuidado adequado para evitar possíveis identificações. A “descrição telegráfica” dos perfis de B e F (vide infra, 4.2), apresentadas em nota, seguiu o formato sugerido por Feltran (2008: 357). São breves descrições elaboradas a partir “das categorias descritivas” citadas pelos próprios técnicos da Dom Bosco ou de outras instituições pelas quais os adolescentes tenham passado. As informações foram coletadas nos documentos ou nas conversas que travávamos. B é um adolescente do sexo masculino, tinha 16 anos em 2012 e o ensino fundamental incompleto. Esteve várias vezes na Fundação CASA por roubo. Seus registros afirmam que era dependente químico desde oito anos de idade. Sua mãe teve doze filhos de quatro relacionamentos distintos. Em 2012, viviam em imóvel construído em região cedida e considerada vulnerável. Nos relatórios, há registros de que “a família não participa da vida do filho. O adolescente não segue as orientações quanto à escola e providência de documentos”.

medida. Somando suas duas passagens por lá, já tinha cumprido quase três anos de Liberdade Assistida. E “LA tem tempo” (vide infra, 4.1.2). Essa máxima, dita com certa frequência pela coordenadora, demonstra a concepção da equipe de que a medida não pode ser indeterminada. Porque as oportunidades são oferecidas e os encaminhamentos realizados, mas seguir ou não pelo caminho proposto é uma opção do menino. Não há nada que os técnicos possam fazer.

A tarefa de escrita desse relatório não foi fácil. Que termos usar? Que argumento ativar para que o juiz entendesse que o papel da equipe tinha sido cumprido, ainda que o menino não tivesse acatado as orientações apresentadas? Colocar em duas páginas essa percepção sem dizer diretamente que “não tinha mais jeito” demanda um controle muito específico dos termos possíveis, das expressões válidas, da técnica da escrita. A primeira tarefa foi conseguir o atestado de matrícula. Depois de muito tempo e trabalho, esse documento pôde ser anexado ao relatório, o que deveria contar pontos a favor do encerramento da medida.

O que mais escrever? Seu técnico optou por escrever um relatório que enfatizava a orientação, a sensibilização e os encaminhamentos. Argumentou que B “amadureceu” e “teve participação ativa nas atividades propostas”, e que vem de uma família que “não valoriza os estudos” e “não o respalda”. Terminou o relatório enfatizando que “como o tempo da medida já expirou”, nada mais poderia segurá-lo no núcleo.

Depois de alguns meses de espera, com os Registros de Atendimento demonstrando a impaciência do menino em relação à demora da resposta do juiz, chega ao núcleo uma solicitação judicial:

Por determinação do MM. Juiz de Direito do DEIJ, requisito de Vossa Senhoria que a equipe técnica deste serviço envie o comprovante de frequência escolar e informe o que foi trabalhado acerca da profissionalização do adolescente, no prazo de 10 dias.

Quando o documento foi entregue ao técnico responsável pelo caso, sua reação deixou claro que a mensagem que procurara transmitir não tinha sido entendida pelo juiz. Para o técnico, o pedido revelava uma falha do juiz na

interpretação do que havia sido escrito: “Parece que eu falo outra língua! Difícil, não é? Nós que fomos atrás pedindo tudo... sinalizando. Vai pedir frequência?!”, dizia ele. B não foi nenhuma vez à escola. Seu técnico *sinalizou* ao juiz que isso aconteceria, quando lhe enviou Informativos afirmando que o adolescente não tinha demonstrado iniciativa alguma. Não adiantou. Depois de conversar sobre o caso com a coordenadora, anotou a lápis no documento enviado pelo Judiciário: “pegar a frequência escolar, falar do trabalho e dos cursos que fez”, listando os argumentos que deveria lançar mão em sua resposta.

Nesses casos, que são frequentes, os documentos e solicitações ficam indo e vindo, até que o juiz aceite o encerramento ou solicite uma audiência. Para a equipe, esse mal entendido precisaria ser corrigido com o envio de outro documento anexado à frequência escolar, enfatizando uma vez mais que o trabalho da equipe tinha sido feito. A resposta foi longa, e ilustra muito bem a importância do domínio de uma linguagem específica nesse processo:

Em resposta ao ofício [número do ofício], de [data] e recebido por este serviço em [data], **informamos que referente a escolarização**: após visita técnica ao [nome da escola], fomos informados que desde sua matrícula realizada por este serviço o adolescente não frequentou as aulas, tendo 0% de frequência. Cópia anexa da declaração escolar. Somentamos que B vem sendo atendido por este serviço por mais de três anos e durante a medida socioeducativa intensificamos a importância da educação tanto para sua vida profissional quanto social. Trabalhamos também junto a genitora quanto a importância da escola para B, deixando-a ciente de todos os encaminhamentos e as orientações passadas ao adolescente para que se conscientize sobre a importância de uma família onde a escolarização não é prioridade, nenhum dos membros conseguiu sair dos anos fundamentais escolares, e o adolescente demonstra seguir a mesma tendência, pois não encontra na família bons exemplos e respaldo quanto a importância da escolarização como meio de alcançar melhor qualidade de vida, trabalhamos intensamente com B sobre os aspectos positivos de possuir alfabetização e letramento, mas também nos deparamos com outras dificuldades como o local de sua residência, sua comunidade está inserida em um ambiente de pobreza quase extrema e a escola não é vista como algo que possa lhe trazer benefícios imediatos, logo é descartada e relegada ao segundo plano.

Com relação a cursos profissionalizantes: ressaltamos que no decorrer da medida, B foi orientado e sensibilizado quanto à importância da profissionalização, inclusive realizada ao Centro Profissionalizante uma visita às oficinas dos cursos existentes, com o objetivo de se identificar com os cursos oferecidos, porém até o momento não se interessou, pois verbaliza que já fizera cursos nas vezes em que esteve internado na Fundação CASA. Segundo o adolescente, no período em que passou internado fez os seguintes cursos: [nomes dos cursos] certificados já enviados em relatório de

encerramento, salientamos ainda que foi trabalhada com o adolescente a possibilidade de aperfeiçoar os cursos já realizados.

Cabe salientar que no decorrer da medida foi oferecida a B todas as possibilidades para que ele possa ter um convívio social e pessoal dentro dos padrões da sociedade. Cabe ainda informar que sendo B morador da comunidade e se for de seu interesse continuará a ser assistido por todos os serviços executados por esta Organização, respaldando-o no que for necessário.

No momento, é o que temos a informar.

Não soube qual foi a resposta desse informativo. Enquanto estive em campo, B continuou frequentando a medida periodicamente para ter notícias de seu caso. De qualquer modo, o que ficou claro para mim – e é muito claro para os técnicos – é que embora os educadores precisem desenvolver a técnica de escrita e argumentação, embora possam revelar as suas perspectivas sobre o atendimento através dessa escrita, embora lidem diretamente com os meninos e julguem entender as possibilidades e os limites de cada caso, no fim das contas, os destinos dos meninos e dos atendimentos “dependem do juiz⁸⁵”.

No caso de B, especificamente, o juiz não havia solicitado no Termo de Entrega a sua escolarização e profissionalização. Ainda que o ECA e o SINASE apontem essas duas áreas como direitos dos adolescentes que precisam ser garantidos pelo Estado, há muita discussão sobre a obrigatoriedade de inserção dos autores de atos infracionais na rede de ensino e em cursos de capacitação profissional. Não é em todos os casos que essas exigências aparecem como demandas. Como demonstrado acima, em muitos dos que pude acompanhar, os Termos de Entrega já deixam claras as metas que devem ser trabalhadas: escolarização, inserção no mercado de trabalho formal, profissionalização, inserção da família em grupos de apoio e orientação etc. Em outros tantos, no espaço em que o juiz delimita qual a medida escolhida e o tempo de sua duração, a única palavra registrada é a *ressocialização*. Cabe aos técnicos, conhecendo os juízes a partir de

⁸⁵ Sobre os diferentes perfis dos juízes, ainda que no caso das audiências, cf. Miraglia (2005).

casos anteriores, ou guiados pelas suas próprias especificidades dos atendimentos, construir a medida e o argumento que a guiará.

A ênfase na escolarização, no caso de B, se deu em um contexto em que várias outras sugestões de encerramento estavam sendo negadas com a justificativa de não inserção dos meninos na rede pública de ensino. Para os técnicos, as exigências e cobranças dos juízes funcionam em *fases, levas*⁸⁶. Como já citado, os técnicos veem essas indefinições como um problema constante com que precisam lidar. Os juízes mudam, suas orientações também.

Mesmo com a ampliação recente nas diretrizes e legislações voltadas ao atendimento de crianças e adolescentes (ou ainda por causa dessa ampliação), pouca coisa parece determinada de antemão. Se há mais leis, há mais possibilidades de interpretação, de manejo, de argumentação. No limite, os técnicos não concebem – e entendem que os próprios juízes também não concebem – caminhos fixos para o que seria uma boa medida socioeducativa. O próprio termo ressocialização abriga em si um leque finito, mas relativamente amplo de possibilidades (como veremos no capítulo seguinte). O técnico de B e toda a equipe da Dom Bosco entendiam que a medida já teria atingido seu objetivo, porque se a ressocialização – que aqui foi interpretada como inserção na escola e profissionalização – não foi alcançada, ela foi apresentada ao adolescente. Para eles, isso deveria bastar. Mas, dessa vez, não bastou.

Retomando, portanto, aquilo que foi apresentado até aqui: os técnicos da equipe se descrevem como pontes entre os adolescentes e o Poder Judiciário. Eles são responsáveis por encaminhar, orientar, sensibilizar os meninos; e, por outro lado, informar, relatar, sugerir aos juízes e a entidades governamentais. Essas pontes, no entanto, não são passivas⁸⁷. Nelas se constroem ou se atualizam as portarias e as

⁸⁶ Feltran (2006: 253) descreve uma percepção parecida de seus interlocutores em relação às políticas sociais.

⁸⁷ Villela (2012) descreve o modo como durante a Primeira República os relatórios elaborados pelos chefes de polícia e enviados ao poder estadual não “clamavam pelo julgamento neutro do superior, mas por seu braço e seu poder” (: 78). Estes relatórios técnicos provocavam a esfera estadual contra os líderes locais que eram desafetos desses chefes. Assim como esses

diretrizes estatais; as vivências e os casos de cada menino. Não se pode dizer que essas portarias, diretrizes, vivências e casos existam previamente como uma realidade que é maculada a todo o momento. Pelo contrário, são as relações que se estabelecem através da equipe (técnica e administrativa) que permitem a construção e reconstrução contínua de todos esses fluxos de saberes e práticas. Saberes que precisam circular em documentos elaborados na medida certa, com os termos adequados. Documentos estes, que produzem, através de sua própria circulação, as decisões finais sobre cada atendimento.

chefes de polícia usavam deste artifício técnico para manifestarem suas visões políticas, incitando os governadores a acessarem a realidade local sob o seu ponto de vista, os técnicos da Dom Bosco também utilizam essa ferramenta para tornarem suas avaliações sobre cada atendimento visíveis aos juízes.

CAPÍTULO 4

OS OBJETIVOS DA MEDIDA

*“O que você ainda quer saber?”, pergunta o porteiro.
“Você é insaciável.” “Todos aspiram à lei”, diz o homem.
“Como se explica que, em tantos anos, ninguém além de
mim pediu para entrar?” O porteiro percebe que o homem
já está no fim, e para ainda alcançar sua audição em
declínio, ele berra: “Aqui ninguém mais podia ser
admitido, pois esta entrada estava destinada só a você;
Agora eu vou embora e fecho-a”.*

(Kafka, 2005: 215)

No capítulo anterior, procurei apresentar a maneira técnico-política como os documentos que circulam em grande quantidade e velocidade pelo corredor das medidas socioeducativas são construídos e interpretados. A ênfase ali foi especialmente voltada à construção dos PIAs e diálogos entre juízes e técnicos através dos relatórios. Ao apresentar alguns desses documentos, uma questão muito importante saltou à vista sem que ali pudesse ser melhor analisada. Trata-se dos índices levados em conta na definição do conceito de *ressocialização* – que passa, a todo o momento, pela noção de *oportunidade*.

É importante alertar o leitor, desde já, que este capítulo recorrerá, como o anterior, aos documentos acessados em campo, mas também às discussões que acompanhei na equipe sobre a forma de construção de seus atendimentos.

Se no terceiro capítulo o enfoque foi na tarefa técnica – que mobiliza a todo o momento dispositivos políticos – de escrita, aqui se trata de outra visão sobre o mesmo problema que se apresenta constantemente aos meus interlocutores: os objetivos, as funções e os instrumentos dos atendimentos socioeducativos. Trata-se de um deslocamento que permite problematizar aquilo que é entendido como relevante pelos juízes e pela equipe para a construção e condução dos atendimentos. Se o objetivo da medida socioeducativa é a *ressocialização*, resultado de um processo de amadurecimento e responsabilização (como aparece em documentos⁸⁸ e na fala da própria equipe), é importante saber como esses termos são acionados no cotidiano dos atendimentos.

Para tratar dessa questão, o capítulo se divide em duas partes principais. Na primeira, apresento elementos que são levados em conta pelos técnicos na definição daquilo que é entendido como *ressocialização* em cada um dos casos: 1. os índices, quer dizer, os elementos entendidos pela legislação, pelos juízes e equipe como sintomas de que o objetivo da medida foi alcançado; 2. os tempos, neste caso, o intervalo em que as atividades da medida podem ou devem ser desenvolvidas para

⁸⁸ Cf. SINASE, art. 1º sobre a responsabilização; e art. 52º, sobre a *ressocialização*.

que seus efeitos sejam potencializados ao máximo e; 3. a imposição dos direitos de forma individualizada. Esses três elementos – os índices, os tempos e a individualização – cruzam-se, misturam-se e interferem uns nos outros constantemente, de modo que é apenas analiticamente que se pode distingui-los. É através deles que pretendo elucidar a forma como a ressocialização é acionada no núcleo da Dom Bosco.

Finalmente, discuto as incertezas que orientam as relações entre juízes e técnicos. Como enfatizado no capítulo anterior, a relação construída pelos documentos é perpassada por tentativas de mostrar ao juiz o menino que o técnico quer relevar, sem que haja espaço para mal-entendidos ou interpretações diferenciadas sobre o destino da medida (cf. 3.3). Neste capítulo, apresento os debates da equipe que surgem a partir da presença dos técnicos em audiências. Os técnicos produzem, nesses momentos, experiências mais amplas sobre o perfil de cada juiz, mas não deixam de enfrentar discordâncias sobre os destinos das medidas. Precisam lidar com o embate entre aquilo que julgam conhecer mais adequadamente pela vivência cotidiana, e as percepções que os juízes têm dos objetivos das medidas.

Ao longo deste capítulo, argumento que o que está em jogo nas medidas socioeducativas não é, majoritariamente, o ato infracional em si mesmo. Mais do que cumprir ou pagar à sociedade pelo crime cometido, os adolescentes são levados a uma série de intervenções que idealmente atravessarão seus corpos e suas famílias para muito além do tempo da medida.

Descrevo, enfim, o que acontece em um espaço que foge à alçada da lei, embora seja a todo o momento alimentado, informado, vigiado por ela. Os atos infracionais são práticas previstas e determinadas pela justiça, pela legislação. O tratamento oferecido aos adolescentes, ao contrário daquele dispensado aos adultos encarcerados, não se define simplesmente pela da lógica da punição e da proporção, embora haja esforços inconstantes que levam os técnicos a se lembrarem dos motivos que colocaram os meninos ali. Não é de se estranhar, portanto, que raramente ouve-

se um técnico comentar sobre os atos infracionais de seus atendidos. Como dizia a coordenadora das medidas,

o que você fez, o ato infracional, não importa aqui para a medida. O que passou, já passou. Agora tem que aproveitar essa oportunidade e seguir em frente.

Embora Miraglia (2007: 137) apresente a Liberdade Assistida como “um meio caminho entre a medida leve e a internação”, demonstrando que o ECA prevê uma “correspondência entre a gravidade do ato infracional cometido e a medida aplicada”, na construção cotidiana dos atendimentos essa suposta proporcionalidade deixa de ser o foco da equipe. Cometido o ato e determinada a sentença pelo juiz, o trabalho dos técnicos passa a ser de outra natureza. Portanto, o que salta à vista no núcleo da Dom Bosco é a tenuidade entre ato infracional e medida socioeducativa. E esse é um dos motivos pelos quais a relação entre técnicos e juízes é sempre pautada pela incerteza⁸⁹.

4.1 RESSOCIALIZAÇÃO

4.1.1 Os índices de ressocialização

Chamo de índice de ressocialização as atividades que devem ser realizadas na (ou pela) medida socioeducativa como um indicativo de que o processo de amadurecimento foi realizado e o efeito ressocializador foi alcançado. Alguns índices levados em conta pelo Poder Judiciário para que a construção de um atendimento seja considerada adequada são levantados pela equipe nos próprios relatórios, como descrito no capítulo precedente: documentação, escolarização, análise da situação

⁸⁹ Sobre os critérios levados em conta para a determinação das medidas, conferir o relato de um juiz entrevistado por Miraglia (2005: 97). O juiz argumenta que ele e seus colegas consideram a gravidade do ato infracional, o envolvimento do adolescente no mundo infracional, o respaldo familiar. Apesar de os juízes afirmarem que levam em conta a gravidade do ato infracional como um critério objetivo, a própria autora argumenta que eles não utilizam o ECA de maneira homogênea ou direta. Há uma interpretação ou diagnóstico imediato da situação que influenciam na determinação da sentença: se há sentimento de culpa, se a família está presente, se o envolvimento com o mundo infracional é momentâneo etc.

familiar. Também são enumerados pelo PIA, que elenca, além destes três aspectos, a profissionalização e a saúde do adolescente como áreas a serem trabalhadas.

Esse levantamento baseia-se na legislação considerada pelos técnicos da Dom Bosco, principalmente o ECA e o SINASE, que afirma que o PIA deverá incluir, entre outros elementos, a descrição de “atividades de integração social e/ou capacitação profissional”, “atividades de integração e apoio à família”, “medidas específicas de atenção à sua saúde” (SINASE, art. 54º). Afirma também que o orientador deverá “promover socialmente o adolescente e sua família [...] inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de assistência social”, “supervisionar a frequência e aproveitamento escolar do adolescente”, “diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho” (ECA, art. 119º). Algumas medidas também são definidas por lei como aplicáveis aos pais ou responsáveis dos adolescentes, como o encaminhamento a programas de proteção à família, a tratamento psicológico ou psiquiátrico, e a cursos ou programas de orientação (ECA, art. 129º). Dentro deste leque geral de exigências estabelecidas nas legislações, e nos documentos que se constroem na Dom Bosco em diálogo com elas, os técnicos precisam lidar com as individualidades de cada adolescente, também prevista em lei (vide supra, 3.2.2).

Nem todos esses índices são acionados pela equipe em todos os atendimentos. Nem todos são, tampouco, explicitados em cada um dos Termos de Entrega (vide supra, capítulo 3.1) que chegam à Dom Bosco. Como já descrito, na construção do PIA os técnicos se deparam com a possibilidade de manejar das formas mais distintas possíveis as exigências legais e de cada um dos juízes que em um primeiro momento se apresentam de forma bastante padronizada. Há, nesse momento, um movimento em que os técnicos desenham para si mesmos os índices que julgam ser possíveis de serem alcançados ao longo da medida. Se os índices são, retomando, indicativos de que o processo de ressocialização foi alcançado, aqueles construídos pelos técnicos a cada caso, privilegiando a individualização dos

atendimentos (vide infra, 4.1.3), são mais específicos e, ao mesmo tempo, menos rígidos.

Se a lei determina que sejam realizadas atividades de integração social, cabe aos técnicos manejarem as opções possíveis, desmontando esse índice em índices mais específicos como, por exemplo, a participação em uma oficina de artesanato ou o entusiasmo apresentado em um passeio educativo. No caso da capacitação profissional, os técnicos podem entender, através de diálogos com o menino e sua família que, naquele caso, o ensino deva ser a atividade exclusiva, preparando adequadamente o adolescente para futuros cursos e consequente inserção no mercado de trabalho. A promoção da família do adolescente pode ser trabalhada através do convite às Terapias Comunitárias, do encaminhamento a entrevistas de emprego, do oferecimento de cestas básicas ou auxílio assistencial.

No corredor das medidas, os técnicos ainda podem conduzir atendimentos em que o adolescente não se matricule na rede pública de ensino. Embora um dos índices apresentado pela legislação seja a comprovação da frequência e do aproveitamento escolar do adolescente, existe a possibilidade de que os técnicos consigam o encerramento de uma medida argumentando que o adolescente não se matriculou porque “verbaliza dar preferência à atividade laborativa remunerada”, ou porque “constituiu família e a respalda”, ou simplesmente porque já “foi orientado em relação à importância da escolarização e profissionalização”, argumentos registrados pelos técnicos em muitos relatórios. Estes tipos de argumento, no entanto, precisam estar bem fundamentados nos documentos enviados, como descrito no capítulo precedente.

Caso o juiz solicite, como já dito, escolarização, profissionalização e inserção no mercado de trabalho, a rede deverá ser ativada para que essas três metas sejam alcançadas. No entanto, a construção do atendimento de cada menino envolve muitas outras questões, diretamente relacionadas com as metas exigidas pelo Judiciário: qual seria a melhor escola para o adolescente? Ele já possui cadastro escolar? É melhor colocá-lo na Educação para Jovens e Adultos (EJA) ou no período normal? Que tipo

de curso profissionalizante será mais adequado para seu perfil? É melhor encaminhá-lo para as oficinas do núcleo ou não? Em seu caso, é imprescindível conseguir um emprego formal, ou escrever um relatório bem fundamentado demonstrando sua iniciativa e amadurecimento bastará? Perguntas como estas precisam ser elaboradas e respondidas pelos técnicos na construção de cada um de seus atendimentos e são retomadas como argumentos no momento em que oferecem ao Judiciário pareceres com suas percepções sobre a participação dos meninos nas medidas.

Os técnicos atuam dentro de um espaço que, sem perder de vista as diretrizes e as legislações, permite certa flexibilidade nas interpretações daquilo que seria uma medida adequada. Dito de outra de outra forma, trabalham com um problema legal que não é a lei quem vai resolver. Os técnicos levam em conta os índices exigidos pelo Poder Judiciário, mas para lidarem com eles cotidianamente, estão munidos de uma série de informações e contextos que escapam, ainda que parcialmente, ao juiz responsável pelo caso. São informações sobre as capacidades do próprio núcleo no oferecimento das atividades, das dificuldades enfrentadas no relacionamento com outras instituições que fazem parte da rede, ou ainda das especificidades de cada caso. Se os índices da equipe são mais específicos, são também menos rígidos, porque só podem ser construídos em contato direto com variantes que vão sendo adicionadas a cada atendimento ao longo dos meses: a adolescente que fica grávida, o menino que aumenta o uso de entorpecentes, o emprego que surge para o atendido, as brigas na escola, as possíveis reinfrações, as mudanças na dinâmica das famílias com o nascimento de novos membros ou novos casamentos etc.

Portanto, os índices são menos rígidos para os técnicos porque não se baseiam exclusivamente em cada uma das metas estabelecidas no PIA, mas atribuem centralidade à noção de *iniciativa*. O menino pode estar na medida por uma *bobeada*, por um ato infracional isolado, por algo que possivelmente não voltará a acontecer. Pode, por outro lado, ser *malandro*, ter mais de uma passagem, estar muito envolvido

com drogas, tráfico ou simplesmente com o meio infracional⁹⁰. Não se pode, nos dois tipos de caso, exigir que os mesmos índices sejam considerados ao final no tempo da medida. Os técnicos argumentam que isso seria o equivalente a *massificar* os atendimentos, prática condenada pela própria legislação. No entanto, os malandros e os que deram uma bobeadada precisam demonstrar iniciativa no decorrer da medida. No momento de elaborarem as sugestões de encerramento, o esforço dos técnicos será de apresentar o avanço observado no núcleo como um índice satisfatório⁹¹.

Sob o ponto de vista da equipe, demonstrar iniciativa pode ser entendido como conseguir os documentos básicos dentro do prazo estipulado pelo técnico, procurar uma vaga escolar sem a intervenção direta e/ou constante da equipe, ser frequente nos atendimentos. Mesmo os malandros podem conduzir sua medida com demonstrações de iniciativa e amadurecimento. Quando se trata de meninos que deram uma bobeadada, é importante ressaltar ao juiz esse aspecto, argumentando que a família o respalda, que já possui seus documentos, que está matriculado e frequente na rede de ensino ou disposto a se matricular. No caso deles, o esforço dos técnicos, suas orientações e sensibilizações, passam a ser direcionadas aos cursos profissionalizantes e inserção no mercado de trabalho formal. Para que o juiz considere que um atendimento foi bem-sucedido, os técnicos julgam ser necessário que os meninos se transformem, ao menos, em (futuros) trabalhadores capacitados e detentores de seus direitos de cidadão.

A medida é o avanço. Avanço incerto, avanço que precisa ser individualizado e avaliado por diferentes atores, através de diferentes referenciais. A incerteza está no cerne das medidas porque ela necessariamente envolve a convivência entre ao menos duas lógicas: a dos técnicos e suas atividades de encaminhamento e

⁹⁰ No campo de Schlitter (2011), são citadas as expressões *envolvidos* e *sossegadões* (: 111). Essa classificação binária se assemelha àquela que ouvi com frequência no corredor da Dom Bosco, que distinguia os que *deram uma bobeadada* dos *malandros*.

⁹¹ Essa manobra é arriscada, como demonstra o caso de F (vide infra, 4.2) e de B (vide supra, 3.3). Uma sugestão de encerramento pode não ser acatada ou uma audiência pode ser marcada quando não há coincidência entre os índices considerados pelo juiz e pelo técnico.

acompanhamento, e a dos juízes e as determinações judiciais. A lei impõe, mas não aplica. Mais do que isso: a tarefa dos técnicos não é entendida por eles mesmos como uma aplicação da lei. Como o próprio título dessa dissertação indica, cabe à equipe construir cada atendimento e contar com a aprovação de suas construções por aquele que aplicou a medida. Um malabarismo que atravessa suas atividades cotidianamente.

4.1.2 O tempo da medida

Atingir os objetivos definidos como índices indispensáveis em cada um dos casos é uma tarefa que precisa se enquadrar em um tempo. Saber o que se pode alcançar, até onde se pode ir em cada atendimento, é ser capaz de conhecer o adolescente, saber como funciona a “dinâmica de sua família”, entender quais seus objetivos e vontades, e enquadrar isso tudo em um prazo específico.

Em geral, o prazo das medidas socioeducativas é ditado pelo juiz. Duas são as possibilidades mais frequentes na Dom Bosco: seis meses ou um ano, sempre “prorrogáveis, se necessário”. No trabalho da equipe, esses prazos previamente estipulados são sentidos de formas variadas. Seis meses pode ser suficiente para encaminhamentos e apresentação de oportunidades, mas definitivamente é pouco para aqueles que não têm iniciativa. Como dito no capítulo anterior, cabe ao técnico ser perspicaz e ágil na leitura que faz de seu menino e nas oportunidades que poderão ser acatadas por ele para que, desde o início, sinalize ao juiz o terreno que tem para trabalhar e os limites que desde muito cedo consegue perceber.

O intuito da equipe é demonstrar, ao final de uma marcação temporal muito bem delimitada por três momentos-chave (o início, o meio e o fim), que houve avanço, manifestado, principalmente, pela iniciativa e pelo desenvolvimento da criticidade em relação ao ato infracional, sinais de que o amadurecimento almejado pôde ser alcançado. Se o lugar de partida das medidas é aquilo que é apresentado no Termo de Entrega e construído pelo técnico nos primeiros atendimentos, não há um lugar fixo

de chegada entendido como aquele em que os meninos são considerados ressocializados ou uma definição prévia do que será necessário ou suficiente para o encerramento de cada medida. Há uma gama de oportunidades que devem ser oferecidas e abraçadas, que variam de um caso ao outro, mas que sempre precisam marcar esse avanço.

Sendo assim, há uma percepção temporal muito própria da equipe, que precisa ajustar o prazo da medida ao desenvolvimento das atividades que julga necessárias para o atendimento das exigências judiciais. Para os técnicos, medidas muito longas ou muito curtas são ineficazes, porque as demonstrações de avanço, amadurecimento e iniciativa se dão em um prazo específico – em geral, não menos que seis meses e não mais que um ano. Sendo assim, embora os prazos sigam certo padrão – três meses, seis meses, um ano e assim sucessivamente – a percepção da equipe, em cada um dos atendimentos, é a de que este prazo se apresenta de forma esticada ou encolhida mediante aos facilitadores ou complicadores que são externos à determinação legal inicial, como revelou o atendimento de uma adolescente que acompanhei em campo. Ela acabara de dar à luz. Já estávamos no segundo semestre de 2012 e o juiz havia determinado três meses de LA, com inserção na rede pública de ensino e profissionalização. A escrita de seu Relatório Inicial foi muito trabalhosa. Foi preciso explicar ao juiz que a adolescente não seria matriculada porque estava gozando de sua licença-maternidade, prevista em lei, e realmente respaldava seu bebê. Além disso, nenhuma creche pública aceitaria um recém-nascido para que ela pudesse frequentar a escola ou conseguir um trabalho. A técnica solicitou no primeiro atendimento que a adolescente apresentasse uma declaração da creche informando a impossibilidade de matrícula de um bebê tão novo, e outra do trabalho da mãe da adolescente, para que pudesse comprovar que a avó também não poderia cuidar da criança para que a mãe cumprisse a exigência da profissionalização nos três meses estipulados. A técnica temia que o encerramento da medida ficasse barrado até a apresentação de alguma garantia de que a adolescente estivesse na rede pública de

ensino, como o atestado de matrícula escolar ou a declaração de frequência. Por essa razão, afirmou que para aquele atendimento, “três meses é muito pouco tempo”. Nesse atendimento específico, o filho da adolescente foi entendido pela técnica responsável pelo caso como um complicador para que a duração satisfatória da medida coincidissem com o prazo estabelecido judicialmente.

A coordenadora, em mais de uma ocasião, também me alertou sobre os limites que os prazos da medida lhes impõem. Dependendo de circunstâncias externas, esse prazo não é suficiente para que o trabalho seja realizado de maneira adequada e a sensação da equipe é a de uma duração inferior à ideal para que o atendimento pudesse se desenvolver de maneira mais sólida e completa:

O menino tem que querer e a família apoiar. Eles chegam em um ‘toma que o filho é teu’... É papel da medida orientar e encaminhar a família, mas a medida não alcança tudo. Só até certo ponto. Seis meses, um ano não dá para isso. Às vezes você acende um fogo que não consegue apagar depois; ou então o problema é de 20 anos, não dá para resolver na medida.

Em outros tantos casos, o problema visto pela equipe é o de um prazo excessivamente esticado. Dois anos de medida, por exemplo, foi encarado por uma técnica como um exagero. “Não adianta, vai perdendo o efeito”, ou “você acha que ele vai cumprir tudo isso?”, eram frases comuns quando o tempo passava daquele que julgavam ideal.

Nas conversas com os meninos e com os seus pais, o problema de esticar os prazos de modo que a duração da medida seja sentida de maneira mais eficiente, também é frequentemente enfatizado. É muito comum que já no primeiro atendimento os técnicos alertem os atendidos sobre a rapidez da medida e sobre a importância de não deixarem que as exigências solicitadas sejam obedecidas somente nos últimos meses.

Embora tenham que lidar com a rigidez dos prazos estipulados pelos juízes, os técnicos atribuem uma maior maleabilidade aos prazos que eles mesmos podem determinar, como os de cumprimento das metas estabelecidas no PIA. Na determinação dos prazos para o cumprimento de cada meta, como já apresentado no

capítulo anterior, os técnicos estipulam os dias ou meses que julgam suficientes de forma quase arbitrária. Como sabem que a marcação temporal mais importante das medidas é aquela desenhada pelo envio dos três principais relatórios, procuram não estabelecer prazos que, se muito estreitos, serão quase inevitavelmente desobedecidos. Aqui, mais uma vez, como já apontado em relação à determinação de metas e atividades, há um cuidado evidente da equipe de fugir ao máximo, dentro do núcleo, do descompasso entre os modelos e as imprevisibilidades. Descompasso que na relação que mantém com o Poder Judiciário é quase inevitável.

Portanto, mais do que estipular datas muito fixas, a equipe procura estar atenta aos prazos dos envios dos relatórios, e ser capaz de demonstrar, em cada um deles, os avanços apresentados pelo adolescente. Escrever um Relatório de Acompanhamento sem sinalizar ao juiz qualquer avanço é perigoso, e enviar uma sugestão de encerramento que transpareça uma realização apressada das exigências é um risco. No limite, o juiz pode não encerrar, ainda que os técnicos tenham atingido as metas com seus meninos, como argumentava a coordenadora em um Grupo de Família:

Quando vocês estão na frente do juiz, depois de o menino passar pela Fundação, ou de ir para o DEIJ – que é da Vara Especial da Infância e Juventude –, ou de já sair com medida em meio aberto, não importa, o juiz dá um Termo de Entrega do adolescente, que vocês têm que assinar. Não é? Quando o menino vem aqui, o técnico também já recebe esse documento, ou se ainda não recebeu, tira uma cópia, porque tem que ficar com um desse com ele. Nesse documento, estão todas as exigências do juiz. Tem lá: escolarização, não tem? Tem profissionalização, tem mercado de trabalho, tem grupo de apoio da família, tem encaminhamento para CAPS, para saúde... tem tudo que o juiz determinou para seis meses ou um ano. Se o menino não cumpre tudo que o juiz determinou, pode ter passado o tempo que o juiz não encerra! Porque vocês assinam o papel! A hora de questionar, de argumentar, era lá na frente do juiz, não aqui. O papel já está assinado, dizendo que você concordou com a medida que o juiz determinou. Seja internação, seja LA, PSC, semi, qualquer medida. Depois, o adolescente chega aqui e é um sufoco para os técnicos fazerem cumprir a medida. É ou não é? Às vezes nem documento quer tirar! E o que acontece? A primeira coisa que tem que fazer é tirar documento. Porque sem ele não dá para encaminhar para escolarização, para profissionalização, para um curso, nada! E a medida passa rápido, gente. O adolescente chega aqui com 16, 17 anos. E em seis meses a gente tem que dar conta do problema! Quando é PSC vai mais rápido ainda. Uma coisa que me deixa brava é mandar o relatório de acompanhamento, no meio da medida, e o menino ainda não tirou os documentos, ainda não correu atrás das coisas. Porque quando for a sugestão de encerramento e o juiz negar, nem adianta reclamar. Aqueles juízes velhos saíram todos, viu? Só tem juiz novo por lá, e

eles não estão encerrando sem a escolarização [a técnica acrescenta que frequência e aproveitamento também estão sendo cobrados]. A escola é uma porcaria? É. A educação no nosso país é uma porcaria, mas ainda é o melhor caminho, viu gente? Sem estudo não consegue mais nada não. Passa um mês e nada, dois meses, nada. Aí acaba o tempo e não encerra.

O caso do adolescente B, descrito no capítulo anterior (cf. 3.3) é um exemplo desse tipo de problema. Ainda que a matrícula escolar tenha sido feita durante os meses estipulados pelo juiz, a evidência de que essa meta só foi alcançada às vésperas do envio do relatório conclusivo demandou do técnico um exercício argumentativo que evidenciasse o trabalho de sensibilização e orientação realizado durante todo o tempo da medida.

Sendo assim, também quando lida com o tempo, é papel da equipe manejar as velocidades dos encaminhamentos, a intensidade das sensibilizações, as possibilidades de demonstrar avanços convincentes. É preciso que os técnicos sejam capazes de controlar diferentes temporalidades, adequando as dificuldades que encontram, as resistências dos adolescentes, os problemas na rede, ao prazo que é determinado de antemão.

4.1.3 A imposição dos direitos

A individualização dos atendimentos não pode ser entendida como uma tarefa da equipe em oposição às diretrizes estatais, e nem tampouco essas diretrizes e procedimentos estatais como puramente generalizantes. O que é possível afirmar é que no núcleo as conexões, os atores, as informações que são levadas em conta na condução de cada medida se ampliam por uma direção obliterada aos juízes.

Embora os técnicos percebam o Sistema Judiciário de forma dinâmica, não se julgando aptos à fazer previsões definitivas sobre o posicionamento dos juízes ou mesmo sobre as exigências legais – que precisam ser atravessadas por pessoas muito concretas para que possam tomar vida –, há um sentimento de que a individualização dos atendimentos que é colocada em prática no núcleo por aqueles

que realmente convivem com os adolescentes é distinta da proposta em lei. Simplesmente porque é a partir de outra escala que os técnicos veem os meninos. A individualização exigida no SINASE e no ECA, sob o ponto de vista da equipe, ainda é padronizada. Porque, embora os adolescentes tenham direito a um atendimento individualizado que leve em conta sua “idade, capacidade e circunstâncias pessoais” (SINASE, art. 35º, inciso IV), este atendimento precisa se dar a partir de intervenções em áreas previamente estabelecidas (descritas na seção 4.1.1), dentro das quais os técnicos precisam encaixar e expor com maestria as especificidades de cada caso como compatíveis com o modelo originalmente desenhado. Uma individualização emoldurada.

Como vimos acima, as intervenções exigidas em um atendimento socioeducativo são fortemente direcionadas ao oferecimento de encaminhamentos, apresentados como oportunidades. De modo geral, estes são os principais índices levados em conta na avaliação de um atendimento que tenha proporcionado o amadurecimento ao adolescente e sua ressocialização. Para isso, ainda que o SINASE preveja, “a proporcionalidade em relação à ofensa cometida” (art. 35º, inciso IV), a ênfase de todo o sistema está nas práticas que evitem a intervenção judicial. São raríssimas as referências da equipe ao ato infracional cometido, e mais raras ainda as possíveis relações que estabelecem entre ato e medida. O mesmo artigo do SINASE apresenta outros incisos descritivos dos princípios das medidas que confirmam esta lógica. Ali aparece, por exemplo, que o adolescente não pode “receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto”. (inciso I), que a intervenção judicial deve ter caráter de “excepcionalidade [...], favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos” (inciso II), que a ênfase deve ser dada a “práticas ou medidas restaurativas” (inciso III), e ainda que o princípio da “mínima intervenção, restrita ao necessário para a realização dos objetivos da medida” deve ser observado (inciso VII).

Esse conjunto de princípios corrobora a visão de que, pelo fato de os adolescentes serem “pessoas em desenvolvimento” (ECA, art. 121º), a reação da sociedade quando cometido um ato infracional não deve ser a de simples encarceramento ou a de um pagamento temporal proporcional à ofensa cometida. É preciso agir fora dos limites da lei que pura e simplesmente pune, para que haja possibilidade de transformações enquanto esse desenvolvimento ainda não está completo. Como afirma Malvasi (2012: 165), “a finalidade da medida é mudar o comportamento dos adolescentes, com foco em evitar a reincidência por meio de estratégias de educação e inclusão”.

Por outro lado (e simultaneamente) o ECA cria a distinção entre medidas de prevenção, de proteção e socioeducativas. Todos aqueles indivíduos tratados até então como “menores delinquentes ou abandonados”, sujeitos a um mesmo código penal, passam a ser entendidos como sujeitos de direito sem que, no entanto, as especificidades de cada tipo de medida estabelecida possam ser desprezadas.

No SINASE, as diferenças entre as medidas protetivas e as socioeducativas são mais detalhadas, como explica o material de um dos cursos feitos pelos técnicos da Dom Bosco. A diferença fundamental entre as duas está na “tônica de responsabilização do adolescente autor de ato infracional” no segundo caso (módulo 2: 58). Embora haja a exigência de encaminhamentos para que os direitos do adolescente autor de práticas infracionais sejam atendidos e para que seu percurso infracional possa ser interrompido, é importante que as medidas socioeducativas “não sejam vistas como medidas aplicadas a favor dos adolescentes (em seu bem, em sua proteção)⁹²”.

⁹² A apostila do curso sobre o SINASE detalha ainda mais essas diferenças:

“a) a medida socioeducativa é medida voltada à responsabilização do adolescente autor de ato infracional, ou seja, de adolescente que violou o direito de terceiros praticando crime.

b) medida de proteção é voltada a garantir, restaurar e proteger crianças e adolescentes que tiveram ou têm seus direitos ameaçados ou violados.

c) não se aplica medida de proteção para responsabilizar autores de crime, nem se deve aplicar medida socioeducativa com o objetivo de restaurar eventuais direitos do infrator que tenham sido violados.

Portanto, a complexa junção entre um atendimento que privilegie a responsabilização e, ao mesmo tempo, possibilite a inserção do adolescente na rede e sua apresentação ao Estado como um cidadão é o que é entendido pela equipe como o caminho para a ressocialização. É preciso, simultaneamente, “controlar ‘comportamentos de risco’ e cuidar de ‘estados vulneráveis’” (Malvasi, 2012: 167). No caso das medidas socioeducativas, a apresentação daquilo que é descrito na legislação como direito das crianças e adolescentes se dá como uma condição para liberação e, ao mesmo tempo, como uma vantagem, uma oportunidade. Ser inserido na rede é um direito que não se pode negar caso os meninos almejem ter suas fichas limpas e verem-se livres do processo levantado. Os direitos que os meninos aspiram com maior frequência, de acordo com a equipe, são justamente aqueles que lhes são dosados ou mesmo negados sob o risco de “não ressocializar” – como o oferecimento de vales-transportes, cestas básicas etc. Direitos costumeiramente descritos como um tipo de assistencialismo que pode ser prejudicial ao processo de amadurecimento. Já os direitos que muitas vezes querem abrir mão são aqueles irrecusáveis para que o encerramento se concretize. Caberá ao técnico, como descrito acima, impor os direitos que interprete serem inegáveis pelo juiz e pela lei, apresentando-os como obrigatórios.

Esse empenho na inserção dos adolescentes em serviços públicos e encaminhamento para o mercado de trabalho, à revelia dos próprios atos infracionais que os encaminharam até o núcleo, pode ser entendido a partir daquilo que Lazzarato (2011) chamou de “governo das desigualdades”. Trata-se de um tipo de governo dos homens e das condutas em que o indivíduo é encarado como “capital humano”, a partir de uma lógica neoliberal de empresa (: 58). Lazzarato descreve as propostas do

d) Isso não significa que durante a medida socioeducativa não se deva tomar providências para a defesa de direitos dos adolescentes a ela submetidos. Todos os adolescentes que têm seus direitos violados, infratores ou não, tem direito a ações do Estado voltadas a protegê-los e restaurá-los. O que não é possível é aplicar ou manter medida socioeducativa **com a finalidade de** garantir direitos dos adolescentes.

e) a medida de proteção não é imposta contra a vontade do adolescente que teve seu direito violado. A medida socioeducativa é imposta – e seu cumprimento é cobrado – mesmo contra a vontade do adolescente autor de ato infracional. Daí porque o adolescente tem direito de se defender da aplicação da medida socioeducativa” (Apostila do curso de “Capacitação para operadores do SINASE (CEAG-UnB e SDH)”, módulo 2: 60-61).

governo francês de reformulação da seguridade social para os trabalhadores intermitentes. Afirma que no caso destas populações flutuantes, em que os indivíduos mudam frequentemente de empregador,

o governo dos comportamentos e a produção de assujeitamento não podem se exercer a partir do espaço fechado das instituições disciplinares: eles devem sê-lo no espaço aberto da mobilidade, por uma modulação da precariedade e da insegurança (: 11).

Sendo assim, um novo tipo de governamentalidade surgiria, favorecendo a “proliferação e a modulação das desigualdades”. No caso descrito pelo autor, o seguro-desemprego deixa de ser considerado um método de compensação pelos desequilíbrios produzidos pelo próprio sistema econômico (: 22) e passa a ser entendido como aquilo que permite modular as desigualdades e governar as condutas. Uma “política social individual”, que propõe a construção de um “espaço econômico no interior do qual eles possam assumir e enfrentar *individualmente* os riscos”. Para tanto, técnicas disciplinares e securitárias são mescladas e os atos jurídicos se inflam, assim como as normas e regulamentos vindos do Estado. Trata-se de um esforço por separar os inaptos ou incapazes dos aptos ou capazes. Só os “empregáveis”, então, teriam acesso à “solidariedade do Estado” manifestada, naquele caso, no seguro-desemprego.

Para Lazzarato, o Estado se encarrega pelo “investimento” no social a partir de uma lógica de “financiamento” (: 12). O seguro recebido pelos intermitentes deveria transformar esses indivíduos em “capital humano”. Através dos múltiplos investimentos oferecidos, deveriam “otimizar suas performances”, apresentar uma conduta ativa, engajada (: 30-31). Assim como as *oportunidades* oferecidas nas medidas socioeducativas,

as alocações desemprego não são um direito que se adquire ao pagar cotas, mas sim uma dívida que deve ser reembolsada com juros: ela deve ser paga pelos constantes esforços do devedor para maximizar sua empregabilidade. Os “serviços” do Estado-providência não são, dessa forma, direitos sociais conquistados por luta, mas um “crédito” que o sistema amavelmente lhe conferiu (: 48).

Na Dom Bosco, as oportunidades são sempre apresentadas em paralelo com uma ênfase na valorização da liberdade e nos cuidados com a conduta que os meninos devem demonstrar para que não corram o risco de perdê-la novamente. A assinatura de um Contrato de Compromisso, que é individual, muito se assemelha ao que Lazzarato descreve: os direitos que se adquirem pela assinatura destes contratos (: 53), como investimentos que são, não poderão ser negados, precisarão gerar retornos. No caso dos meninos, os retornos poderão ser demonstrados pelos anexos enviados a cada relatório, comprovando sua iniciativa na inserção nos serviços oferecidos.

Da mesma forma que o governo francês utiliza um mecanismo disciplinar de separação dos indivíduos empregáveis daqueles que são inaptos ou incapazes, é possível entender o formato de atendimento aos adolescentes, que prevê alternativas à internação, como um esforço em transformar aqueles que ainda estão em “desenvolvimento” em cidadãos. Diferentemente dos indivíduos considerados adultos, as consequências que a legislação impõe a um adolescente que pratica atos infracionais não se resume à punição. Como demonstrado ao longo deste trabalho, a ênfase está na transformação que pode ser alcançada principalmente através dos encaminhamentos. Os meninos da Dom Bosco, justamente por terem recebido o privilégio da liberdade, precisam demonstrar o engajamento necessário no sentido de uma normalização que os adequará ao trabalho formal e capacitado e à vivência em sociedade.

Índices e tempos específicos devem levar em conta as individualidades de cada atendido e, no limite, precisam ser manejados para que os direitos considerados adequados para cada adolescente sejam impostos. Passado o tempo da medida, espera-se que essa imposição, apresentada como oportunidade, transforme os adolescentes em “capital humano”, aptos a seguirem suas vidas longe do meio infracional.

4.2 QUANDO A EQUIPE ENCONTRA O JUDICIÁRIO

A equipe da Dom Bosco, como demonstrado ao longo de todo este trabalho, se relaciona com os juízes responsáveis pelos casos de cada adolescente principalmente através de documentos. A construção dos objetivos de cada atendimento precisa ser manejada caso a caso, a medida precisa ser interpretada. Os técnicos lidam com duas lógicas diferentes a todo o momento – a da lei, manifestada para eles nas determinações judiciais e nas diretrizes de execução das medidas –, e a das práticas cotidianas das medidas socioeducativas que envolvem, essencialmente, um tipo de governo dos meninos e das famílias informado pela coleção de dados estatísticos e qualitativos e pelo oferecimento de oportunidades aos atendidos.

Na primeira seção deste capítulo debruicei-me sobre a forma como os técnicos da Dom Bosco lidam com os índices de ressocialização em um tempo muito específico a partir da apresentação de direitos de forma obrigatória e individual, com base naquilo que julgam estar de acordo com as possíveis exigências judiciais (exigências estas que só voltarão a ser consultadas nos tempos de envio dos relatórios). Aqui apresento os momentos raros em que os técnicos encontram os juízes pessoalmente.

Estive presente em uma única audiência durante meu período de campo. Essa limitação foi provocada por um duplo motivo: em primeiro lugar, foram raras as ocasiões em que os técnicos da Dom Bosco foram convocados com os adolescentes a conversarem com os juízes e, em segundo, quando essas audiências eram marcadas, havia um clima evidente de ansiedade por parte dos técnicos para que construíssem seus argumentos e orientassem os adolescentes para o momento que poderia definir o futuro da medida socioeducativa. A minha presença foi muito debatida pela equipe na oportunidade em que a autorização me foi concedida, e a juíza responsável por aquele caso concordou com minha participação. Embora eu não tenha podido acompanhar uma quantidade satisfatória de audiências, participei de um *estudo de caso* com a coordenadora e duas técnicas que haviam sido convocadas para uma audiência e de várias conversas entre os técnicos sobre esses encontros.

O que apresento aqui, portanto, não é essencialmente a visão do Judiciário sobre os meninos, embora ela apareça nas bordas, como no caso dos documentos dos juízes que chegam ao núcleo. Escrevo a partir das concepções que a equipe elabora sobre esses encontros, em que a incerteza aparece de forma ainda mais evidente do que na circulação dos documentos. No encontro físico da equipe com o Judiciário se evidencia o abismo que existe entre os conhecimentos cotidianos que os técnicos adquirem na convivência com os meninos e os tipos de governo que podem exercer sobre eles, e o poder determinativo do juiz, que transforma os avanços e as faltas de cada atendimento em determinações legais e objetivas que, em geral, envolvem a ameaça da internação.

As audiências costumam ser marcadas depois do recebimento de relatórios pelos juízes. Podem ser relatórios de Acompanhamento ou Informativos, que *sinalizem* a falta de avanços no decorrer da medida. Há uma dupla possibilidade para o agendamento dessas audiências: os técnicos podem ter sinalizado os problemas do atendimento propositalmente, através de técnicas de escrita que julguem eficientes, ou podem julgar-se mal interpretados pelos juízes, como discutido no terceiro capítulo. Em ambos os casos, agendada a audiência, os técnicos passam por um período de estudo da pasta do adolescente e construção de possíveis argumentos para demonstrarem ao juiz o seu ponto de vista sobre qual o futuro mais adequado para aquele atendimento.

Quando, por exemplo, a audiência de D foi marcada, seu técnico estava em férias. Duas outras técnicas ficaram responsáveis por participar da audiência e apresentarem ao juiz o ponto de vista da equipe sobre aquele atendimento. A coordenadora organizou um *estudo de caso* e eu fui convidada a participar. Nessa reunião em sua sala, as duas técnicas e a coordenadora analisaram a pasta de D e procuraram levantar alguns argumentos que deveriam lançar mão caso o juiz perguntasse a opinião das duas sobre o caso. O clima era de tensão evidente, e a

coordenadora se justificava dizendo que quando uma audiência é agendada, a responsabilidade da equipe “é muito grande”.

Apesar de não cumprir a medida determinada pelo juiz e não frequentar a escola, a coordenadora argumentava que D era um “menino bom”. Ter chegado à audiência era um problema claro para a coordenadora, principalmente de falhas nos diálogos entre o técnico, o juiz e o defensor público por via documental. Em sua opinião, houve um erro de condução do atendimento pelo próprio núcleo. Embora o juiz tivesse solicitado a PSC, a equipe já deveria ter apresentado um pedido de mudança para LA através de um relatório bem fundamentado que explicasse a situação do adolescente. O técnico chegou a consultar o defensor público sobre essa possibilidade, mas ela lhe foi negada. Ainda assim, a coordenadora julgava que, além dos relatórios, caminhos óbvios de diálogo com o juiz responsável por cada caso deveriam ser acionados. “Tem que conversar também. Porque são vocês que estão todos os dias com os meninos, vocês que acompanham o caso”, dizia.

Como o pedido documental não havia sido feito e a conversa com o defensor não foi fecunda, precisariam explicar em audiência que D privilegiava o trabalho, havia constituído família muito cedo e respaldava a esposa e o filho. Por causa das responsabilidades profissionais, cumprir a PSC era um obstáculo ao seu processo de amadurecimento. A coordenadora aconselhou as duas técnicas a “estudarem bem a pasta” porque “vocês são técnicos. Tem que saber argumentar para convencer o juiz”.

Os estudos de caso para as audiências envolvem também o conhecimento que os técnicos reúnem sobre o perfil de cada juiz. Os técnicos conhecem alguns deles por experiências anteriores nesses encontros, ou pelas demandas que cada juiz costuma apresentar em seus documentos. Compartilham experiências com os colegas de equipe, procurando saber detalhes sobre o perfil de cada um. Presenciei também conversas telefônicas entre a coordenadora da Dom Bosco e coordenadores de outros núcleos em que experiências de audiências passadas foram compartilhadas. Audiências com juízes novos no DEIJ, que ainda não foram conhecidos pelos

técnicos, amplificam a incerteza em relação ao resultado do encontro, como argumentou uma das técnicas quando questionada pelo adolescente que atendia sobre sua opinião a respeito da audiência que iriam enfrentar:

O pior é que não tenho a mínima ideia! Se fosse o [nome do(a) juiz(a)], com certeza você voltava. Se fosse a [nome do(a) juiz(a)], com certeza você voltava. Se fosse a [nome do(a) juiz(a)], com certeza você ficava [internado]. Mas essa eu não conheço, nunca vi!

No momento da audiência, o técnico terá alguns minutos para demonstrar ao juiz que a sua opinião sobre aquele atendimento é válida. É importante, para eles, demonstrar que o trabalho realizado do núcleo tem sido bem feito, e que as oportunidades e sensibilizações foram apresentadas ao adolescente, respeitando suas características individuais e as demandas do Judiciário. Para tanto, precisam evidenciar de maneira eloquente o conhecimento que têm sobre o histórico do adolescente, sobre sua vivência familiar, sobre os avanços que demonstrou durante o tempo da medida e sobre as dificuldades que enfrenta no cumprimento das exigências. O papel dos técnicos ali, segundo sua própria concepção, é mostrar que todos os caminhos que os pudessem levar a um atendimento bem-sucedido foram testados. É demonstrar também que embora haja grande eficiência em um chamado legal e na lembrança ao adolescente de que o não cumprimento da medida tem consequências penais, os saberes produzidos no núcleo precisam ser considerados.

Nem sempre os técnicos julgam ser mais adequado a manutenção da medida em meio aberto, ou a permanência do menino sob a guarda de seus pais, ou a troca de medida por uma considerada mais branda. Muitas vezes, os próprios técnicos avaliam que a medida aplicada no núcleo está sendo ineficiente para aquele caso, que o envolvimento excessivo com as drogas impede que o menino realize as atividades propostas pela equipe, que apesar de todas as sensibilizações o adolescente não demonstrou interesse em frequentar a escola ou acatar outras oportunidades oferecidas pelo núcleo. Nem sempre, ainda, os técnicos têm uma opinião definida sobre qual seria o melhor caminho. A esperança deles, no entanto, é que o

conhecimento cotidiano possa ser compartilhado com os juízes no processo de decisão do que deverá ser feito naquele caso.

O posicionamento dos juízes e os argumentos que levam em conta na determinação das medidas socioeducativas mais adequadas em cada caso foram analisados por Miraglia (2005). A autora apresenta as audiências de averiguação da culpabilidade dos adolescentes como “palcos de disputas políticas”, em que o Poder Judiciário exerce um papel fundamental na construção da identidade de “menor infrator”. Através de oito relatos de suas participações em audiências no VEIJ do Brás, defende que a culpabilidade se coloca como uma mera formalidade, uma decisão quase exclusiva do juiz. Com Gregori (2000), afirma que os adolescentes e seus acompanhantes não encontram, nas audiências, meios para lidar com a manipulação do ritual pelos protagonistas. Nesses momentos, o adolescente deixaria de ser um sujeito, e se colocaria como um “objeto de intervenção”.

A informalidade das audiências, os discursos autoritários dos juízes e a pouca participação dos representantes da Defensoria seriam sintomas de que o objetivo principal das audiências é o de “dar uma lição”. Um dos juízes ouvidos por Miraglia argumenta que suas tentativas são as de “refazer condutas”, orientar os adolescentes. A função pedagógica do juiz nessas audiências seria o principal marcador da diferença entre os juízes do VEIJ e os criminais. Para exercerem essa “função pedagógica” os juízes recorreriam ao levantamento de dados de toda a biografia do adolescente, julgando-os moralmente e não exclusivamente por seus atos infracionais. Os dados de campo de Miraglia e aqueles que encontrei em minha própria pesquisa revelam, ainda que em esferas distintas, o cuidado que a Justiça e as instituições incumbidas da aplicação das medidas socioeducativas têm com as condutas dos adolescentes. A fala de um juiz ouvido por Miraglia é sintomática: nas medidas, a lógica não é a de que para cada crime existe uma pena. No caso dos técnicos da MSE, como argumentado na primeira seção deste capítulo, o ato infracional é muito raramente citado, e a ênfase

de todas as atividades desenvolvidas está em uma apresentação do núcleo como uma segunda chance, uma oportunidade.

O juiz, para Miraglia, é o mediador entre a verdade revelada pelo adolescente e a autoconscientização necessária por terem praticado atos infracionais. No núcleo de MSE, o técnico também se apresenta como mediador, mas entre o menino e o juiz. Ali, a “lição” dada pelo juiz seria uma compensação pelo fato de que, ainda que o adolescente tenha cometido o ato infracional, não tenha sido internado. Aqui, por outro lado, são os direitos se colocam como essa compensação, como dito acima (vide supra 4.1.3).

A busca pela verdade não cessa durante a aplicação da medida em meio aberto. Ter acesso à verdade é possível, no caso dos técnicos, pela vivência cotidiana com os adolescentes, como demonstrado no capítulo 2. O problema é que, para as medidas em meio aberto, a “lição” que o técnico pode dar – construindo um atendimento individualizado e impondo os direitos que julga serem adequados para cada caso – precisa, no fim das contas, ser aprovada pelo juiz. Se na imposição das medidas o juiz é quem detém, praticamente sozinho, a decisão sobre qual medida deve ser aplicada, para o encerramento desta mesma medida, embora a palavra final ainda seja do juiz (e as incertezas da equipe orbitam em torno desse fato), a mediação do técnico não pode ser ignorada. Principalmente pelo fato de que ao longo dos meses da medida, é o técnico quem reúne e divulga ainda mais verdades sobre a vivência do adolescente.

Portanto, nas audiências marcadas ao longo do cumprimento da medida, a presença do técnico é mais um elemento nesse cenário de disputas políticas. Disputas que envolvem diferentes vocabulários, diferentes pontos-de-vista sobre a medida socioeducativa, e diferentes alcances de cada um desses tipos de saberes.

Ao descrever um tribunal de menores, Donzelot (1986) conclui que, em paralelo à ascensão da influência psicanalítica para o controle das crianças e dos adolescentes, o papel simbólico do juiz se ampliou, ainda que o poder real da decisão

efetiva tenha lhe escapado, em um processo de valorização dos saberes psiquiátricos e assistencialistas nas práticas de governo dos meninos e das famílias (: 136). Este movimento descrito por Donzelot vai de encontro ao argumento de Miraglia que, como apresentado, explicita uma exacerbação do papel do juiz nas audiências de apresentação, momento em que as medidas socioeducativas adequadas para cada caso são definidas. O que percebi em meu trabalho de campo, que não foi realizado prioritariamente em um tribunal de menores ou em audiências de averiguação de culpabilidade, é que a presença do juiz (pessoal ou documental), embora não deva ser negligenciada (e os técnicos bem sabem o poder que os juízes têm), também não pode ser supervalorizada como no caso descrito por Miraglia. “O técnico, o jurídico e o político – não são esferas autônomas – elas estão em relação” (Feltran, 2011: 15). No caso das audiências que são agendadas durante o curso das medidas socioeducativas, a presença do técnico e a sua opinião sobre o adolescente costumam ser levadas em conta. Por outro lado, é corriqueiro encontrar nas conversas entre os técnicos inúmeras insatisfações em relação às decisões judiciais que não priorizaram os saberes produzidos no núcleo de MSE.

Quando saíamos da audiência de que participei, a técnica e a mãe do adolescente, que acabara de ser reinternado por três meses, conversavam sobre suas impressões da audiência, ainda muito abaladas pela decisão da juíza. Para a técnica, a sentença foi “rígida demais”. Ela não concordou o argumento da juíza de que o adolescente não havia demonstrado amadurecimento durante os meses da medida. “Ela não o conheceu antes!”, dizia a caminho do metrô. Também achou exagerada a exigência de que ele tivesse 100% de frequência escolar, e ficou incomodada por seu esforço enorme, ao longo dos atendimentos, para que o menino conseguisse 35% de frequência, não tivesse sido reconhecido. “Perto do ano passado, que lutei tanto pra ele ir dois dias, é lógico que houve um avanço!”.

Durante a audiência, a técnica foi chamada para falar com a juíza na presença da defensora e da promotora antes da entrada do adolescente e de sua mãe. Sabendo

que a juíza perguntaria a versão dos três sobre o andamento da medida, orientou-os, no dia anterior, a serem sinceros, porque ela seria também. Logo ao entrar na sala e sentar-se à mesa ao lado da defensora pública, a juíza indagou-lhe: “o que você, como técnica/orientadora, tem a dizer em relação ao F?”. A técnica já esperava por essa pergunta. Havia se preparado para isso lendo a pasta do adolescente e procurando, em conversas com a equipe, encontrar um caminho que permitisse que F cumprisse a medida de maneira mais adequada, frequente e participativa, mas sem que, para isso, precisasse ser punido com uma internação. Como a companheira de F havia tido um bebê há pouco tempo e ele mostrava muito afeto pelo filho, temia que o processo de amadurecimento trazido pela paternidade fosse prejudicado com o afastamento causado pela internação. Por outro lado, sabia que F não estava realizando o tratamento para o problema da drogadição e considerava, por conta de seu histórico, que poderia voltar às práticas infracionais como meio de conseguir dinheiro para a manutenção de seu vício⁹³.

Amparada por uma pasta com os documentos que provavam os avanços que percebia em F e também suas debilidades, a técnica respondeu à juíza da seguinte maneira:

Bem, Meritíssima, F é um adolescente que muitas vezes tem um temperamento infanto-juvenil, mas eu acredito que a paternidade tem contribuído muito em seu processo de amadurecimento.

Depois apresentou à juíza a declaração de matrícula e frequência escolar, informou-lhe que F frequentava a LA corretamente, mas que não cumpria o PSC. “E por que motivo a senhora acha que ele não consegue cumprir essas horas que faltam de PSC?”. A técnica disse que, em sua opinião, era por causa “dos entorpecentes”. F “é

⁹³ F é um adolescente do sexo masculino, 17 anos em 2012. Era atendido pela Dom Bosco quando reinfracionou. Durante a segunda medida que precisou cumprir no núcleo, teve um filho. Seu núcleo familiar era composto pela mãe, avó e uma irmã. Os documentos registram problemas de alcoolismo na família, e também em F. Além disso, era usuário de maconha e cocaína. Em 2012, tinha ensino fundamental incompleto e fazia trabalhos esporádicos sem vínculo empregatício. Em seu PIA, há um registro das expectativas de F para o futuro: “Eu quero mudar de vida, quero estudar, fazer curso”. E ainda, no campo das observações gerais: “Genitora aparentemente não possui controle/domínio sobre o filho. F manteve uma postura ‘moleque’ e não demonstrou muita criticidade em relação ao seu comportamento. Cabe pontuar que F é um adolescente observador/atento ao meio”.

uma pessoa quando está livre dos entorpecentes, mas quando está sob o efeito deles é agressivo, melancólico, irresponsável”.

Ao olhar o documento da frequência escolar, que registrava 65% de faltas no último mês, a juíza disse que era “pouco, muito pouco”, e perguntou para a técnica o motivo. Se a ênfase da juíza foi em tudo aquilo que F havia deixado de fazer, as respostas da técnica foram dadas no sentido de valorização do amadurecimento recente e dos avanços que, embora insuficientes, ela julgava sintomáticos. A juíza perguntou sobre os encaminhamentos, e afirmou não haver desculpas para o comportamento do adolescente. Também questionou a técnica sobre o possível envolvimento dele com o tráfico, para que pudesse sustentar seu vício. Esta lhe respondeu que não poderia garantir, mas que acreditava que ele nunca estivera envolvido com o tráfico, que o “negócio dele é só roubo”. Comentou ainda que “quando ele soube da audiência, me disse: ‘agora que eu nem estou roubando!’”. A juíza entendeu essa colocação como uma “deturpação moral” e perguntou se a técnica acreditava que a mudança recente em seu comportamento estava relacionada com a apreensão causada pela audiência. Para a técnica, esse “foi um dos fatores que contribuiu. Mas não foi só isso. Acho que a paternidade também tem ajudado muito”. A juíza insistiu:

Mas, pelo que você mesma diz, ele passou a frequentar a escola e o CAPS depois que soube da audiência, não é isso? Significa que se não tivesse sido convocado para essa audiência não teria mudado nada, não é isso?

A concordância foi dada a contragosto. “Isso mostra que ele não tem nenhum senso de responsabilidade! Talvez o tempo que tenha ficado na Fundação não tenha sido suficiente para ele entender isso”, arrematou a juíza.

Depois de falar sobre escola, drogadição e trabalho, a juíza perguntou: “O que a senhora, como técnica/orientadora dele, sugere?”. A técnica disse que “tinha pensado muito nisso”, e sugeriu a semiliberdade. Afirmou que antes tinha pensado em uma advertência, mas

há pouco tempo, fiz uma visita domiciliar à F em uma segunda-feira, já era quase meio-dia. E estava todo mundo dormindo! O bebê, a namorada, ele, todo mundo. Então eu pensei na semi por causa da rotina. Pelo menos lá ele teria hora certa para dormir, para acordar, para depois poder ir ao CAPS, à escola... Outra possibilidade que eu pensei foi a de transformar a PSC em LA, porque ele está indo bem na LA.

“E internação?”, questionou a juíza. “Meu medo, Meritíssima, é que ele é muito ligado ao filho. Tenho medo da internação, porque ou pode fortalecer, ou...”. A juíza interrompeu e lhe disse: “Sempre fortalece! Pode ter certeza que sempre fortalece!”.

Depois de ditar para a escritã a sua versão sobre a conversa com a técnica, abriu espaço para possíveis perguntas da Defensoria ou da Promotoria. A promotora abriu mão de seu tempo, e a defensora só perguntou se a técnica julgava que com uma nova chance ele iria cumprir o estabelecido, o que foi confirmado.

Como já dito, F foi internado naquela tarde. Sob o ponto de vista da técnica, sua opinião sobre a decisão mais adequada foi negligenciada pela juíza, e a própria sugestão da Promotoria, de internação por 45 dias, foi considerada branda por ela. Antes de sentenciar a internação, a juíza já sinalizava que sua opinião estava tomada. Em seu diálogo final com o adolescente, perguntou também a ele qual era a melhor saída para seu caso. F respondeu da seguinte maneira:

- Se tivesse como transformar a PSC em LA, porque agora eu vou trabalhar. Na sexta agora já vai ter serviço de novo... Ou se desse para voltar a PSC, eu terminava.
- E se desse para voltar para a Fundação? Parece que o tempo que você ficou lá não foi o suficiente. Você não entendeu direito os objetivos. Ou está achando que tudo isso é uma brincadeira. Só pode ser. Talvez você precise de mais tempo.

Depois das breves falas da defensora e da promotora, a juíza pronunciou sua sentença. Determinou 90 dias de internação, afirmando que, “ao contrário do que argumentou a técnica, percebe-se que não houve amadurecimento algum no adolescente”. Afirmou que ele tinha demonstrado ao longo do cumprimento da medida “falta de iniciativa” e “falta de responsabilidade”. Recapitulou todo o caso, passando pelo vício, a escola, o trabalho e o CAPS e dizendo que não havia justificativa alguma

para o não cumprimento da medida e dos encaminhamentos, visto que ele nem sequer estava trabalhando.

Quando terminou de ditar a sentença, F começou a chorar muito, cabisbaixo. Sua mãe também chorava ao seu lado. A juíza falou diretamente com ele, mais uma vez:

Da outra vez você ficou 45 dias e não adiantou. Agora não tem chance! Não vão ser 45 dias, vão ser 90! E se não progredir em 90 dias, vai ser por tempo indeterminado, podendo chegar a três anos. Eu preciso que você trate a drogadição, porque isso que está te empurrando para o fundo do poço, está bem? Eu sei que não é fácil trabalhar e estudar à noite, depender dos transportes. Eu sei mesmo! Mas não há justificativa alguma para você não ter cumprido as determinações. Eu não substituo pena. E não acho que vai ser bom pra você. É muito fácil! Também não dá pra ignorar. Você sabia dos riscos de não cumprir a medida, e ainda assim não fez o que tinha sido determinado. Enquanto você estiver lá, pense nisso.

Ainda que o adolescente estivesse cumprindo adequadamente, segundo sua própria técnica, a LA, as horas de PSC estavam atrasadas. Como descrito acima (vide supra, 2.1), o papel dos técnicos no caso da PSC é reduzido à escrita de relatórios que comprovem o cumprimento das horas de serviço em uma unidade de saúde ou escolar e à visita a esses estabelecimentos para que o responsável pela acolhida do adolescente os informe sobre seu comportamento e frequência. No caso de F, o não cumprimento da PSC levantou uma série de questões sobre sua baixa adesão aos outros encaminhamentos, oferecidos pela LA. Para a técnica, o cumprimento adequado da LA, naquele caso individual, implicava a presença semanal do adolescente (muitas vezes acompanhado por sua companheira, sua mãe e seu filho) nos atendimentos individuais e em seu esforço para conseguir a matrícula escolar e sua inserção no mercado de trabalho. Mas, como já salientado, não há um ponto de chegada previamente definido que classifique uma medida socioeducativa como bem adequada. Os objetivos, para a técnica, estavam sendo parcialmente alcançados. Ao menos ela percebia algumas manifestações de avanço. Para a juíza, no entanto, a matrícula escolar não bastou, e a frequência ainda era insatisfatória. Um trabalho estável até poderia justificar o não cumprimento da PSC, mas os *bicos* esporádicos de

F não. E, finalmente, se o dinheiro que ele ganhava era empregado no sustento de seu vício em cocaína, nem o trabalho seria um índice suficiente que garantisse a mudança de F.

A técnica considerava o filho de F como um elemento facilitador das mudanças positivas que podia elencar. Seus temores de que a pressão excessiva da paternidade o prejudicasse não tinham se concretizado e, ainda que com algumas falhas e desentendimentos com a mãe da criança, F parecia “exercer a paternidade com afetividade e zelo”. Para a juíza a paternidade foi tratada como um fator que justificava o aumento das exigências. Justamente por causa do filho, F deveria trabalhar, tratar sua dependência química e estudar. Nada disso estava sendo feito de maneira satisfatória aos seus olhos.

Os pontos de vista da juíza e da técnica são evidentemente distintos, o alcance de suas opiniões também é variado. O incômodo da técnica ao sair da audiência diz respeito à forma como os argumentos que ancoraram a sentença foram utilizados pela juíza. Para ela, o ponto de vista que a juíza tem sobre os adolescentes, resumido aos encontros esporádicos em audiências e aos relatórios que são elaborados nos núcleos, a impediria de lançar mão de argumentos sobre seus avanços, sobre sua realidade cotidiana, sobre seu amadurecimento. Para essa técnica, no caso específico de F, a juíza não era capaz, pela sua experiência no DEIJ e, principalmente, pelo seu desconhecimento cotidiano da realidade do adolescente, de dizer que não houve avanço. Porque, sob o ponto de vista da técnica, o avanço exigido pela lei só pode ser medido por índices que escapam à lógica legal.

Embora o argumento de Miraglia pareça muito coerente com o cenário que encontrei nesta audiência – a “lição” que a juíza procurou dar, a pouca participação da Defensoria e da Promotoria, o recurso a elementos da vida do adolescente que extrapolavam o ato infracional em si – não é possível negar a agência da técnica neste processo. Diferentemente das audiências de averiguação da culpabilidade, aqui se

apresenta um novo tipo de saber sobre o adolescente, coletado ao longo dos meses, e de caráter não jurídico.

A impotência que a técnica sentiu na audiência não anula a agência que seus documentos tiveram. Sua escrita provocou, direta ou indiretamente, o encontro. E mesmo ali, onde a discordância da juíza e da técnica em relação aos objetivos daquela medida específica se evidenciou, foram os saberes construídos pelo núcleo que ampararam a justificativa da juíza para a internação. O documento enviado relatando seu parecer sobre a medida de F, que desencadeou o agendamento da audiência. Além da carteirinha do CAPS e da declaração de frequência escolar, que demonstravam a baixa frequência do adolescente nos serviços encaminhados, a juíza teve acesso aos relatórios que informavam os problemas nos trabalhos, o envolvimento com as drogas, a relação com o filho, a pouca rotina da família. Ouviu a técnica relatar que encontrou todos dormindo em um dia útil, no horário em que deveriam estar trabalhando. Todos esses elementos foram trazidos pela técnica, que embora não tenha concordado com a sentença da juíza, pareceu ainda mais insatisfeita com os argumentos levantados por ela para sustentar sua decisão: o não amadurecimento de F, a falta de avanços, a baixa frequência escolar.

Portanto, mesmo nesses momentos em que a equipe encontra o juiz, a importância dos documentos que se produzem no núcleo se mantém central. O saber produzido pela equipe não pode ser negligenciado. Sob o ponto de vista dos técnicos, as dúvidas sobre aquilo que o juiz julgará adequado para cada caso caminham lado a lado com a certeza de que os saberes produzidos pela equipe são os mais legítimos para auxiliarem o Poder Judiciário nessa decisão. Todas as atividades desenvolvidas durante os meses de LA (vide supra, capítulo 2) e toda a atenção da equipe aos índices que consideram necessários e suficientes para que uma medida socioeducativa seja considerada adequada (vide supra, seção 4.1.1) são saberes produzidos exclusivamente no corredor da medida. Embora informados pelo Judiciário através das diretrizes e legislações, a natureza do atendimento socioeducativo não é

jurídica e, portanto, não pode ser acessada pelo juiz sem o auxílio dos técnicos. Somente através desses funcionários é que os efeitos jurídicos podem ser sentidos na vida dos meninos das medidas.

4.3 AS INCERTEZAS DA EQUIPE

Ao final de uma manhã de muito trabalho na secretaria, uma das secretárias folheava o ECA. “Você já deve saber isso. Deve perguntar isso na sua pesquisa. Qual que é o critério que o juiz usa para dar LA ou PSC?”, perguntou-me. Expliquei a ela que eu acreditava que não era uma coisa totalmente determinada pela lei, mas que essa era só a minha opinião. Naquele momento, mais ou menos na metade do meu trabalho de campo, não fiquei segura para lhe afirmar enfaticamente nada sobre a legislação relacionada aos menores infratores. Mas talvez a resposta não pudesse mesmo ser dada com base em um simples conhecimento do ECA e do SINASE. “É subjetivo?”, rebateu. Contei-lhe que no curso de formação que participei com a equipe sobre o SINASE, a defensora pública convidada a falar havia explicado que a medida para atos mais graves é a internação, depois vem a semiliberdade e finalmente as que são cumpridas em meio aberto. Falei que a reparação de danos tinha sido citada como um exemplo de medida adequada para os casos de danificação de patrimônio. Ela comentou que o núcleo atende muitos meninos só em PSC por terem dirigido sem habilitação. Eu respondi que a defensora usou esse ato infracional como exemplo dos casos em que a medida mais adequada seria a advertência. Ela continuou folheando o livrinho por mais uns minutos e comentou: “Não sabia que [as medidas] estavam [elencadas] na ordem”.


Ali na secretaria presenciei muitas outras situações em que as funcionárias precisavam administrar a incerteza. Não ter certeza sobre quais os critérios acionados pelo juiz na determinação de uma medida socioeducativa é apenas um dos muitos exemplos que podem ser citados. As duas secretárias trabalhavam no núcleo há cerca de um ano, e nesse tempo diziam ter reestruturado as planilhas de controle de

entradas e saídas dos adolescentes, a organização das pastas nos arquivos, a relação com os técnicos. A maioria das tarefas passa por reestruturações constantes, para que procurem, da maneira mais fiel possível, seguir as coordenadas que chegam ao núcleo via CAS-Leste, cursos de formação ou ofícios do DEIJ.

Era naquele ambiente de recebimento e despacho dos documentos produzidos pelos técnicos e de preenchimento dos controles estatísticos, que eu tive a primeira sensação de que a incerteza não se resumia àquela que eu mesma sentia no começo do trabalho de campo, quando todo o vocabulário e a lógica de organização das atividades ainda era excessivamente nova para mim. O tempo passava e os funcionários do núcleo continuavam lidando com uma série de incertezas, que se renovavam cotidianamente. Percebi, também aos poucos, que isto tinha pouca relação com o empenho dos funcionários em seguirem as ordens que chegavam ao núcleo, ou ao desconhecimento que poderiam ter do que a lei realmente determina. Não se tratava disso, de forma alguma. A equipe da Dom Bosco participava de cursos de formação continuamente, era frequente encontrar os funcionários procurando respostas para suas dúvidas através de sites, livros, telefonemas. Todos os oito técnicos tinham um ECA em suas mesas, assim como as secretárias e a coordenadora. Além disso, as secretárias tinham liberdade para conversar com um dos responsáveis pela CAS-Leste, que lhes auxiliava na resolução de quaisquer dúvidas mais complicadas.

Não se tratava, portanto, de desconhecimento ou descaso. Ainda assim, as incertezas se multiplicavam. E começavam cedo. Um exemplo muito claro diz respeito à verificação da área de abrangência do serviço do núcleo caso a caso. Quando um adolescente chega à Dom Bosco com seu Termo de Entrega, como descrito no capítulo 3, cabe às secretárias verificar, através do endereço registrado neste documento, se os meninos deverão ser atendidos ali ou encaminhados a outro núcleo. A divisão territorial dos núcleos é supervisionada pela CAS-Leste e a Dom Bosco é responsável pelo atendimento aos adolescentes dos distritos de Itaquera e José

Bonifácio. Nem sempre é fácil descobrir se o menino está ou não na abrangência da Obra. O Google Maps tem sido uma ferramenta imprescindível e, às vezes, nem ele consegue sanar as dúvidas sobre fronteiras da abrangência. Saber se uma viela específica faz parte ou não da área da Obra muitas vezes envolve consultas a várias tecnologias e opiniões (ver figura 12).


PREFEITURA DE SÃO PAULO
 ASSISTÊNCIA SOCIAL

ITAIM PAULISTA

BAIRROS DE ABRANGÊNCIA

NOME DO SERVIÇO	MSE/MA Projeto Catavento	CENTRO ITAIM CHAC. D. OLÍVIA CIDADE KEMEL I CIDADE KEMEL II COSTA NORTE FAZENDA ITAIM JARDIM BARTIRA JARDIM BENFICA JD. CAMARGO NOVO JD. CAMARGO VELHO JARDIM CAROLINA JARDIM DALMO JD. DAS OLIVEIRAS JARDIM ELZA JARDIM INDAIÁ JARDIM JARAGUÁ JARDIM JARAGUÁ	JARDIM JUAN JARDIM LAURA JD. LUCIANA JD. MILIANAS JARDIM MIRIAN JD. MONTE BELO JARDIM NÉLIA JD. SÃO LUIS JD. SILVA TELES JARDIM SILVIA JD. VIRGINIA OLIVEIRINHA PQ. STA AMELIA PQ. VEREDAS VILA ALBAMA VILA ARIZONA VILA NEILA
Nome da Organização	Casa de Isabel – Centro de Apoio à Mulheres, à Criança e Adolescente Víctima de Violência Doméstica e Situação de Risco		
Endereço	RUA PROF. ZEFERINO FERRAZ, 338		
Telefone	2569-6043		
Gerente	CONCEIÇÃO APARECIDA TEIXEIRA		
e-mail Institucional	mse_maprojetocatavento@hotmail.com		
DISTRITOS	ITAIM PAULISTA		

ITAQUERA

BAIRROS DE ABRANGÊNCIA

NOME DO SERVIÇO	MSE/MA Dom Bosco	CONJ. HAB. JOSÉ BONIFÁCIO FAZENDA CAGUAÇU JARDIM AURORA JARDIM CIBELE JARDIM CLEIDE JARDIM SÃO NICOLAU JARDIM SÃO PEDRO PARADA XV NOVEMBRO PARQUE GUARANI VILA IVETE VILA LOURDES VILA REGINA VILA SUIÇA VILA VERDE
Nome da Organização	Obra Social Dom Bosco	
Endereço	RUA do CONTORNO S/Nº Metrô Itaquera	
Telefone	2074-7177 ou 2205-8621	
Gerente	APARECIDA CONCEIÇÃO HENRIQUE	
E-mail Institucional	mse-ma@domboscoitaquera.org.br	
DISTRITOS	ITAQUERA	

11

Figura 12: Tabela com os bairros de abrangência da Dom Bosco, fornecida pelo CRAS.

A incerteza que se manifesta mesmo antes da entrada dos meninos no núcleo só se multiplica. Nesse caso, não se trata apenas de descobrir se uma viela está ou não do bairro delegado à Dom Bosco. Caso o adolescente não deva ser atendido pelo núcleo, o que fazer? Quando o juiz “manda pra MSE errada”, é preciso encaminhar, transferir. E o processo nem sempre é fácil: envolve telefonemas, memorandos,

registros documentais. Registre em meus diários mais de uma ocasião em que a equipe se questionava sobre como informar ao DEIJ, que adolescentes não deveriam ser mais atendidos pelo núcleo, por terem mudado de endereço. Para onde enviar o Informativo registrando a mudança de endereço? O que fazer com a pasta do adolescente? Perguntas como estas eram sempre formuladas e debatidas pela equipe que, em última instância, recorria ao CAS para sanar suas dúvidas.

Descrevo as incertezas que envolvem a entrada do adolescente no núcleo para sustentar minha percepção de que no decorrer de todos e cada um dos atendimentos, ela estará presente. E ao longo desta dissertação, apresentei muitos outros momentos em que a equipe precisa lidar com esse espaço que a lei não prevê, que as diretrizes não informam, que os cursos e documentos não respondem.

O que o trabalho de campo em uma equipe técnica revela é que o espaço das incertezas é, portanto, parte central do cotidiano desses funcionários. Não se trata de uma falha na legislação ou de uma inadequação das equipes à profissionalização crescente exigida em suas atividades cotidianas. A multiplicação das leis e das diretrizes de execução desses serviços produz uma consequente multiplicação das incertezas. Incertezas da equipe em relação ao que o juiz julgará mais adequado, em relação quais atividades são mais eficazes para cada menino, em relação à quais termos devem ser selecionados dentro de um leque limitado do vocabulário técnico para a escrita de cada relatório.

A equipe lida com naturalidade com o incerto. Os funcionários buscam informações dentro ou fora do núcleo que orientem suas ações caso a caso. Guiam-se pela experiência e elaboram modelos que são aceitos e substituídos, ininterruptamente. Apenas durante meu trabalho de campo, acompanhei mudanças nos métodos de verificação de abrangência, no perfil dos juízes e na elaboração dos PIAs. Acompanhei técnicos criando argumentos para a seleção de quais meninos deveriam participar dos passeios, quais deveriam frequentar as oficinas, quais precisavam ser encaminhados para determinados serviços. A todo o momento, cabe à

equipe criar modelos, generalizá-los e, logo em seguida inventar novos (sob as justificativas da individualização, das mudanças na organização dos trabalhos dentro da própria equipe, ou ainda de demandas externas).

As visões da equipe são sempre parciais. Nunca é possível prever com precisão, por exemplo, aquilo que o juiz determinará, ou até onde o poder argumentativo dos técnicos surtirá o efeito desejado. Para eles, o que é possível é arregimentar o maior número de informações que puderem colher sobre os juízes responsáveis pelos casos dos meninos atendidos, ou ainda sobre o que julgam ser a tendência seguida por todos os juízes naquele momento. Ao mesmo tempo, é sensibilizar os meninos das maneiras mais adequadas que acreditam existir para que os encaminhamentos sejam acatados, para que as famílias se mostrem participativas, para que os avanços possam ser sentidos.

Algum tempo depois do encontro que provocou a internação de F, outra audiência foi agendada com a mesma juíza. Tratava-se de um adolescente atendido pela mesma técnica. Quando me contou sobre esse seu novo encontro com a juíza, que seria dali a alguns dias, perguntei qual era sua expectativa. Ela disse estar feliz, porque acreditava que a medida em meio aberto já não estava mais sendo eficiente naquele caso. Outra técnica comentou: “Só falta ela [a juíza] mudar agora, não é? Não está estudando, não está cumprindo direito... é para ficar [internado], se a lógica for a mesma”⁹⁴. No entanto, os técnicos sabem que “a compreensão correta de uma coisa e a má compreensão dessa mesma coisa não se excluem completamente” (Kafka, 2005: 217). Os critérios que usam para criar os perfis dos juízes, as exigências mais corriqueiras ou os argumentos mais eficazes não eliminam as imprevisões.

⁹⁴ Audiências continuaram a ser agendadas por esta juíza em um período de meu trabalho de campo. O aumento dos agendamentos chamou minha atenção. Uma das técnicas explicou-me que juízes novos encaram as audiências como um “laboratório” de aprendizagem sobre o funcionamento das medidas socioeducativas. Foi assim que ela entendeu aquela mudança. Uma *nova leva* de juízes, uma *nova fase*.

Quando outra técnica da equipe levou um de seus adolescentes a uma audiência com a mesma juíza, os comentários do dia seguinte demonstraram que as impressões dos técnicos sobre o perfil rígido daquela juíza já não se sustentavam mais. Neste último caso, a juíza não exigiu a escolarização do adolescente, justificando sua atitude pela maioria do atendido. Depois dos 18 anos, a escolarização deveria ser considerada um direito, e não um fator justificasse a permanência do adolescente no núcleo. A equipe discutia o modo como lidaria com seus futuros atendimentos depois desse posicionamento. Pensavam em como tratariam essa questão com os adolescentes de um modo que não os desestimulassem a estudar. Alguns diziam que quando o caso fosse acompanhado por aquela juíza, não iriam mais forçar os adolescentes a se matricularem na rede pública de ensino. Outros comentavam que tudo sempre depende de como os técnicos fundamentam os relatórios. Caberia ao técnico demonstrar a importância da escola em cada caso específico. A técnica que havia participado da audiência foi enfática: nesse caso, a questão não era a da escrita dos relatórios. Aquela juíza havia se posicionado de uma maneira generalizante sobre a questão da escolarização para maiores de idade. A partir dessa informação, poderiam construir seus atendimentos futuros.

Sobre a impressão de que a juíza havia se portado de forma menos rígida do que na primeira experiência da equipe com ela, um dos técnicos defendeu que ela devia ter percebido que sua “estratégia não estava funcionando” e que provavelmente estava “investindo” nos adolescentes mais novos “que vê que ainda têm jeito”, sendo mais dura com eles.

Nessa audiência, a juíza ainda determinou que a técnica escrevesse outro relatório em seis meses “explicitando a dinâmica familiar”. Embora ela tenha afirmado que já conhecia essa dinâmica, comentou com outra técnica que faria mais uma visita, porque escrever um relatório com informações equivocadas poderia ser muito prejudicial à própria equipe e ao caso daquele adolescente.

A impressão da equipe em relação ao posicionamento da juíza nesse caso também não foi de extrema concordância. Os técnicos comentavam entre si que dificilmente conseguiriam avanços daquele menino depois da audiência porque, mesmo com a sua ausência e com o cumprimento irregular da medida, a opção da juíza foi a de não enviar um Mandado de Busca e Apreensão, propondo mais um tempo de atendimento em meio aberto. A técnica refletia sobre a melhor maneira de conversar com o menino sobre o encontro com a juíza. A opinião de uma das suas companheiras de equipe era de que a não emissão do Mandado teria sido causada por um esforço da própria técnica, e não por uma decisão exclusiva da juíza. O receio de um Poder Judiciário rígido e exigente poderia servir como um estímulo para que as oportunidades fossem abraçadas.

Há um jogo entre o que o técnico espera de cada medida em particular (e do que entende como medida socioeducativa em geral) e aquilo que acredita que os juízes esperam ou entendem das medidas socioeducativas. Algumas vezes, essas concepções estão compassadas, mas nem sempre. Do lado dos técnicos, o que prevalece é a incerteza. Ainda que se apoiem nas diretrizes e orientações que recebem em cursos de formação ou nos documentos e legislações aos quais têm acesso, muito fica em aberto e precisa ser manejado caso a caso. O material de um dos cursos que a equipe da Dom Bosco fez sobre o SINASE mostra como a própria definição dos objetivos das medidas socioeducativas ainda é um problema para eles e para aqueles que os orientam:

O que é e o que pretende a medida socioeducativa (MSE)? É uma reação do Estado ao crime, com o objetivo de garantir a paz social? É um mecanismo de defesa social contra a criminalidade? É uma forma de punir os adolescentes autores de ato infracional? É uma forma de protegê-los contra si mesmo? É um mecanismo para tirá-los da exclusão social, para educá-los? É algo que visa reeducá-los, ressocializá-los, reinseri-los na sociedade? É maneira de retribuir com mal proporcional o mal que causaram ao praticar crime? É uma estratégia de política criminal destinada a tirar parte de nossos jovens de um sistema penal, cristizador de práticas criminosas? É tudo isso ao mesmo tempo? Não se pretende aqui oferecer resposta definitiva à questão, muito polêmica, muito debatida no mundo todo e há muito tempo. O que se pretende é apresentar

apenas uma chave possível para compreendê-la, tudo para que você, cursista, possa se posicionar e tomar sua própria decisão (módulo 4: 3)⁹⁵.

Neste curso específico, a chave para a compreensão das medidas socioeducativas apresentada foi a da responsabilização. Como já descrito na seção anterior, os técnicos lidam com o impasse constante de que a medida socioeducativa não deve se resumir ao simples oferecimento de direitos aos adolescentes. Sabem que a responsabilização a diferencia das medidas protetivas que o Estado tem a obrigação de oferecer, como o próprio SINASE delinea. Por outro lado, também sabem que há uma pluralidade de formas pelas quais a noção de responsabilização, ou de ressocialização podem ser compreendidas, por eles mesmos e pelos juízes. O próprio material desse curso formativo admite que haja um espaço para que o cursista “possa se posicionar e tomar sua própria decisão” em relação à definição e objetivos das medidas.

Sem haver uma definição engessada do que se entende por MSE, os técnicos se ancoram nos índices exigidos pelos juízes como manifestações de que esses objetivos (nem sempre conhecidos) tenham sido alcançados. O máximo que podem fazer é colecionar experiências e garantir que os meninos atendidos respondam ao maior número possível de oportunidades oferecidas. Para isso, apresentar essas oportunidades como exigências do Judiciário aos meninos, colocando-se como simples pontes entre eles e o juiz, é um artifício utilizado. “Senão o juiz não encerra”, dizem com frequência, ainda que eles mesmos não tenham sempre a clareza de quais critérios serão acionados em cada caso.

O poder que os técnicos julgam ter é, ao mesmo tempo, amplo e limitado. Amplia-se quando falam em nome do juiz aos meninos, ou como seus intérpretes (ainda que alguns Termos de Entrega sejam absolutamente genéricos), quando escrevem os relatórios nos tempos e com os termos certos para que suas percepções

⁹⁵ Apostila do curso de “Capacitação para operadores do SINASE (CEAG-UnB e SDH).

sejam transmitidas. Quando optam, através de reflexões pontuais, sobre o que deve ser mostrado e o que não precisa de registro.

Revela-se limitado, por outro lado, no alcance dos efeitos que as suas definições de medida socioeducativa ou de ressocialização têm caso a caso. A palavra final sobre os índices levados em conta em um encerramento não está em suas mãos. Os avanços que veem nos meninos por eles atendidos muitas vezes se colocam como ponto cego aos juízes. E elementos não previstos podem ser trazidos à tona. Não há uma receita, ou uma relação causal por meio dos relatórios, em que as consequências possam ser seguramente previstas. Há um grande terreno de imprevisibilidade que abriga uma valorização da experiência (que traz consigo o domínio do vocabulário, a familiaridade com os perfis dos juízes, a facilidade na leitura perspicaz de cada menino e das possibilidades de cada atendimento) que vai de encontro ao tempo da equipe (que rotineiramente é muito curto) e a dinâmica agitada da construção das diretrizes, das orientações, das legislações, das tendências e do próprio corpo profissional do Judiciário.

O poder que atravessa os técnicos, trazido pela vivência que têm com os meninos e pelo saber que carregam sobre cada medida em particular, se manifesta no jogo do que é revelado aos juízes pela escrita e o que é reservado à equipe (ou ainda mais restritamente, ao próprio técnico). Quando esses saberes encontram os juízes, seus efeitos escapam aos técnicos. A definição mais rígida, mais calcificada daquilo que é entendido como uma medida socioeducativa e de seus efeitos é judicial. É possível definir o que se almeja em cada caso. Mas caso a argumentação entre as partes não flua de maneira harmoniosa, com definições coincidentes, o poder de dar significado a essas palavras tão centrais nos atendimentos socioeducativos escapa aos técnicos. Muitas vezes não conseguem construir esses significados, e a interpretação da medida perde parte de sua potência criativa: efeitos contrários aos esperados passam a ser entendidos como erros de interpretação, ou impotência em

inculcar no menino a ideia de que essas definições que lhes escapam têm efeitos muito concretos, que por certo atravessarão seus corpos e os de suas famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação, procurei apresentar a forma como aquilo que é determinado pela lei funciona quando não é mais o seu braço o executor. Dito de outra forma, o modo como uma equipe de MSE-MA encara a tarefa de atender e ressocializar um adolescente apreendido, julgado e encaminhado pela justiça de modo que, ao final do processo, a própria justiça entenda que o atendimento oferecido foi adequado.

Descrevi as atividades que essa equipe considera indispensáveis e aquelas que julga ser capaz de lidar com certa maleabilidade, afrouxando as determinações generalizantes, embora rígidas, das diretrizes e legislações. Apresentei a forma como a escrita, o controle dos termos e a elaboração de modelos adequados para os documentos são as armas utilizadas por esses técnicos para mostrarem aos juízes “composições de mundo” que só eles têm acesso⁹⁶. Em seus registros, em seus relatórios, os técnicos fazem política, reafirmam que o poder deliberativo do juiz está diretamente atrelado a saberes que escapam ao tribunal. Finalmente, descrevi os momentos corriqueiros em que as armas utilizadas pelos técnicos e seus esforços de apresentação dos atendimentos não garantem que as possibilidades de encerramento se concretizem. As medidas são pautadas pela incerteza, este foi o meu argumento central. Incerteza que se manifesta pela multiplicidade de poderes e de saberes que atravessam o corredor das medidas, pela multiplicidade nas formas de se governar os meninos.

As discussões apresentadas por Foucault (2004) em seu curso de 1979 sobre a “arte de governar” e sobre as diferentes reflexões sobre as maneiras de governar do melhor modo possível (: 4) dialogam com essas questões observadas em campo. Ao falar sobre o neoliberalismo alemão (: 179-205) apresenta os problemas colocados pelos economistas em relação ao estilo de ação governamental mais adequada para

⁹⁶ Vianna (2010: 86) define “composições de mundo” como “o que os atores vislumbram como o campo do possível, definido por elementos (pessoas, coisas, categorias, nomes etc.) recorrentemente postos em relação dentro de fronteiras de mundo continuamente delineadas, a cada atualização. A ‘boneca russa’ era produzida de forma diferente em cada lugar”.

que o exercício de poder político fosse praticado com base nos princípios de uma economia de mercado (: 181). Se o processo econômico é naturalmente regulado pela concorrência, cabe ao Estado criar uma “moldura institucional”, uma “estrutura formal” ou um “intervencionismo jurídico” (: 245) que potencialize os mecanismos de controle naturais do mercado. Age-se nas populações, nas técnicas, na aprendizagem, da educação, nos regimes jurídicos (: 194). Uma arte de governar que privilegia um aparato de leis e jurisdições que crie condições para que a economia de mercado funcione. Esse tipo de governamentalidade encontra ressonâncias no atendimento aos adolescentes envolvidos em práticas infracionais. Como foi demonstrado ao longo da dissertação, a ênfase de todas as ações realizadas pelos técnicos e exigidas pelos juízes está nos encaminhamentos aos serviços públicos. Os meninos têm garantias e facilitações oferecidas judicialmente no acesso a esses serviços. Dentro da própria Obra Social há também uma “queima de etapas” no acesso aos cursos profissionalizantes para os atendidos e seus familiares. Eles não ficam nas listas de espera e, no caso das escolas, podem conseguir vagas que teoricamente não existem por determinação judicial.

O argumento dos técnicos para esse tipo de prática é ancorado na dificuldade de que os meninos encontrariam em se inserirem nessas redes sem as oportunidades que lhes são oferecidas no tempo da medida, tanto por sua situação de vulnerabilidade, como por sua inserção do meio infracional. A oportunidade aparece aqui, ao menos na teoria, como uma possibilidade de acesso aos direitos que já deveriam lhes ser garantidos. “Isso é política pública, gente!”, dizia a coordenadora a um grupo de mães, “tem que aproveitar. Já que está aqui, tem que aproveitar essas oportunidades, porque isso é nosso!”.

O atendimento vem em um determinado tempo, aplica-se em determinadas áreas, mas propõe efeitos que perdurem para além do prazo de sua aplicação. Age-se nas áreas consideradas condicionantes para a formação cidadã dos meninos: escolarização, documentação, relacionamento familiar adequado, profissionalização.

Nas medidas, espera-se que um adolescente devidamente encaminhado crie seus próprios subsídios para entrar em um mercado de trabalho formal e afastar-se do meio infracional. Os empregos não são garantidos; as famílias tendem a permanecer nas mesmas residências; as situações de vulnerabilidade, em geral, não são totalmente resolvidas. Ainda assim, as intervenções aplicadas aparecem como elementos potencializadores que, teoricamente, permitiriam que o ciclo de pobreza e violência fosse controlado, ainda que dentro de certos limites. As histórias de sucesso repetidas constantemente e a afirmação categórica que as oportunidades oferecidas dependem da iniciativa e do aceite dos atendidos, reiteram a percepção de que a partir do atendimento socioeducativo os efeitos das intervenções aplicadas serão sentidos nas possibilidades de mudança de vida, de justa concorrência com seus semelhantes. Note-se, entretanto, que a igualdade não é, em nenhum momento, prometida. Trata-se de mecanismos que permitem uma concorrência adequada e que fornecem uma série de informações sobre essa população que passa a ser, de alguma forma, vigiada.

Depois do encerramento da medida, como a própria defensora pública salientou no curso sobre o SINASE, não cabe mais ao núcleo das MSE-MA atender os meninos ou suas famílias. “Não existe pós-medida, gente! Vamos deixar cada esfera atender as suas demandas?”. As oportunidades que o núcleo poderia oferecer são apresentadas em um tempo específico. Depois desse prazo, é a Coordenadoria de Assistência Social que deve continuar atendendo e encaminhando quando necessário.

A própria legislação apresenta elementos que refletem esse tipo de governamentalidade: o SINASE prevê que o atendimento deve respeitar a personalidade e a realidade de cada adolescente e de cada família, e deve partir do princípio da “mínima intervenção, restrita ao necessário para a realização dos objetivos da medida” (art. 35º, inciso VII). O atendimento não deve ser “massificado” e o PIA deve ser alterado sempre que necessário. Ainda assim, as exigências do juiz,

que são metas que desenham esse “quadro” de atendimento⁹⁷, é que determinam quanto tempo cada menino deverá permanecer no núcleo.

Elementos apresentados nesta dissertação também permitem que pensemos a relação entre lei e norma no caso do atendimento aos adolescentes autores de práticas infracionais. Como descrito em vários momentos, apesar da multiplicação das leis e das formas jurídicas, da criação de mecanismos e sistemas legais voltados especificamente para os adolescentes, apesar da multiplicação dos modelos, dos cursos prévios de formação para aqueles que aplicam as medidas, muitos elementos extrapolam essa moldura legal previamente estabelecida, ainda que sem negá-la. A aplicação das medidas socioeducativas difere da lei em natureza, e mantém com ela uma relação que meus interlocutores denominam de interpretativa. Trata-se de, a partir dos conhecimentos que colecionam da lei e do perfil de cada juiz (que personificam a lei caso a caso), criar os atendimentos socioeducativos.

No núcleo da Dom Bosco, a lei não está ausente. Pelo contrário, ela é um dos assuntos que mais tomam o tempo dos técnicos. Mas ali, a lei que determina o que é um ato infracional, o que precisa ser punido, o que não é aceitável, se afasta. O que sobra são as normas do Sistema que regula os atendimentos – o SINASE. Sobram as regras que a própria equipe deve seguir para que um atendimento seja satisfatório. Ou, como descreve Donzelot (1986), o aparelho judiciário passa a ser uma “peça adjacente de uma aparelhagem e controle cuja lógica se apoia no judiciário, mas que o dissolve progressivamente” (: 108). Assim,

entre o juiz, cujo exercício repousa sobre a lei, e os serviços sociais educativos, cuja prática tende para a indeterminação das medidas, existe sempre a ameaça de um conflito de competência (: 108).

O ato infracional pode ser o impulso, e os técnicos preocupam-se com os níveis de envolvimento do adolescente com o crime, em especial com o tráfico de drogas, mas o atendimento definitivamente se projeta para frente, raramente se

⁹⁷ E, curiosamente, o Contrato de Compromisso da Obra Social Dom Bosco Itaquera apresenta-se em formato de quadro, de tabela.

remetendo ao ato praticado no passado. Ao término de um atendimento, com a aprovação legal para seu encerramento, o que o juiz buscará encontrar, aos olhos dos técnicos, são as oportunidades que foram agarradas, as inserções em instituições públicas que foram realizadas, apesar de existir uma valorização esporádica do desenvolvimento de criticidade em relação ao ato infracional.

O atendimento aos meninos também manifesta uma forma pastoral de governo (Foucault, 2008), que se exerce sobre uma multiplicidade em movimento, que se propõe a cuidar de todos e cada um como um médico, que preza pelas particularidades de cada indivíduo, que se exerce de forma contínua e permanente. Poder que “produz o saber perpétuo que será o comportamento das gentes e de suas condutas” (Lazzarato, 2011: 81-84). Esse tipo de governo se manifesta tanto nas exigências judiciais e nas leis criadas para esse tipo de atendimento, como nas práticas dentro do próprio núcleo. O PIA, como o próprio nome diz, é um “plano individual de atendimento”. Entre as possibilidades de pedido de reavaliação do PIA ao longo da medida (pelo educador, pelo Ministério Público, pelos defensores, pelo adolescente e pelos seus pais ou responsáveis) está a “inadaptação do adolescente ao programa e o reiterado descumprimento das atividades do plano individual” (SINASE, art. 43º, parágrafo 1, inciso II). Esse parágrafo abre a possibilidade, de acordo com a defensora pública, de um atendimento ainda mais flexível e individualizado, que respeite as necessidades e as especificidades de cada adolescente.

O que sempre deve ser levado em conta é a “proteção integral e prioritária” a todos os adolescentes, também àqueles envolvidos com as práticas infracionais (ECA, art. 100º, parágrafo único, inciso II). Os serviços protetivos voltados para eles devem buscar o “fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários” (ECA, art. 100º). Além disso, os núcleos devem “oferecer atendimento personalizado, em pequenas unidades e grupos reduzidos” e “preservar a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade ao adolescente” (ECA, art. 94º, incisos III e IV).

Já do lado cotidiano dos atendimentos (sem nos esquecermos de que essas duas esferas de modo algum podem ser consideradas isoladas ou independentes, pelo contrário, funcionam de forma imbricada, ainda que não coincidente), os técnicos devem realizar ao menos duas visitas às casas dos seus meninos, a fim “de contemplar o PIA e verificar a dinâmica familiar⁹⁸”. Devem oferecer pareceres sobre essa dinâmica, descrever o local de moradia e a “situação familiar” do adolescente. Devem, dentre os seus atendidos, selecionar alguns para cada uma das atividades externas organizadas todos os meses. Devem avisar os adolescentes, os genitores, seus familiares ou namoradas dos processos seletivos para vagas de emprego que ocorrem na Obra de quando em quando. Devem “orientar sobre como se comportar/vestir em entrevistas de emprego”. Devem ir às escolas conversar com os diretores quando os meninos apresentam problemas disciplinares. Devem controlar o número de passes de ônibus e metrô que cada um pega, para que, por um lado, não os deixem sem a possibilidade de ir à medida e, por outro, não “financiem seu vício” com os vales-transportes oferecidos.

Se há um esforço visível na construção de saberes sobre cada um dos adolescentes e uma ênfase inegável da importância atribuída às famílias no processo socioeducativo, há ainda outro tipo de trabalho que precisa ser produzido cotidianamente. Os levantamentos estatísticos transcendem as histórias e os atendimentos desse ou daquele menino. Os técnicos e a coordenadora devem, juntamente com as secretárias responsáveis pelo setor administrativo, elaborar os fechamentos com os dados de quantos conseguiram vagas escolares, quantos estão trabalhando (dentre estes, quantos com vínculo e quantos sem), quantos foram encaminhados para programas de tratamento para drogadição, quantos recebem auxílio financeiro do governo etc. E, nesse momento de prestação de contas (tanto para a Obra como para o CAS), “o que importa são números! Eles não vão querer

⁹⁸ Descrição retirada de um relatório na pasta de um adolescente, mas que poderia ser encontrada em quase todas as outras.

saber quem é fulano ou sicrano. Os números têm que bater. Só isso”, como me disse uma das secretárias.

“Tem menino e menino”. “Tem juiz e juiz”. Frases como estas são comuns no cotidiano do núcleo, e convivem lado a lado com as muitas exigências burocráticas, com os relatórios, com os fechamentos do mês, com o quadro de metas de cada menino. Essa convivência ilustra um tipo de composição que me parece com aquela definida por Foucault como “conexões entre sistemas heterogêneos” de inteligibilidade – neste caso, da lei, da individualidade, do ato infracional, da ressocialização, do respaldo familiar, da inserção no mercado etc.

Governos distintos, que em suas diferenças atravessam os adolescentes: a lei, a norma, a segurança. Saberes múltiplos que se constroem através de entrevistas, de visitas, de terapias, de estatísticas. Saberes e sentenças que marcam a vida daqueles chamados por Foucault (2010) de “homens infames” que, em um momento, foram capturados pelo sistema judiciário.

Embora uma medida socioeducativa pressuponha que os adolescentes fiquem com suas fichas limpas ao final do processo – uma das grandes diferenciações em relação ao sistema carceral – seus efeitos não deixam de se sentir. Os personagens de Kafka em *O processo* descrevem com precisão as marcas que o sistema socioeducativo deixa nos meninos que passam por suas instituições. “Ter um processo desses já significa tê-lo perdido” (: 99), ou ainda, “não presenciei uma só absolvição real” (: 153). Ainda que a medida seja encerrada e que o adolescente nunca seja apreendido pelo sistema carceral, os saberes foram produzidos no núcleo e na relação entre o núcleo o e Poder Judiciário, os registros foram feitos, os encaminhamentos realizados, as famílias visitadas, as intimidades ouvidas. Tempos depois, caso algum membro da família deste menino seja apreendido por prática de ato infracional, seu nome voltará a ser registrado em um PIA e em Relatórios, no campo do histórico de parentes que tenham passado pela Fundação CASA ou pelo sistema carceral. Os saberes poderão voltar a ser produzidos, os registros não são

apagados. Porque, apesar das promessas de ficha limpa, o “tribunal não esquece de nada” (: 158).

“Poder individualizante, que zela por todos e cada um” (Foucault, 2008: 172). Que atende os meninos em sua vulnerabilidade, que orienta, que encaminha. Poder, ao mesmo tempo, que lida com o mercado, com os interesses, com os números, com a estatística e com as metas. Arte de governar aqueles que “já foram mordidos pelo crime⁹⁹”, mas também suas famílias e seu futuro. Estado de verdade, de direito, de polícia e de tantas outras governamentalidades em encontro e afastamento: “tem que acreditar”, “tem que cumprir”, “tem que acompanhar”, dizem os técnicos. No núcleo de medidas socioeducativas, a incerteza manifesta a “coagulação” ou “composição de efeitos” (Foucault, 2008: 319-320) de diferentes artes de governar.

⁹⁹ Frase dita pelo Padre Rosalvino, em julho de 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTOÉ, S. (1993) *De “menor” a presidiário: trajetória inevitável*. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula.
- ALVAREZ, M. C.; SCHRITZMEYER, A. L. P.; SALLA, F. A., PAULA, L. de; CUKIERKORN, M. M. de O. B. (2009) “Adolescentes em conflito com a lei: pastas e prontuários do “Complexo do Tatuapé” (São Paulo/ SP, 1990 – 2006)”. *Revista Brasileira de Adolescência e Conflitualidade*, 1: xi-xxxii.
- ANDRADE, E. R.; NETO, M. F. (2007). Juventudes e trajetórias escolares: conquistando o direito à educação. In: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E. R.; ESTEVES, L. C. G. *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade; UNESCO.
- BIONDI, K. (2010) *Junto e Misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Editora Terceiro Nome.
- BIONDI, K.; MARQUES, A.; FELTRAN, G. S.; NERI, N. E.; VIEIRA, D.; MALVASI, P. A.; RUI, T. (2011). Dossiê: *Jovens em conflito com a lei*. São Carlos: R@U, volume 3, número 1.
- DELEUZE, G., GUATTARI, F (2008). *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*. Volume 2. São Paulo: Editora 34.
- DIAS, A. F. (2012). “O jovem autor de ato infracional e a educação escolar: significados, desafios e caminhos para a permanência na escola”. In: MARQUES, G. C. S., DIAS, A. F.(orgs.) *Olhares compartilhados: uma história sobre as medidas socioeducativas em meio aberto no município de São Carlos*. São Carlos: Editora Riani Costa.
- DONZELOT, J. (1986). *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal.
- Em defesa do adolescente: Protagonismo das famílias na defesa dos direitos dos adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas* (2008). Parceria

entre AMAR, CEDECA “Monica Paião Trevisan”, CONECTAS Direitos Humanos e ILANUD/Brasil. São Paulo.

FELTRAN, G. de S. (2008). *Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. Tese (doutorado) – IFCH, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

FELTRAN, G. (2011). “Diário intensivo – a questão do adolescente em conflito com a lei em contexto”. *Revista Brasileira de Adolescência e Conflitualidade*, 2011(4): 01-44.

FONSECA, C. (1995). “Amor e família: vacas sagradas da nossa época”. In RIBEIRO, I.; RIBEIRO, A. C. T. (orgs.). *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola.

FOUCAULT, M. (2002). *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora.

_____. (2004). *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2007). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

_____. (2008). *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2009). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.

_____. (2010). A vida dos homens infames. In: _____. *Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 203-222.

GOW, P. (2001). *An Amazonian Myth and its History*. Oxford: Oxford University Press.

GREGORI, M. F. (2000). *Viração: experiências de meninos nas ruas*. São Paulo: Companhia das Letras.

ILANUD e UNICEF. (2004) *Guia teórico e prático de medidas socioeducativas*.

KAFKA, F. (2005). *O processo*. São Paulo: Companhia das Letras.

LATOUR, B. (2010) *Making the law. An ethnography of the conseil d'état*. Cambridge: Polity Press.

LAZZARATO, M. (2009). "Neoliberalism in action: inequality, insecurity and the reconstitution of the social". In *Theory, Culture and Society*. Vol. 16, no. 6.

_____. (2011). *Governo das desigualdades: crítica da insegurança neoliberal*. São Carlos: EdUFSCar.

LEITE, M. P. (2009). "Religião e política no espaço público: moradores de favelas contra a violência e por justiça". In: MAFRA, C., ALMEIDA, R. *Religiões e Cidades: Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo: Editora Terceiro Nome.

MALVASI, P. A. (2012) Interfaces da vida loka: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, USP – São Paulo.

MARQUES, D. (2009). "O culto na rua e a rua do culto: pregadores da fé na praça da Sé". In: MAFRA, C., ALMEIDA, R. *Religiões e Cidades: Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo: Editora Terceiro Nome.

MARQUES, G. C. S., DIAS, A. F.(orgs.) (2012) *Olhares compartilhados: uma história sobre as medidas socioeducativas em meio aberto no município de São Carlos*. São Carlos: Editora Riani Costa.

MARQUES, G. C. S. (2012). Reflexões sobre o processo socioeducativo desenvolvido no programa de medidas socioeducativas em meio aberto – Salesianos São Carlos. In: *Olhares compartilhados: uma história sobre as medidas socioeducativas em meio aberto no município de São Carlos*. São Carlos: Editora Riani Costa.

MIRAGLIA, P. (2005). "Aprendendo a lição: uma etnografia das Varas Especiais da Infância e da Juventude". *Novos Estudos CEBRAP*: nº 72, pp. 79-98.

MIRAGLIA, P. (2007). *Cosmologias da violência: entre a regra e a exceção. Uma etnografia da desigualdade em São Paulo*. Tese (doutorado) – FFLCH – USP, São Paulo.

NERI, N. E. (2009). "*Tirando a cadeia dimenor*": A experiência da internação e as narrativas de jovens em conflito com a lei no Rio de Janeiro. Dissertação (mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ.

NERI, N. E. (2011). "O 'convívio' em uma 'cadeia dimenor': um olhar sobre as relações entre adolescentes internados". In: *In: R@U*, v.3, n.1, jan.-jun.

- PAULA, L. de (2004). *As famílias e as medidas socioeducativas: a inserção da família na socioeducação dos adolescentes autores de ato infracional*. Dissertação (mestrado) – FFLCH, USP, São Paulo.
- PAULA, L. de. (2011) *Liberdade Assistida: punição e cidadania na cidade de São Paulo*. Tese (doutorado) – FFLCH, USP. São Paulo.
- PERIN, V. (2013). “*Um campo de refugiados sem muros*”: uma etnografia sobre .Dissertação (mestrado) – PPGS, UFSCar, São Carlos.
- REED, A. (2006). “Documents Unfolding”. In RILES, A. (org). *Documents.Artifacts of modern knowledge*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- RILES, A. (2001) *The network inside out*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- RIZZINI, I. (2002). “The Child-saving movement in Brazil: ideology in the late nineteenth and early twentieth centuries”. In: *Minor Omissions. Children in Latin American History and Society*. Madison: University of Wisconsin Press.
- ROHDEN, F. (2003). *A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.
- SARTORI, L. (2010) *O Manejo da Cidadania em um Centro de Atendimento Psicossocial*. Dissertação (mestrado) – PPGAS, UFSCar. São Carlos.
- SHILITTLER, M. C. (2011). *No crime e na medida. Uma etnografia do Programa de Medidas Socioeducativas em meio aberto do Salesianos de São Carlos*. Dissertação (mestrado) – PPGS, UFSCar. São Carlos.
- SILVA, E. R. A.; GUERESI, S. (2003). *Adolescentes em conflito com a lei: situação do atendimento institucional no Brasil*. Brasília: IPEA.
- STRATHERN, Marilyn (Ed.). (2000). *Audit Cultures: Anthropological Studies in Accountability, Ethics and the Academy*. London & New York: Routledge.
- TEIXEIRA, M. L. T. (1992) *Aspectos do Atendimento Direto ao Jovem com Práticas de Delito*. Cadernos Cbia, Rio de Janeiro, v. 1, n.3, p. 38-51.
- _____ (2002) *Adolescência-Violência, uma ferida de nosso tempo*. Tese (doutorado) – Serviço Social, PUC. São Paulo.

- _____ (2004). *O futuro do Brasil não merece cadeia*. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v. 1, n.77, p. 98-107.
- _____ (2007). *Mais uma vez... A redução da idade penal*. PUCviva Revista, v. 01, p. 11-15.
- _____ (2008). *Psicanálise nas situações sociais críticas. Violência, juventude e periferia: Em uma abordagem Grupal*. Psicologia Revista, v. 1 e 2, p. 01-215.
- TELES, E. L. A. (2010). *Adolescente em conflito com a lei, direitos humanos e a função da narrativa*. Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade, v. 2, p. 19-29.
- VARGAS, J. D.; MARINHO, F. C. (2008). “O Programa Liberdade Assistida em Belo Horizonte”. *Educação e Realidade*, nº 33(2): 147-162.
- VIANNA, A. C. M. (2010) Os Enleios da Tarrafa: Etnografia de uma parceria transnacional entre ONGs através de emaranhados institucionais de combate pobreza. Tese (doutorado) – FFLCH, USP. São Paulo.
- VILLELA, J. M. (2011). *Ordem pública e segurança individual: política e polícia no sertão de Pernambuco*. São Carlos, EDUFCar.
- VOLPI, M. (org.) (2011). *Adolescentes privados de liberdade. A normativa Nacional e Internacional e Reflexões acerca da responsabilidade penal*. São Paulo: Cortez.
- ZANCHIN, C. R. (2010). Os diversos olhares na construção das medidas socioeducativas no município de São Carlos. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

LEGISLAÇÃO E MATERIAL DIDÁTICO

Apostilas de *Capacitação para operadores do SINASE* (2012). Módulos 2 (“Marco legal, políticas públicas e Sistema de garantia de direitos da Criança e do Adolescente”) e 4 (“Socioeducação e responsabilização”). Brasília: Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública (CEAG), Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Universidade de Brasília.

Estatuto da criança e do adolescente. (2011). Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. 6ª edição. Brasília.

Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Portal da Secretaria de Direitos Humanos. Em: <http://www.sdh.gov.br/clientes/sedh/sedh/spdca/sinase>.